

DELI PRELO

11

REVISTA DA IMPRENSA NACIONAL / CASA DA MOEDA

1986 / ABRIL / JUNHO



A CORRESPONDÊNCIA DE DARWIN
COM ARRUDA FURTADO

DEBATE PRELO

N.º 11 - Abril/Junho 1986
Revista Trimestral

Propriedade
Imprensa Nacional - Casa da Moeda

Director
Diogo Pires Aurélio

Direcção,
Redacção e Administração
R. D. Francisco Manuel de Melo, 5-5.º
1000 LISBOA

Distribuição
Diglivro - Distribuidora de Livros
e Material Didáctico, Lda.
Rua das Chagas, 2 - 1200 LISBOA

Design
Grafidex Agência de Publicidade

Fabrico
Nova Lisboa Gráfica, Lda.

Preço
Número avulso — 450\$00
Assinatura (4 números) - 1.500\$00
Este preço não se aplica
aos números especiais

Tiragem
3000 exemplares

Na capa: "Póvoa de Varzim",
de Marques de Oliveira,
Museu de Arte Contemporânea,
Lisboa



3 Editorial

7 **Criticismo e problematidade em
António Sérgio**
por Manuel Maria Carrilho

17 **Introdução à "Peregrinação"**
por Luis Filipe Barreto

33 **19 Cartas inéditas de Trindade Coelho**
*apresentação e notas
por Viale Moutinho*

53 **O retrato de D. Sebastião do Museu
Nacional de Arte Antiga - uma leitura
icnológica**
*por Fernando António Baptista
Pereira*

67 **A História, a composição e a pose em
Vieira Portuense**
por Paulo Varela Gomes

81 **Sobre o método em Darwin e a episódica
relação com Arruda Furtado,**
por G. F. Sacarrão

89 **Arruda Furtado, correspondente de
Darwin, apresentação, tradução e
notas**
por Manuel Cadafaz de Matos

109 **Actividades INCM**

1988



IMPRESSA NACIONAL

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA A COMERCIALIZAÇÃO.

DUBLI PRELO

Já por mais de uma vez a história das ciências foi objecto de artigos publicados nesta revista, tendo inclusivamente constituído o tema exclusivo de um dos números anteriores. A insistência não é, de forma alguma, fortuita. Muito pelo contrário, baseia-se na dupla convicção de que, por um lado, a compartimentação demasiado rígida dos saberes, tal como ela se imaginou por vezes nos últimos cem anos, promovendo uma concepção da cultura restringida às artes e às ciências humanas, não tem razão de ser nem se ajusta à realidade do conhecimento hoje em dia; por outro lado, o tradicional complexo, vulgarizado por certas «psicologias» da identidade nacional, que tende a imputar-nos incapacidades supostamente atávicas no domínio das ciências exactas, as quais só a vocação poética ou mística viria compensar, é muito mais fruto de ignorância e preconceito do que de qualquer averiguação daquilo que existiu de facto e das circunstâncias que impossibilitaram o ter existido algo diferente.

O «caso» que neste número se apresenta à consideração dos leitores encerra, a este propósito, algumas lições que, de tão óbvias, seria ocioso enumerar. Trata-se de Arruda Furtado, zoólogo que não chegou a deixar obra de vulto mas que se correspondeu, na juventude, com dois ou três dos grandes nomes da ciência de fim de século, entre eles Charles Darwin. É um gesto espontâneo e isolado de alguém que estuda na sua terra, os Açores, a fauna local inspirando-se no que de mais sugestivo então se fazia lá fora. Naturalmente, ninguém esperaria que fôssemos deparar com uma correspondência entre iguais. Conforme se pode verificar pela sua leitura, agora trazida ao grande público e pela primeira vez em língua portuguesa, as cartas trocadas entre Furtado e Darwin constituem, no en-

tanto, um exemplo a vários títulos notável de trabalho científico em busca de metodologia adequada. É este, aliás, um dos aspectos evidenciados pelo Prof. Germano Sacarrão, nas páginas em que nos apresenta a sua leitura desta importante correspondência que esteve, até agora, no domínio apenas de alguns especialistas.

A par de Arruda Furtado, vão também artigos sobre Sérgio, Fernão Mendes Pinto, Trindade Coelho, Cristóvão de Moraes e Vieira Portuense. Na diversidade dos temas e da respectiva abordagem, tentamos assim dar corpo a um projecto que desde o início se quis subsidiário dos estudos portugueses, corrigindo embora a sua propensão as mais das vezes excessivamente «literária» e evitando a postulação de hipotéticas «mentalidades» sem o devido suporte crítico. É em conformidade, de resto, com esta perspectiva alargada que anunciamos, desde já, a publicação para muito breve de um número especial da «Prelo» integralmente preenchido por um trabalho de Fernando Gil, que é uma extensa reflexão sobre aquilo a que o autor chama os «Cruzamentos da enciclopédia» e onde se inserem depoimentos de especialistas em vários campos do saber contemporâneo.

PRELO ENSAIOS

Criticismo e problematidade em A. Sérgio

por Manuel Maria Carrilho *



A filosofia ocupa dois lugares privilegiados na obra de Sérgio, embora ambos filosoficamente periféricos. Um tem a ver com a tematização pedagógica, outro com a reforma social. Mas o que se observa sempre é a redução da filosofia à enun-

ciação de vagos princípios gerais ou a sua diluição num criticismo indeterminado.

* Departamento de Filosofia da Universidade Nova de Lisboa.

1. É sempre muito adiante que se sabe o que ficou para trás. Na história das ideias como em tudo o mais. Ruínas ou restos, curiosidades ou hieróglifos, eis talvez tudo o que — e é muito — se pode determinar. A história existe, sem dúvida, mas são as gerações que a cada momento a tecem, definindo-se cada uma pelo mapa de referências que, sem nenhuma lógica clara, vai lentamente traçando, pela selecção que opera nas constelações culturais que a rodeiam, adoptando umas, rejeitando outras e deixando à margem muitas mais, numa espécie de limbo cultural. Destas, algumas há que se manifestam mais insistentemente, como que num apelo que não se resigna com as parti-lhas feitas.

Foi desta área que me surgiu António Sérgio, num artigo de Mário Sacramento publicado na altura da sua morte, e que se intitulava «Eis a Crítica, Querido Mestre e Amigo». Foi o que me levou a ler Sérgio e à decepção dessa primeira leitura. Ouvi o «apelo», mas não compreendi o carisma que envolvia Sérgio, nem sobretudo a aura filosófica que permanentemente se lhe atribuía. Questão de gerações, pensei, e mudei de ares.

Mas não era. Ou, pelo menos, não era só isso. A prová-lo, surge, entretanto, o artigo de Eduardo Lourenço em que Sérgio é perspectivado como um «mito cultural», e que além de uma fina análise do sergianismo me apareceu também como um convite a outras leituras, mais analíticas, mais minuciosas, dos escritos de A. Sérgio.

A necessidade destas leituras foi, ainda, reforçada por dois factos: a experiência do ensino «secundário» da filosofia, em primeiro lugar, e o papel que nos textos introdutórios que iam sendo publicados se atribuía a certas páginas de Sérgio, páginas que, se a mim me pareciam em geral pouco interessantes, aos alunos apareciam como autenticamente frívolas. Em segundo lugar, pela adopção que um certo materialismo lusitano foi entretanto fazendo de A. Sérgio, aparentemente distanciado das imputações pequeno-burguesas com que, durante muito tempo, se tinha cercado

o seu trabalho, e de que o livro de V. Magalhães Vilhena *António Sérgio — o Idealismo Crítico e a Crise da Ideologia Burguesa* é o mais elucidativo exemplo.

Claro que se podem — e isto tem sido feito — invocar contextos, lembrar condicionalismos, realçar limites de várias ordens. Compreende-se alguma coisa, mas pouco. Porque o que é importante ver é que, para lá de tudo isso, António Sérgio definiu, durante décadas, um *perfil teórico* extraordinariamente pregnante no universo cultural português e, ao mesmo tempo, reconhecer que o segredo dessa posição e o que dela hoje não é, talvez, senão um resíduo, permanecem em larga medida por analisar. Mas que fique claro que não se trata, nem tratou nunca, de empreender qualquer tipo de desmistificação: nisso se engana Vergílio Ferreira ao atribuir-me, no terceiro volume da sua *Conta Corrente*, o ingrato papel de um decidido anti-sergianismo. Preferimos antes estar atentos às ilusões que, em nome da desmistificação, tão frequentemente se alimentam, e que René Girard tão bem caracterizou ao afirmar: «Se reflectirmos sobre esta vocação prodigiosamente ardente e absorvente em que se tornou, para a inteligência moderna, tudo aquilo que se apresenta como «desmistificação», vemos esboçar-se a interpretação que, na perspectiva mimética, exige este fenómeno. Trata-se de um desejo que tem como objecto o modelo-obstáculo, na medida em que ele obstrói e projecta à sua volta a miragem metafísica de feliz auto-suficiência que Freud atribuiu ao narcisismo intacto»⁽¹⁾.

Convém ainda lembrar que, iniciado em 1908 com um livro sobre Antero de Quental, o percurso intelectual de A. Sérgio é paralelo ao desenvolvimento de algumas das principais correntes filosóficas do séc. XX (o bergsonismo, o positivismo lógico, as filosofias de Husserl e de Heidegger, o existencialismo...), sem que nenhuma, no entanto, tenha adquirido relevo nos seus escritos, seja na ordem conceptual seja ao nível doutrinário. Sérgio ou as ignora ou, quando as considera, fá-lo numa

posição de imediata confrontação, nessa pose de extrema debilidade que é a polémica. E nada *revela* melhor os limites do ensaísmo sergiano do que o seu agitado polemismo. Sérgio mantém-se sempre longe do miolo das teses que supostamente debate: estratégia ou truque, é assim que invariavelmente garante a constância do resultado, que é, naturalmente, a prevalência das suas ideias.

O segredo é, todavia, simples, como já noutra ocasião sugerimos: «Sérgio começa sempre por não ver a singularidade da corrente a que se opõe, o que exigiria o conhecimento de facto e de fundo da sua problemática, para a envolver num debate de generalidades que reconduz sempre à *sua* teoria, processo talvez inevitável, dada a diminuta *potência* desta para suportar confrontos de facto com as correntes e filósofos que com ele não convergiam. E que, afinal, são todos, excepção feita a um Kant, de enquadramento genérico, a um Descartes, parcialmente responsável pela sua «conversão», e a um Platão, de permanente socorro e referência. Além disso, como nunca os conceitos adoptados são analisados, e como os conceitos alheios o são sempre a partir dos seus, a impressão de consistência que por vezes o seu ensaísmo pode dar revela-se bem ilusória» (2).

Foi Eduardo Lourenço quem melhor viu um dos veios deste polemismo, quando assinalou, no discurso de Sérgio, a existência de uma *retórica da dúvida*: «A Dúvida de A. Sérgio é a Musa que o acompanha através do jardim alheio: no seu próprio jardim a Musa chama-se Razão» (3). A observação parece, infelizmente, ter passado despercebida, apesar de se jogar aqui muito do essencial que uma compreensão realmente crítica do ensaísmo sergiano requer. Porque esta retórica é uma retórica poderosa, que desencadeia efeitos persistentes que parecem resistir mesmo ao indescutível fracasso do objectivo nuclear do ensaísmo proposto por Sérgio, a «reforma das mentalidades», efeitos altamente propagadores que quase converteram este ensaísmo numa espécie de «filosofia portuguesa» e António Sérgio no indiscutível mestre dessa filosofia.

2. Cada um deve usar, como Proust aconselhava, as lentes que mais lhe convenham. É aqui, sem dúvida, que se esboçam todas as estratégias. Eu comecei por me interessar, não pela actualidade, mas pelas *virtualidades* e *limites* do pensamento filosófico sergiano, ou seja, pelo que pudesse continuar a fazer pensar, para lá — e muitas vezes apesar — dos tributos dos discípulos e dos rituais de estereótipos que geralmente os acompanham. É ainda nessa linha que insistirei aqui, previamente, em alguns aspectos da articulação ensaísmo/filosofia.

Particularmente interessante é ver que o ensaísmo, «género» que por vezes se identifica entre nós com o sergianismo, carece quer de *nitidez estratégica* quer de *determinação epistemológica*. Procurando cobrir todas as disciplinas e áreas do saber e ambicionando efeitos não só pedagógicos e filosóficos mas também sociais e políticos, o ensaísta surge como uma figura omnipresente que não se encontra em parte alguma, instaurando assim um universo de «múltiplos ecos que insinuam que de *outro lado* poderá sempre vir um *suplemento compensador* das carências, insuficiências ou imprecisões que num texto ou domínio se detectem, ou, inversamente, um suplemento de suspeita que dificilmente facilitará uma abordagem que, para lá de crítica, pretenda não recusar a adopção de uma perspectiva ou o risco de uma avaliação» (4).

Este dispositivo é fulcral: e o desconhecimento do seu funcionamento interno conduz aos mais incongruentes e desoladores resultados, como, por exemplo, quando se lhe procuram enxertar «modernos» objectivos interdisciplinares. É talvez noutra direcção que vale a pena avançar: é isso, parece-me, que faz David Mourão-Ferreira, quando sinaliza, na base de *todo* o ensaísmo de Sérgio, uma matriz claramente literária (5). Assim se podem evitar, simultaneamente, um erro e um equívoco muito comuns: o *erro* de procurar essa matriz nas suas posições filosóficas (de resto quase sempre embrionárias, hesitantes, alusivas: onde está, por exemplo, a sua teoria da radical espontanei-

dade criadora do intelecto?) e o *equivoco* de assimilar o ensaísmo a uma filosofia.

De qualquer modo, não se deve esquecer que a filosofia ocupa dois lugares privilegiados na obra ensaística de Sérgio. São, é certo, ambos filosoficamente periféricos: esses lugares têm a ver com a tematização pedagógica, num caso, e com a reforma social, no outro. Simplesmente, o que se encontra aí? Breve e sinteticamente, direi que o que se observa sempre é ou a redução da filosofia à enunciação de vagos princípios gerais, como quando afirma:

«Filosofar é formar com o universo uma sociedade consciente; filosofia, vida social, pedagogia, são três aspectos de uma mesma coisa, a qual se fundamenta (...) na lei da unidade da consciência a que damos o nome de Razão»⁽⁶⁾

Ou a sua diluição num criticismo indeterminado e de algum modo fútil, em que o espírito crítico é tranquilamente identificado com um espírito científico concebido em moldes inaceitavelmente acrílicos, numa encenação de gosto duvidoso e de escasso alcance, em que a ginástica surge como o modelo a adoptar:

«Um bom professor do lidar filosófico é como um indivíduo que nos lecciona a ginástica, procedendo ele próprio como um bom ginasta e obrigando-nos a nós a fazer ginástica»⁽⁷⁾

Este modelo, verdadeiro núcleo do ensaísmo de Sérgio, pretende ser o de um *exercício de problemas*. Mas o que se passa é que eles emergem no discurso sergiano já esbatidos no seu poder de tematização conceptual e de clarificação cognitiva, enclausurados numa concepção escolar do que é um problema, concepção que G. Deleuze, na sua análise da imagem dogmática do pensamento, caracterizou bem ao afirmar que ela se baseia na articulação de dois tipos de preconceitos: no preconceito infantil «segundo o qual o mestre dá um problema e a nossa tarefa é resolvê-lo» e no pre-

conceito social que nos «instiga sempre a resolver problemas vindos de outro lado, e que nos consola ou distrai dizendo-nos que vencemos se tivermos sabido responder: o problema como obstáculo e aquele que responde como Hércules»⁽⁸⁾.

E por mais esforçadas que sejam as metáforas deste criticismo, o que é iniludível é que o espaço «problemático» que assim se instaura aparece como um espaço sufocantemente definido pela relação mestre/discípulo, ou, dito de outro modo, pela relação autoridade/docilidade, relação de que Sérgio deixou algumas formulações pitorescas e paradigmáticas. É o que acontece quando previne o discípulo de que, se encontrar

«(...) uma ideia no texto do Mestre que parece de fácil refutação, *conclua que ele próprio é que não a percebe*, e que o pensar do autor deverá ser mais fino, mais facetado, mais verrumante, do que ao primeiro relance se lhe afigurou»⁽⁹⁾

3. Vale a pena ver tudo isto mais detalhadamente. Procuraremos fazê-lo analisando as ligações da exigência crítica e da exigência problemática, ao mesmo tempo que tentaremos apurar o que é, para Sérgio, um problema, e em que é que consiste a sua elucidação.

Diz Sérgio, no «prefácio» que escreveu ao livro de Bertrand Russell *Os Problemas da Filosofia*:

«Se o fundamental da filosofia é de facto a crítica, e se pois a filosofia deve ser estudada não pelo mérito das respostas precisas sobre um certo número de questões primárias, senão pelo valor que em si mesma assume, para a cultura do espírito, a mera discussão de tais problemas, segue-se que é ideia inteiramente absurda a de se dar a alguém uma iniciação filosófica pela pura transmissão das respostas precisas com que pretendeu resolver esses tais problemas a um determinado autor ou uma certa escola.»⁽¹⁰⁾

Este texto reconduz-nos ao encontro das questões atrás colocadas. Assim, temos, em primeiro

lugar, que a filosofia é aqui identificada com a crítica e, seguidamente, que esta é definida pelo seu poder de debater questões ou problemas, debate a que Sérgio atribui um elevado valor cultural e que, se por um lado determina os objectivos daquele debate, por outro torna desejável que ele seja um

«(...) debate dos *problemas básicos* que não seja dominado pelo intuito dogmático de cerrar as portas às discussões ulteriores.»⁽¹¹⁾

Aqui se enxerta o paralelismo entre a iniciação filosófica e o exercício de ginástica (cf., atrás, § 2), que é também, para Sérgio, o *lugar* de articulação do crítico e do problemático, pois ele, o filósofo-ginasta,

«é quem nos ministra um *trabalho crítico*, um modelo da faina de elucidação dos problemas.»⁽¹²⁾

Paralelismo que, por sua vez, está sempre sujeito a objectivos de ordem social e pedagógica, sendo esta sujeição que dá todo o sentido ao tema sergiano da *emancipação pela problemática*⁽¹³⁾, como, talvez mais nitidamente, se possa ver no seguinte passo:

«(...) mais vale, como cultura do espírito, uma velha doutrina realmente *pensada* que uma nova doutrina que se abraçou às cegas, e à qual se aderiu como «verdadeiro crente» (...); o mundo das ideias, para indivíduos cultos, é bem menos de certezas do que de problemas. O mais que podemos, frequentissimamente, é enunciar um problema em mais claros termos; e como a solução de qualquer problema suscita o aparecimento de problemas novos, a consciência da problemática é o que caracteriza o sábio.»⁽¹⁴⁾

Ora, esta concepção, além de abrir caminho a uma compreensão fundamentalmente escolar do que é um problema, conduz à assimilação, a todos os títulos indevida (e, de qualquer modo, *injustifi-*

cada), entre hipótese e problema, entre o «pensar hipotético» e o «amor dos problemas», assimilação que, entre a *renúncia* e a *preferência*, radica na sua comum inserção subjectiva:

«Sim (...), eu cuido que o avançar realmente em cultura consiste em renunciar àquele nosso hábito de confundir acerto com modernismo e de perfilhar as doutrinas como «verdadeiros crentes» (...); em *renunciar* a isso, ia eu dizendo, para *preferir* a atitude que se irá ver neste livro, e que a não poucos portugueses parecerá estrambótica: a do pensar hipotético, a do amor dos problemas; a da consciência perfeita da complexidade das coisas, deixando de proclamar para examinar e propôr, para interrogar e rever.»⁽¹⁵⁾

Note-se, sobretudo, o facto de que Sérgio não esclarece os pontos nucleares que repetidamente emergem nestas linhas: nem sobre o valor epistemológico dos problemas, nem sobre as características da enunciação de um problema, nem sobre o modo como o esforço de clarificação dos problemas conduz à produção de novos problemas. Carências que talvez se compreendam a partir dos últimos textos citados, onde o sábio surge definido pela consciência da problemática (mas, observe-se de passagem, se o sábio se define pela problemática, esta não é, no discurso sergiano, apenas aquilo que, precisamente, caracteriza o sábio? Raciocínio circular, deixemos aqui em aberto se se trata de um círculo virtuoso ou vicioso). Porque, a que é que Sérgio se refere ao falar desta consciência de problemática? Há sobretudo dois aspectos a destacar: a consciência da complexidade das coisas e o exercício da dúvida. Simplesmente, são exactamente estas as características que Sérgio atribui, também, à sua concepção da *crítica*:

«A consciência da complexidade e da dificuldade das cousas; o cepticismo activo; a sinceridade connosco (base da sinceridade com as demais pessoas): eis o que se inclui nessa palavra “crítica”.»⁽¹⁶⁾

Ou seja: problemática e crítica equivalem-se, o espírito problemático é o que exercita o «espírito crítico», e este, como Sérgio claramente o afirma num momento em que se ocupa das exigências da divulgação, não é mais do que o espírito científico:

«O que mais vale divulgar não é pois a ciência, não são os conhecimentos, não são as doutrinas; o que mais vale divulgar é o espírito científico, *que vem a ser o mesmo* que o espírito crítico.»⁽¹⁷⁾

4. A noção de problema é uma noção fulcral, em filosofia como em ciência, o que se prende, sem dúvida, com a sua «situação intermédia entre a ignorância e o saber»⁽¹⁸⁾. É esta situação, e o movimento que ela suscita, o primeiro e mais importante elemento a ter em conta. Mas tudo se pode perder se se reduz o problema a um estado ou momento do sujeito; pelo contrário, é no sentido da sua objectivação que se situa o seu valor heurístico e epistemológico. É ainda Deleuze quem melhor o diz ao afirmar que se deve evitar confundir um problema com o decalque de uma proposição, de modo a não perder a sua objectividade, ou antes, a sua «*objectividade ideal*, pois os problemas têm a sua suficiência, que implica actos constituintes que investem nos seus campos simbólicos.»⁽¹⁹⁾

É este esforço de objectivação que se encontra também em várias propostas do pensamento epistemológico contemporâneo, como, por exemplo, em Karl Popper⁽²⁰⁾ ou em Larry Laudan. Este último desenvolve, em *Progress and its Problems — Towards a Theory of Scientific Growth*, uma interessante tipologia de problemas, nomeadamente estabelecendo — em articulação com a noção de *tradição de pesquisa* — uma clara distinção entre problemas empíricos e problemas conceptuais, ao mesmo tempo que elabora uma teoria do crescimento interno do conhecimento científico, cujo traço fundamental é considerar, avaliar, a racionalidade das teorias pela sua *problem solving effectiveness*. Laudan procura assim afastar-se da do-

minante concepção parasitária (como ele a designa) do progresso e, paralelamente, propor uma concepção da racionalidade entendida sobretudo como a «realização das escolhas teóricas mais progressivas.»⁽²¹⁾

É assim que a oposição entre problemas científicos e não-científicos se esbate face a uma tipologia que os organiza em torno da distinção entre problemas conceptuais e empíricos, e se consegue articular estreitamente racionalidade e problematidade. É sem dúvida nesta direcção, a da sua diferenciação tipológica, que uma teoria dos problemas tem, para se constituir, de prosseguir.

Mas não só. Não basta falar de problema para se garantir, como resultado, um acréscimo de problematidade e um ganho de inteligibilidade. Foi para este ponto que Bergson, tão mal lido por António Sérgio, chamou a atenção, ao distinguir os problemas autênticos dos *falsos* problemas, e ao subdividir estes em problemas *inexistentes* e problemas *mal postos*. Os primeiros caracterizam-se por alimentarem uma confusão do *mais* e do *menos* (por exemplo, os problemas do «não-ser» e do «possível»), os segundos derivam de uma indevida *mistura* de elementos de natureza diferente (aqui os exemplos de Bergson são os problemas da «liberdade» e da «intensidade»). É na atenção a estas confusões de termos e às suas consequências — Condillac diria: à sua *frivolidade* — que se encontram os problemas autênticos.

O que inverte a tradicional valorização da solução face ao problema. Como diz Bergson, «a verdade é que se trata, em filosofia e não só, de *encontrar* o problema e portanto de o *pôr* mais do que de o resolver (...). Nas matemáticas, e por maioria da razão em metafísica, o esforço consiste a maior parte das vezes em suscitar o problema, em criar os termos em que ele se porá. Posição e solução do problema estão aqui bem perto de se equivaler: os verdadeiros problemas não são postos senão quando são resolvidos.»⁽²²⁾

A consideração destas ideias, de diversa proveniência teórica e epistemológica, pode ser de alguma utilidade para se avaliarem as concepções ser-



O que mais vale divulgar é o espírito científico, que vem a ser o mesmo que o espírito crítico. (Na gravura, conferência de António Sérgio, em Março de 1926, boicotada por integralistas).

gianas. É que a noção de problema que emerge nos escritos de Sérgio não se liberta nunca da sua dimensão escolar, carente de rigor epistemológico e surgindo sempre *pobre na sua homogeneidade retórica e indiferenciada no seu uso ensaístico*.

É como se falar de problema ou problemática fosse, por si só, um ónus de problematidade e de trabalho de problematização, quando, na verdade, se trata, quando muito, do seu limiar. Simples-

mente, talvez este tratamento da noção de problema seja, no âmbito dos objectivos de A. Sérgio, um tratamento suficiente; é o que nos parece acontecer, se se considerar que ele não visa senão instalar uma dimensão pedagógica:

«Ensinado o barómetro como é costume fazê-lo, apresenta-se a «experiência» do Torricelli como que caída do céu sem se ver bem de que modo

— sem raízes polémicas, sem antecedentes teóricos, sem que o aluno perceba como é que ela veio, qual a dificuldade que fez trabalhar o sábio. Em suma: onde é que esteve o *problema*.»⁽²³⁾

É que o criticismo sergiano é, no essencial, um criticismo pedagógico e cultural, de referência cientista. Apesar de, como veremos, não se tratar de uma referência única, ela é nuclear para a compreensão do sergianismo. Espírito crítico, espírito problemático, espírito científico, é de um hábil jogo de espelhos que afinal se trata. Sobre o criticismo, como sobre a exigência problemática, poucos são os esclarecimentos que se encontram nos escritos de Sérgio. É a ciência o domínio eleito das tematizações sergianas. Mas, aí, o que se constata é que, fora do seu uso escolar e cultural, a noção de problema, assim como o trabalho de problematização (seja no âmbito filosófico ou científico) são completamente elididos. É talvez num texto que nos apresenta o trabalho científico como *o retrato de um morto desconhecido* que melhor se pode encontrar o processo desta elisão:

«Suponha-se o seguinte. Cumpre a um pintor debuxar um retrato de certa criatura falecida já, que nunca o artista teve ensejo de ver e da qual não existe iconografia alguma. Começa pelo esquiço de uma figura a acertar, guiando-se por vagas indicações recebidas. Essa tentativa, depois, é mostrada a pessoas que conheceram o morto e que a passam à fieira de uma rigorosa crítica, indicando os traços desse primeiro tentame que resultaram parecidos com os do indivíduo em questão. Conservando só esses, modifica o desenhista todas as demais feições, fantasiando e tentando (...) E assim por diante, até que se obtenha, por correcções sucessivas, a parecença cabal. Desta maneira, o trabalho confiado ao pintor do retrato não seria o de copiar uma realidade dada, mas sim o de procurar conseguir um acordo entre os vários testemunhos dos amigos do morto, por invenções convenientes. Tal é,

cremos nós, um símile exacto do progredir científico.»⁽²⁴⁾

5. Eduardo Lourenço perguntava, em texto recente, em «que outro contexto europeu seria título de particular relevância apresentar-se em termos épicos como paladino da *crítica* e do *espírito crítico* senão sob o pressuposto de uma carência nacional em matéria de reflexão filosófica séria, em reflexão “tout court”.»⁽²⁵⁾

A observação parece inteiramente justa. Acrescentaríamos apenas que a problematidade do ensaísmo sergiano não é, do ponto de vista filosófico, senão a outra face deste criticismo desmesuradamente valorizado. E é talvez preciso reconhecer que o criticismo e a problematidade sergianos são, na realidade, de âmbito e intenção mais modestos do que em geral se afirma, sendo mais os discípulos do que o mestre os responsáveis por tal facto.

No essencial, o criticismo e a problematidade são os dois vectores nucleares da teoria sergiana da cultura. É a eles que Sérgio recorre para caracterizar a sua concepção de cultura, de cultura autêntica como frequentemente afirma, e a distinguir do

«(...) contrário dela, a saber: a mera divulgação de conhecimentos, a simples transmissão, a leitores e discípulos, dos resultados atingidos pelos verdadeiros cientistas, os verdadeiros filósofos, os verdadeiros críticos.»⁽²⁶⁾

A cultura não é, pois, nunca, nem mera divulgação nem simples transmissão; ela consiste antes, como é dito no artigo que Joel Serrão escolheu para abrir a sua excelente *Antologia* de A. Sérgio, *numa certa maneira de saber as coisas*. Esta «maneira» traduz-se, fundamentalmente, numa valorização da *forma* contra a quantidade, a variedade e a novidade, forma que se define sobretudo por uma característica — a *actividade*:

«A cultura é algo essencialmente activo: é uma ginástica e afinação do espírito; é um trabalho

deste sobre si próprio; é um esforço de elucidação e de compreensão perfeitas, de harmonia mental, de exacto aprofundamento das nossas próprias ideias, de coordenação e coerência das concepções.» (27)

É esta forma — que é também um estilo e uma disciplina — que alimenta ainda a concepção sergiana da relação mestre/discípulo a que atrás aludimos, e a que Sérgio, num passo em que se ocupa do acesso à cultura, se refere do seguinte modo:

«O homem que empreende a acessão à cultura (...) é um homem que, pelo modelo activo de um verdadeiro mestre, *exerce* de facto o seu espírito crítico, o seu dom inato de esclarecer ideias, a sua própria faculdade de concatenar noções. Essencialmente *activo*, o homem que se cultiva não recebe só: *labora*.» (28)

Revela-se aqui, em toda a força dos seus efeitos, a *ilusão pedagógica* que está no centro do ensaísmo sergiano; sobretudo no modo como este activo labor é entendido como uma aproximação do discípulo ao mestre e, no limite, como uma anulação da distância que, separando-os, os define. E se falo de ilusão é porque o que aqui se ilude é o facto, bem realçado por Maurice Blanchot, de que a «existência do mestre revela uma singular estrutura do espaço inter-relacional, donde resulta que a distância do aluno ao mestre não é a mesma que a distância do mestre ao aluno; e mais: que há, entre o ponto ocupado pelo mestre, o ponto A, e o ponto ocupado pelo discípulo, o ponto B, uma separação e como que um abismo, separação que passará a ser a medida de todas as outras distâncias e de todos os outros tempos. Digamos, mais precisamente, que a presença de A introduz para B, mas conseqüentemente também para A, uma *relação de infinidade* entre todas as coisas e, antes de mais, na palavra que assume esta relação.» (29)

Muito diferentemente, para António Sérgio, a relação mestre/discípulo constitui-se integralmente

na base da sua possível anulação, cuja efectivação depende apenas do seu correcto enquadramento pedagógico, enquadramento que se define precisamente pelos efeitos de clausura que impõe, ou, para retomarmos a inspiração de Blanchot, pela relação finita que instaura.

Já analisámos, noutro estudo*, o significado epistemológico destas concepções. Interessa agora notar é que elas são o eixo da teoria sergiana da cultura e, assim, da distinção entre a falsa e a verdadeira cultura. Observe-se o paralelismo: *falsa* é a que se limita a vulgarizar o saber segundo critérios de ordem *quantitativa*. Sérgio designa este tipo de saber por *sabença*:

«Chamo aqui “sabença” à acumulação de conhecimentos meramente recebidos, não acompanhados da actividade investigadora e do espírito crítico, da objectividade e desprendimento, da atitude *espiritual* do criador científico.» (30)

A este tipo de saber opõe-se a verdadeira cultura, que é aquela

«(...) que obedece ao critério qualitativo da ascensão ao nível do *espiritual*, ou seja, da objectividade, da universalidade, do desprendimento, do senso crítico.» (31)

O que significa este *ou seja*? Sem dúvida muita coisa. Mas talvez o mais importante seja que, no pensamento de Sérgio, ele marca a valorização de uma dimensão última, o bom senso. *Esquecido* da lição hegeliana que mostra como o *bom senso* consiste na ligação, a uma verdade parcial, do sentimento de absoluto, é na suposição do trajecto que, desde o senso comum, se fez até ao bom senso, que Sérgio vê o essencial da verdadeira cultura:

«Rogo aos leitores, por consequência, que: ou ponham de parte os meus escritinhos que têm o seu quê de filosófico — ou então empreendam

com a maior audácia uma difícil manobra de virar de bordo, afastando-se do porto da consciência ingénuo, do jogo de imagens, do *sensu comum*, para tomarem o rumo do verdadeiro *bom sensu*, da análise crítica, do formalismo científico, da interioridade.»⁽³²⁾

Sejam quais forem as reservas que aquele *ou seja* nos suscite, é sem dúvida ele que abre as vias da teoria da cultura que Sérgio persistentemente defendeu e que, se por um lado não dispensa, como vimos, uma referência claramente científica, por outro não hesitará em identificar a cultura a uma *ascese* ⁽³³⁾.

Concluindo, o que a análise de todos estes textos nos mostra é que é no âmbito de uma teoria da cultura, e na atenção aos seus efeitos pedagógicos e culturais, que o criticismo sergiano se «realiza» mais completamente; e que a problematidade é, simplesmente, a outra face deste criticismo, cujos limites igualmente partilha.

E a clara consciência destes limites, assim como das múltiplas consequências práticas e epistemológicas decorrentes, parecem ser a pedra basilar de qualquer leitura que queira, da exigência crítica, assumir hoje, perante a obra de António Sérgio, mais a actividade e os objectivos do que a retórica e o contexto.

(1) R. Girard, *Des choses cachés depuis la fondation du monde* (Grasset, 1968), p. 401.

(2) M. M.^a Carrilho, *O Saber e o Método* (IN-CM, 1982), pp. 101-102.

(3) E. Lourenço, *O Labirinto da Saudade* (Pbl. D. Quixote, 1978), p. 178.

(4) M. M.^a Carrilho, *ibid.*, p. 60.

(5) Comunicação pessoal do autor.

(6) *Ensaíos-1* (Sá da Costa Editora, 1971), pp. 135-6.

(7) B. Russell, *Os Problemas da Filosofia*, (A. Amado Editor, 1959), «prefácio», p. 8.

(8) G. Deleuze, *Différence et Répétition*, (PUF, 1968), p. 205.

(9) B. Russel, *ibid.*, p. 9.

(10) *António Sérgio*, Antologia organizada e prefaciada por Joel Serrão, p. 10 (seguidamente designar-se-á por *Ant.*).

(11) *Ibid.*, *idem*, subl. nossos.

(12) *Ibid.*, *idem*, subl. nossos.

(13) *Ibid.*, pp. 24-25.

(14) *Ibid.*, p. 38.

(15) *Ibid.*, p. 35, subl. nossos.

(16) *Ibid.*, pp. 38-39.

(17) *Ibid.*, p. 37.

(18) E. Bréhier, *Études de Philosophie Moderne* (PUF, 1965), p. 156.

(19) G. Deleuze, *ibid.*, p. 206.

(20) Veja-se, sobre este ponto, o nosso estudo «Inovação, abdução e problema — Peirce e a problemática da descoberta científica» in *Filosofia e Epistemologia — IV*, (A Regra do Jogo Ed., 1982), nomeadamente as pp. 170-177.

(21) L. Laudan, *Progress and its Problems — Towards a Theory of Scientific Growth* (Routledge and Kegan Paul, 1977), p. 6.

(22) Bergson, *Oeuvres* (PUF, 1963), p. 1293.

(23) *Ant.*, p. 19.

(24) *Ant.*, p. 533.

(25) E. Lourenço, «António Sérgio e o estatuto da Razão» in *Expresso* de 10/9/83.

(26) *Ant.*, p. 5.

(27) *Ibid.*, *id.*

(28) *Ibid.*, p. 6.

(29) M. Blanchot, *L'Entretien Infini* (Gallimard, 1969), p. 5.

(30) *Ensaíos — I*, p. 119.

(31) *Ibid.*, p. 122.

(32) *Ant.*, p. 482.

(33) Cf., por exemplo, *Ant.*, p. 8 e ss. e p. 37 e ss.

Introdução à peregrinação

por Luís Filipe Barreto *

PEREGRINACAM DE FERNAM MENDEZ

PINTO, E POR ELLE ESCRITA:

QUE CONSTA DE MVITAS, E MVITO
estranhas cousas que vio, & ouvio no Reyno da
China, no de Tartaria, no de Pegú, no de Mar-
tavão, & em outros muitos Reynos, & senho-
rics das partes Orientaes, de que nestas nos-
sas do Occidente ha muyto pouca, ou ne-
nhũa noticia.

E TAMBEM DA CONTA DE MVITOS
casos particulares que acontecerão assim a elle como a ou-
tras muytas pessoas; & no fim della trata brevemente de
algũas noticias & da morte do Santo Padre Mestre Fran-
cisco Xavier, unica luz, & Resplandor daquellas par-
tes do Oriente, & nellas Reytor Vniuersal da Com-
panhia de Iesus.

OFFERECIDA AO SENHOR

DOM FRANCISCO
XAVIER IOZEPH DE MENESES
PRIMOGENITO
DOS SENHORES CONDES DA ERICEYRA

EM LISBOA

Com todas as Licenças necessarias.

Na Officina de Antonio Craesbeck de Meilo, Impressor de Sua Alteza.
& impresso à sua custa Anno de 1678.

Fernão Mendes Pinto é ainda hoje portador dum pensamento em quarentena, rodeado de mil e um desvios, de cuidados, de não discussão profunda, que abrem as portas a toda e qualquer superficial distorção ideológica.

* Departamento de História da Faculdade de Letras de Lisboa.

«A afirmação da vida é o aspecto fundamental da nova época; o homem e as suas relações naturais com o ambiente convertem-se no centro do interesse. A nova conexão vital que então se desenha no horizonte da consciência exige a expansão da vida, o império da vontade de poder, o gozo da beleza da vida... O reflexo filosófico de todo este movimento acontece numa ampla produção literária: o seu objecto é o homem, a condicionalidade fisiológica da vida anímica, o poder das paixões, os temperamentos, a diversidade de carácter dos indivíduos e dos povos e finalmente as consequências que para a conduta da vida se desprendem deste conhecimento do homem: referindo-se ao comportamento, compreensão e acção doutros homens e à determinação do fim moral da vida.»

WILHELM DILTHEY

1. As Condições Problemáticas da Análise Histórica

Nos finais do século XVI a crise ideológica do expansionismo renascentista português torna-se cada vez mais forte e presente. Não se trata agora de apenas mais uma crise, nem mesmo da emergência duma consciência crítica. A presença imperial portuguesa no Oriente é, desde sempre, um mar de crises, uma tempestade de choques e con-

tradições de projectos políticos, económicos, de grupos de pressão, de interesses senhoriais e individuais, nacionais e estrangeiros. Os exemplos *Vasco da Gama* e *Afonso de Albuquerque* atestam, desde a origem, o clima de crise (crises conjunturais que geram o processo duma crise estrutural) da imagem e realidade do «Oriente Português».

Também a consciência crítica sobre os caminhos e destino das Índias Orientais é algo de constante que transparece, por exemplo, na actividade epistolar dos diferentes autores. Desde a chefia máxima, casos paradoxais de Afonso de Albuquerque e D. João de Castro, até aos quadros menores, vai-se, ao longo do século XVI, estabelecendo a figura duma precaridade, duma necessidade de avaliar o porquê e o como do que se alcança e se perde, tanto em termos de civilização material como espiritual.

A consciência da ausência por parte do poder político dum conhecimento concreto e profundo bem como dum arquitectado e articulado projecto colonial surge constantemente nas Cartas dum Afonso de Albuquerque a D. Manuel ou de D. João de Castro a D. João III. Múltiplas razões são chamadas a explicar uma crise, profunda e eterna, que em meados do século é já, para alguns, *sombra de decadência*: «praza a Deus que tal não seja, mas eu tenho por muito certo que asy como os portugueses ganharão a Imdia como valentes cavaleiros e os Imdios a perderam como mercadores e fracos, asy nola amde tornar a ganhar como valentes soldados, perdendo a nos outros como civeis chatins muito afeminados»⁽¹⁾.

A ausência duma outra realidade expansionista no Oriente (e não nos interessa entrar agora nos jogos probabilísticos dos outros possíveis) torna a existente cada vez mais crítica. A resposta individual torna-se desde cedo a saída possível com «cada um a buscar sua vida, como melhor podem»⁽²⁾, os meios e os fins dividem-se numa psicologia social e individual em que se abraçam medo, pecado, esperança, desejo, porque: «os portugueses que vem a estas partes não vem pera

outra entençaõ senão pera enrequeser de qual-quer maneira»⁽³⁾ e esta «soluçãõ» agrava cada vez mais uma (im)potência imperial corroendo as forças e valores em que assenta: «insinou os portugueses a perderem a vergonha e ho temor de Deus e desejo de servir vossa alteza»⁽⁴⁾.

A crise da consciência imperial das últimas décadas do século XVI e inícios do XVII alimenta-se de tudo isto. Já não se trata só duma pontual visão parcelar desta ou daquela questão política ou económica nem mesma duma apenas proposta de solução do estado, conjuntural e/ou estrutural, de crise. O que está em questão então é o próprio espelho do ser e sentido de Portugal no mundo enquanto jogo do engano e desengano colonial.

As respostas a esta avaliação são do mais variado tipo, indo desde um extremo poético de fuga para um ideal de espaço-tempo suspensos (caso do *Desengano de Perdidos* de Frei Gaspar de Leão e de *Os Lusíadas* de Luís de Camões) até um extremo prosaico de mergulho crítico na raiz mesma dos problemas como nos *Diálogos do Soldado Prático* de Diogo do Couto, tanto na versão de 1547 como na de 1611, ou no *Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia* preparado e publicado por António Freire em 1630. A *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto (1546-1583) faz parte desta série documental que nos finais do século XVI problematiza o Oriente em termos essencialmente prosaicos, buscando respostas para a condição portuguesa, para o ser e sentido de Portugal e dos Portugueses no Mundo. É este o «mundo da vida» (Husserl), o ponto e situação em que nasce a escrita de F. M. Pinto, o horizonte de ser e pensar que fornece os quadros da textualidade e contextualidade do discurso.

A compreensão do jogo do sentido que se manifesta em tal plano textual tem que enraizar-se nesta medida da epocalidade. Caso contrário caímos facilmente numa inventiva de projecção etnocêntrica em que o passado é ficção do presente. É necessário pois compreender a *Peregrinação* como sinal e sentido dum certo horizonte de vida e escrita, como manifestação de uma diferença

de questões, perguntas, respostas que nascem e formam as «estruturas mentais particulares aos homens do século XVI» (Lucien Febvre). Uma tal consciência histórica faz com que a hermenêutica histórica caminhe nas margens diferenciais do sentido, no caminho e procura do limite: «no limite, o historiador percebe o seu passado com uma consciência muito próxima da do contemporâneo desse passado»⁽⁵⁾.

A *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto é uma obra de profunda complexidade. Essa complexidade assenta tanto na estrutura semântica do próprio tecido textual como no conjunto de leituras e «poeiras» que sobre a mesma e o seu autor foram produzidas desde o século XVII até aos nossos dias⁽⁶⁾. A sua compreensão interpretativa é pois bastante indeterminável porque estamos frente a um universo difícil não só pela estrutura labiríntica da sua interioridade como pela nebulosidade que do exterior rodeia e penetra as figuras do sujeito e unidade discursivas.

Poucos autores da Cultura Portuguesa têm gerado leituras da sua obra e vida tão diversas e opostas. Ainda menos têm, ao longo de tanto tempo, sido prisioneiros da ideologia, servido de foco de alta tensão presentista, gerando visões carregadas dum forte polemismo, pró e contra o objecto «abordado».

Uma história das leituras de F. Mendes Pinto e da *Peregrinação* poderia, talvez, contribuir para uma bem mais rigorosa compreensão do sentido, dos sentidos do sentido dos seus enunciados e para uma explicação do seu peculiar estatuto e imagem na consciência sociocultural portuguesa. F. Mendes Pinto é ainda hoje portador dum pensamento em quarentena rodeado de mil e um desvios, de cuidados de não discussão profunda que abrem as portas a toda e qualquer superficial distorção ideológica. Não temos como objectivo deste breve estudo a abordagem sistemática das leituras da *Peregrinação*. Pensamos, contudo, que um esboço mínimo do essencial da história do problema é necessário para bem pensar o problema histórico. Uma breve paisagem diacrónica das diferentes in-

terpretações da obra e do autor é um excelente instrumento de apoio para a decifração do exacto lugar documental e monumental em que hoje estamos situados.

As leituras da *Peregrinação* iniciam-se ainda antes da sua publicação em 1614. Tendo sido escrita, provavelmente, entre 1569 e 1578, encontramos entre os finais do século XVI e 1614 ocasionais referências à sua existência, sempre pontuais e fragmentárias, enquanto instrumento informativo.

A verdadeira leitura interpretativa da obra inicia-se, contudo, aquando da sua publicação e, em especial, a partir da sua rápida divulgação logo no século XVII com a tradução espanhola de Herrera Maldonado, 1620 (que apresenta diferenças sobretudo estilísticas em relação ao texto português), logo seguida das edições francesas de Bernardo Figueira, Paris, 1625, 1645, 1663, 1678; holandesas, 1652, 1653; inglesas em 1653, 1663, 1692 e alemãs em 1671, 1674.

Em termos genéricos pode dizer-se que Herrera Maldonado abre não apenas a leitura da *Peregrinação* mas mesmo território crítico em que durante séculos a interpretação da mesma irá viver. De H. Maldonado ao contemporâneo Georg Schurhammer, passando pelo seicentista abade de Chaisy, pelo oitocentista A. Feliciano de Castilho ou Cristóvão Aires, encontramos sempre um lugar essencial afim, um campo temático comum de leitura que assenta/acentua o valor documental da escrita de F. Mendes Pinto.

O lugar de filiação de todas estas aproximações interrogativas e interpretativas da *Peregrinação*, que não anula a sua profunda diversidade, assenta numa afinidade de avaliação do discurso renascentista enquanto verdade histórica, na sua compreensão fundamental como «récita de acontecimentos verdadeiros» (7).

Esta leitura da *Peregrinação*, que privilegia a dimensão informativa e a comunicação realista de paisagens, vai, em termos processuais de longa duração, evoluir numa acentuação dominante de máxima veracidade e credulidade, tópicos fundamen-

tais da posição inicial, até à máxima incredulidade manifestada na primeira metade do nosso século. Com G. Schurhammer — *F. M. Pinto und seine Peregrinação*, Leipzig, 1924-1926 —, atinge-se o momento mais alto de afirmação dos «anacronismos» e «erros informativos» enunciados no discurso renascentista.

Até aos anos vinte/trinta do nosso século o centro do debate das leituras de Fernão Mendes Pinto repousou, essencialmente, nesta avaliação da dimensão informativa. O núcleo da interpretação girava, então, em torno da sua fidelidade às coisas e factos da sua veracidade como fonte histórica. Os anos quarenta/cinquenta vão, gradativamente, deslocar o campo de acentuação das leituras, fazendo passar o essencial do discurso do informativo para o for(mul)ativo, do romance do verdadeiro para o verdadeiro romance, enfim, do território da historiografia para o da obra literária.

Este deslocamento problemático não pode, evidentemente, ser reduzido ao apenas sistema interno das leituras da *Peregrinação*. Múltiplos factores no campo do conhecimento histórico e das ciências do Homem contribuíram decisivamente para toda esta, lenta mas profunda, alteração. Os dois elementos alterativos fundamentais são, sem dúvida, o desenvolvimento das técnicas de análise literária (semióticas, semânticas textuais, etc.) que mudaram radicalmente o conceito e análise de literatura, até aí preso às malhas da estilística e da historicidade superficial e o significativo recuo do etnocentrismo na historiografia europeia, fruto ao mesmo tempo do novo lugar da Europa no mundo a partir das décadas de 50/60 e da rigorização da antropologia/etnologia que impõe novas condições dialogais ao conhecimento histórico.

O afundamento das récitas e padrões de legitimidade historiográficos tradicionais provocou, a pouco e pouco, entre muitas outras coisas, uma tomada de consciência pelos historiadores da pluralidade civilizacional, levando a uma nova colocação do problema da veracidade. As leituras documentais-informativas da *Peregrinação* não acabaram, mas hoje, nos finais do século XX, sabe-

mos que esse problema é bem mais complexo e é mesmo totalmente diverso do pensado pelas Histórias Tradicionais.

A descentração antropológica (que se vem acentuando sobretudo a partir da década de sessenta) permite-nos ver que os estudos da verdade informativa de F. M. Pinto são, essencialmente, jogos de comparação entre diversas fontes/documentos europeus. Abstraindo agora o problema do sentido discursivo do nosso quinhentista e focando apenas a dimensão informativa, facilmente compreendemos hoje que o horizonte de rigor e fundamentação ao alcance do historiador português/ocidental se situa num reduzido e estreito quadro de limites. A verdade documental da *Peregrinação*, para ser concreta e rigorosamente avaliada, necessita, na maioria dos casos, dum trabalho em diálogo e equipa que envolva historiadores e geógrafos orientais e europeus, não pode já, em termos científicos, ficar apenas entregue a europeus, ainda que sejam especialistas da massa documental europeia sobre o Oriente e que, incorrecta, mas muito significativamente, se designam como orientalistas...

Uma tal consciência histórica rigorosa não anula a validade dos trabalhos realizados sobre o índice de verdade do mundo oriental expresso na escrita de F. M. Pinto, mas coloca-os em todo um outro plano. O que esses estudos podem alcançar é tão-só o grau de concordância e discordância da *Peregrinação* frente à tipologia constante das imagens da Ásia nos olhos de Portugal e da Europa, para utilizarmos a expressão célebre de Donald F. Lach.

A comparação das informações geográficas, antropológicas, comerciais, militares, etc., de F. M. Pinto com as de *F. Alvares, João de Barros, F. Lopes de Castanheda, F. Gaspar da Cruz* e tantos outros permite-nos, sem dúvida, algumas certezas sobre a realidade colonial e mesmo algo da realidade oriental, sendo assim possível observar o parcial grau de certeza ou erro factual/fenomenal da *Peregrinação* neste ou naquele caso/dado. Não pode, no entanto, este exercício ser confundido com uma investigação de equipa pluricivilizacional ocidental/oriental que trace exaustivos pano-



A escrita de F. Mendes Pinto é um manifesto da paradoxal coexistência de múltiplas culturas no horizonte cultural renascentista. (Na gravura, «Ocidentais negociando com japoneses», Museu de Arte Idemitsu, Par de biombos com duas folhas, pormenor).

ramas do clima, da paisagem, dos costumes, dos lugares, de Malaca, da China, do Japão e tantos outros elementos do sociocultural no século XVI. Apenas esta investigação poderá, com um certo e fundamentado rigor, fazer juízos globais sobre o grau e validade das informações contidas na *Peregrinação*.

O deslocamento problemático das leituras da *Peregrinação* passando o acento essencial do romance do verdadeiro para o verdadeiro romance vai nascendo e afirmando-se ao longo das décadas de cinquenta e sessenta. Este deslocamento representa, do nosso ponto de vista, uma aproximação

mais lógica e verdadeira à intencionalidade do sentido discursivo do renascentista.

Não se deve exagerar a oposição de acentuações entre romance do verdadeiro e verdadeiro romance (para utilizarmos as categorias de Paul Veyne). Trata-se duma oposição porosa e complementar de leituras diferenciadas em grau, mas duma mesma natureza. Não devemos, contudo, ignorar o significado deste deslocamento de acentuações porque representa a possibilidade duma nova e mais profunda atitude de consciência histórica.

A rigorosa hermenêutica textual visa uma interpretação e compreensão do sentido tal como ele existiu no quadro da sua própria realidade e produtividade. O problema da veracidade informativa da *Peregrinação* deve pois ser pensado, mas apenas no seu exacto lugar. A compreensão do espírito da mensagem discursiva do quinhentista mostra que o informativo não é o essencial da lógica textual, não forma o núcleo principal da arquitectura discursiva⁽⁸⁾.

A *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto não é nem quer ser, na sua exacta semântica intencional / epocal, uma descritiva geográfico-histórica do Oriente conhecido pelos portugueses do século XVI. O seu objectivo de escrita é radicalmente diferente daquele que preside à constituição do *Livro das Coisas da Índia de Duarte Barbosa* e da *Suma Oriental de Tomé Pires*, as duas grandes gramáticas fotográfico-descritivas do Portugal/Oriental⁽⁹⁾. Tendo embora pontuais descritivas de geografia física e humana, numa função de suporte realista e apoio factual da narrativa (em grau bem mais certo e verdadeiro do que tradicionalmente se aceita), o objectivo da *Peregrinação* vira-se para um outro plano, para o *narrativo jogo das imagens e paisagens da consciência e acção do homem ocidental e oriental*.

Esta narrativa é o centro de sentido da *Peregrinação*. Narratividade de enganos e desenganos vivenciais dada numa escrita de paradoxal diálogo entre o romance do verdadeiro e o verdadeiro romance, de modo a fazer ressaltar toda uma tela de valores, a iluminar a emergência dum choque dia-

léctico de diferentes e opostas antropologias (teorias e práticas do valor humano) que nasce e finda numa antropologia filosófica: «a antropologia filosófica é a reflexão sobre si, o ensaio sempre renovado que faz o homem para chegar a compreender-se... é o domínio do que se poderia designar como a filosofia da vida»⁽¹⁰⁾.

A *Peregrinação* é uma obra literária e não uma descritiva geográfica, uma récita histórica ou um tratado de filosofia. A ordem estética do Renascimento e, em especial, a literariedade epocal guardam, contudo, uma ampla dimensão sapiencial, uma abertura e porosidade que a nossa arquitectura contemporânea das «duas culturas» (C. P. Snow) tende, frequentemente, a esquecer. Vivemos num mundo de fronteiras que separam bem mais do que unem, e temos grande dificuldade em imaginar todo um outro horizonte radicalmente diverso em que «o mundo da vida» (Husserl) tinha toda uma outra distribuição de lugares com muito menos fronteiras que uniam bem mais do que separavam⁽¹¹⁾.

A obra literária deste renascentista transporta uma preocupação e intenção nuclear ético-moral, uma presença filosófica transliterária. (Filosofar tomado aqui como meditação geral de índole poética sobre a condição e realidade humanas). Como filosofia da vida e filosofia da acção a *Peregrinação* é uma obra literária de avaliação, julgamento e informação da troca civilizacional entre os mundos do mundo, nascida com os Descobrimientos.

O discurso de Fernão Mendes Pinto é uma obra literária que se alimenta tanto da existência concreta dum eu vivencial como do trabalho literário de aproveitamento e complexificação doutros discursos. Esta segunda vertente, regra geral desprezada, é um importante índice quer das condições de produção da escrita quer das regras de interpretação/compreensão.

A *Peregrinação* tem um importante trabalho de complexificação de verbalidades informativas, de diálogo com a historiografia (que na época é essencialmente literatura/récita verdadeira) e com a doutrina espiritual onde se recolhem enunciados-

-chave ou elementos informativos/descriptivos. Trabalho silencioso e disseminado bem mais implícito que explícito, mas onde é possível encontrar múltiplas presenças, em oposição e afinidade, que vão desde João de Barros, as *Décadas da Ásia*, mas também a *Ropica Pnefma*, até F. Gaspar da Cruz, passando por F. Lopes de Castanheda, F. Heitor Pinto, Francisco Álvares, etc.

A *Peregrinação* é a resultante textual do cruzamento do visível e lisível, o produto duma tensão dialéctica entre uma vivencialidade e uma sedimentada biblioteca literária: «*Os Lusíadas* de Luís de Camões e a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto são os casos de progressão máxima, poética e prosaica, do território literário nas discursividades dos Descobrimentos»⁽¹²⁾.

A *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto é a catedral antropológica do Renascimento Português. O seu universo textual exprime a sincretização paradoxal das antropologias da antropologia renascentista segundo um movimento ora de choque concorrencial ora de porosa aliança entre as antropologias filosófica, etnológico-colonial e ideológica.

A *Peregrinação* é o discurso da essência e do essencial da teoria e prática da vida do português renascentista condenado à aventura colonial. Escrita que se detém nos Orientes do Oriente, esse lugar por excelência do nosso Renascimento onde nascem e desaguam quase todos os enganos e desenganos, para construir uma viagem de julgamento ao interior e exterior dos homens. Fernão Mendes Pinto é um crítico, pintor e fotógrafo, das paisagens da alma e acção humanas que elabora tanto um painel global da comunicação Ocidente-Oriente (na sua multifacetada riqueza espiritual e material) como um quadro-balança formulador e julgador dos valores de todos os homens e do homem todo. A riqueza de sentido desta obra situa-se, antes de mais, na sua dimensão sintético-nuclear (quase enciclopédica) da cultura e vida dos Descobrimentos.

Dimensão sintética que toca mil e um tópicos temáticos e problemáticos do universo renascentista (como o informativo, novo, pícaro, satírico, reli-

gioso, crítico, etc.) mas que, no essencial, se afirma como unidade de juiz/juízo da condição e destino tanto de Portugal e dos Portugueses como do encontro civilizacional, feito em choque-diálogo, dos dois pólos-chave do mundo: o Ocidente e o Oriente.

A complexidade paradoxal da *Peregrinação* é também consequência do clima epocal que respira e exprime. O discurso de F. Mendes Pinto nasce dum lugar problemático de viragem que é, ao mesmo tempo, síntese de toda uma milenar herança antropológica feita de conceitos e preconceitos recebidos da Antiguidade e Medievalidade e abertura de avenidas de criticismo e relativismo próprios duma descentração antropológica que apenas os séculos posteriores viriam a desenvolver e sedimentar.

A *Peregrinação* vive da e entre a herança e condição naturais dum dominante e totalitário etnocentrismo frente a uma dominada, pontual e contraditória, mas real, descoberta e invenção duma descentração antropológica que, nos quadros epocais do possível e impossível, nada mais pode ser que um nebuloso conjunto de ideias e ideais agrupados em torno da crítica dos valores éticos.

A *Peregrinação*, nesta duplicidade estrutural, faz coexistir um maioritário e natural etnocentrismo com uma minoritária e dominada postura crítica de descentração antropológica. Paradoxal duplicidade que assim manifesta o berço sociocultural de nascimento, as marcas generativas de clima de tensão e concorrência entre diferentes horizontes culturais próprio ao Renascimento Português, em especial a partir dos anos de 1550-1560. Crises e choques entre diferentes programas de destino sociocultural de Portugal que, a partir de meados do século XVI, sofrem um crescimento e aceleração conflitual. Ambiente que forma a conjuntura de produção da escrita de F. Mendes Pinto, anos 60/70, que havia regressado ao País em 1558⁽¹³⁾.

Discurso renascentista e, por isso, discurso de transição, isto é, produzido numa ambiência em que a mutação nos domínios do acontecimento e conhecimento se acelera, mas em que os poderes e valores tradicionais ainda têm significativas for-

ças de domínio e resistência. A transição renascentista é o equilíbrio instável e conflituoso entre a mutação e a conservação, entre os factores de manutenção e os de transformação. A época de transição caracteriza-se pois pelo impasse, fruto da equilibrada concorrência, entre a manutenção e a mutação, daí o sem-número de confrontos e(m) diálogos, de concorrência e(m) coexistências, de proclamações de diferença, mas também (e quantas vezes no mesmo momento e no mesmo lugar) de afinidade e identidade.

O clima epocal renascentista exprime o paradoxo da transitividade que permite detectar as correntes de alteração sob as águas ainda vivas da manutenção. Este jogo duplo atravessa a lógica da *Peregrinação* através da sintética coexistência de elementos de continuidade assentes na herança e aspectos de descontinuidade que radicalizam categorias e problemas renascentistas.

A *Peregrinação* é um campo textual duplo onde se afirmam, ao mesmo tempo, tópicos que nos finais do século XVI pertencem já a culturas intelectualmente transcendidas (como, por exemplo, a constante presença e intervenção de Deus na realidade física e humana, a existência objectiva de milagres, a vida como sofrimento e punição de exemplaridade religiosa, os fenómenos naturais como efeitos justiceiros da vontade divina, etc.) com lugares conceituais e temáticos que pertencem não só a dominadas como mesmo não instauradas formas espirituais (como, nos casos do criticismo à colonização europeia, da aceitação da diferença civilizacional como condição do estatuto universal do humano, da denúncia da contradição moral do homem europeu/cristão preso à infidelidade das palavras frente aos actos, das intenções frente às realizações).

A escrita de F. Mendes Pinto é um manifesto da paradoxal coexistência de múltiplas culturas no horizonte cultural renascentista. A marginal, cada vez mais marginalizada ao longo do século, Cultura dos Descobrimentos coabita com diversos fragmentos das duas hegemonias culturais do quinhentismo português: a escolástica e o humanismo.

A complexidade semântica da *Peregrinação* obriga o historiador da cultura discursiva a um cauteloso exercício interpretativo, a uma meticolosa hermenêutica que visa não falsificar a paradoxal coexistência de múltiplas e antagónicas formas de ser e de pensar. A riqueza contraditória desta obra, no seu movimento de ainda continuidade e já descontinuidade, é apenas um ponto de emergência e expressão do paradoxo epocal renascentista dividido no mais íntimo do seu ser entre a obrigatoriedade de representar a última idade da prosa do mundo e o desejo e a necessidade de alimentar o nascimento dum outro universo civilizacional: «a mudança essencial que denominamos aparecimento do homem moderno é o resultado dum complicado processo cultural... o mais importante é, antes de mais... a independência relativa dos distintos círculos da existência»⁽¹⁴⁾.

Renascimento e Peregrinação. Segredo e destino das épocas e discursos de ebulição transitiva em que a conservação e a transformação coexistem e resistem em paralelas de concorrência, defrontando-se aqui e aliando-se ali, marcando, deste modo, os horizontes do epocalmente possível e impossível, dominante e dominado, nuclear e periférico.

O que é nuclear em F. Mendes Pinto é a paisagem vital do desejo e realidade do acontecer colonial português no Oriente. Paisagem realista que «nos coloca em plena ficção para falar da realidade»⁽¹⁵⁾ através duma «intencionalidade crítica, meditação sobre os acontecimentos que vai narrando»⁽¹⁶⁾. Periférica é tanto a busca de soluções ou melhores condições para a lógica colonial (em que se propõe o Extremo Oriente como centro e acento alternativo no Malabar: «muytas minas de cobre, prata, estanho, salitre, & enxofre, com muytos campos desaproveitados de muyto boa terra, & tão perdida naquella fraca nação, que se ella estivera em nosso poder, quiza que estiveramos mais aproveitados do que hogue estamos na India por nossos pecados»⁽¹⁷⁾), «sítio, grandeza, abastança, riqueza, & fertilidade q̄ vy neste reyno de Sião & imperio Sornau, & quanto mais proveitoso nos fora

telo antes senhoreado que tudo quanto temos na Índia, & com muyto menos custo do q̄ ategora nos tem feito»⁽¹⁸⁾ como a crítica ético-antropológica do expansionismo imperial que desvenda a duplicidade e falsidade da consciência colonial, autêntico engano e desengano de perdidos, pois engana tanto os outros quanto a si mesmo: «e navegando nos desta maneyra, chegamos daly a seis dias ás portas de Liampoo, q̄ são duas ilhas três legoas donde naquelle tempo os portugueses fazião o trato de sua fazenda, que era hũa povoação que elles tinham feita em terra de mais de mil casas, com governança de vereadores, & ouvidor, & alcaides, & outras seis ou sete varas de justiça & officiais da república, onde os escrivães no fim das escrituras publicas que fazião punhão. E eu Fuão, publico tabalião das nostas & judicial nesta cidade de Liampoo por el rey nosso senhor, como se ella estivera situada entre Santarem & Lisboa, & isso com tanta confiança & oufania, que avia ja casas de tres & quatro mil cruzados de custo, as quais todas, assí grandes como pequenas, por nossos pecados forão depois de todo destruydas & postas por terra pelos Chins, sem ficar dellas cousa em q̄ se pudesse pôr os olhos, como mais largamente contarey em seu lugar. E então se verá quão incertas são as coisas da China, de que nesta terra se trata com tanta curiosidade, & de q̄ algũs enganados fazem tâta conta, porque cada hora estão arriscadas a muytos desastres & desaventuras»⁽¹⁹⁾.

2. O Lugar da Ordem do Discurso

O objectivo desta nossa introdução é, no fundamental, o situar da *Peregrinação* de F. Mendes Pinto na localização espaço-temporal de originária emergência, o determinar sintético (a partir duma microanalítica textual aqui silenciada) da forma e tipo de corpo discursivo no espaço semântico em que nasceu, viveu e cobrou sentido. A observação do lugar de sentido leva ao mesmo tempo à orientação do plano problemático de abordagem que nos desvenda e esconde a máscara, leitura e limite

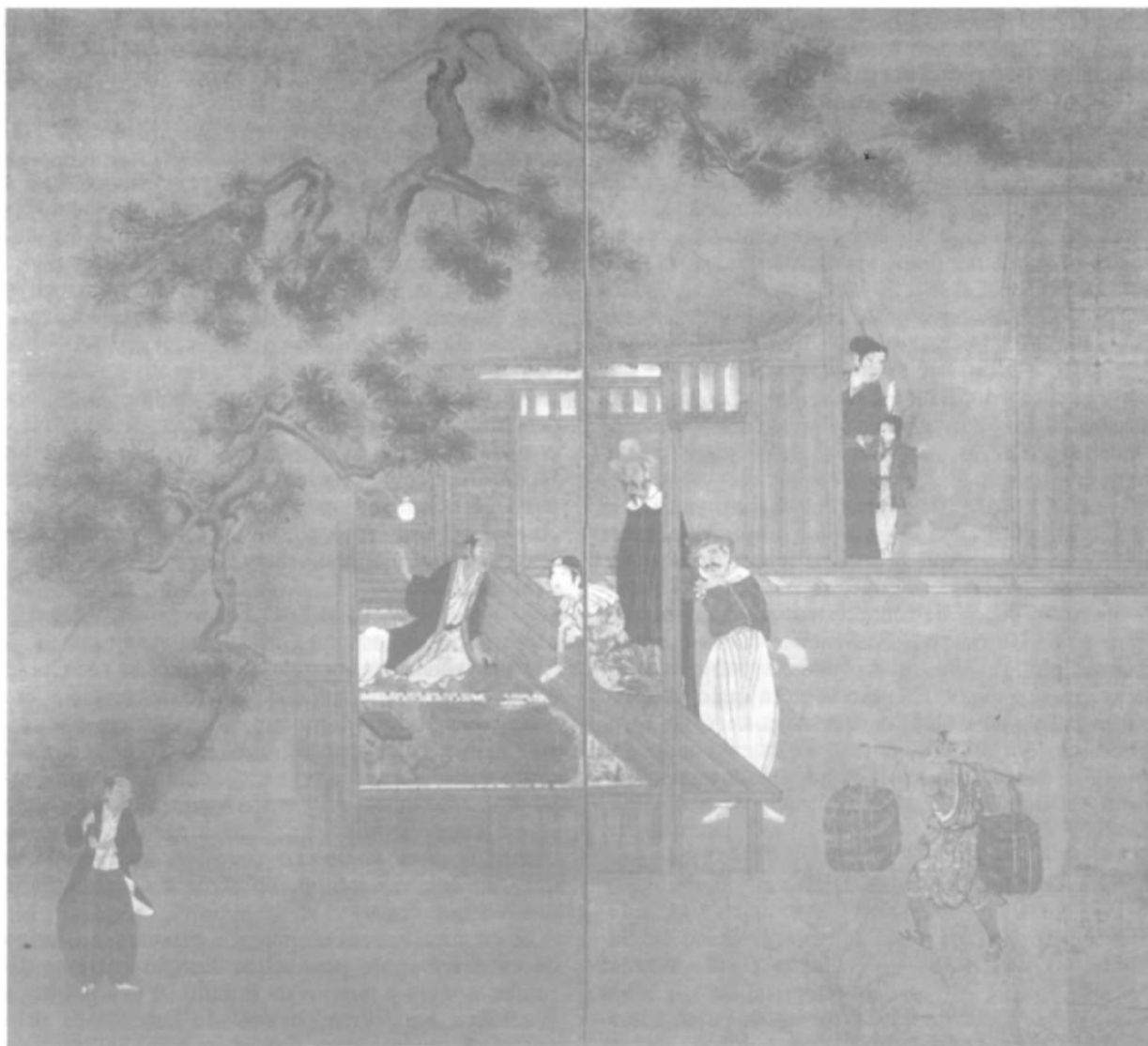
da escrita de F. Mendes Pinto (planos fundamentais para a determinação do plano discursivo).

A ordem discursiva da *Peregrinação* inicia-se com um jogo de luz e espelhos, um teatro de planos que ilumina a superfície e sombreia a profundidade. É necessário, antes de mais, estabelecer a diferença de nível existente entre o *enunciado* e o *realizado*, entre o objecto e objectivo proclamados e o objecto e objectivo criados. Esta primeira duplicidade, verdadeira abertura do jogo do sentido, serve para definir e ao mesmo tempo mascarar o real corpo e destinatário da mensagem de Fernão Mendes Pinto.

O plano em imediata evidência na enunciação do objecto e objectivo, «meus trabalhos & perigos da vida q̄ passei no discurso de vinte & hũ ãnos... por erança deixo a meus filhos (porq̄ só para elles he minha tenção escrevella»⁽²⁰⁾, manifesta uma particularidade e superficialidade inexistentes na obra que, constantemente, ao longo do fazer-se textual se mostra como busca de universalidade e profundidade.

O objecto proclamado esgota-se no autobiográfico. A dimensão autobiográfica atravessa, sem dúvida, a totalidade textual da *Peregrinação* mas, nem de perto nem de longe, a esgota. O discurso é assim o fingimento duma autobiografia, dum eu narrativo que é um conjunto de mundos colhidos em múltiplos eus existenciais, que esconde e apresenta (implicitamente) planos bem mais profundos e latos. O eu autobiográfico sofre ao longo do percurso discursivo um complexo jogo de metamorfoses que, ao mesmo tempo, constrói o fingimento e torna-o manifesto⁽²¹⁾.

O eu autobiográfico sempre presente ao longo da escrita é o elo possível de ligação entre os diferentes espaços e tempos do mundo. A sua presença discursiva é a forma de unidade encontrada pelo autor não apenas para descrever e avaliar os mais diversos campos temáticos e problemáticos mas também para autorizar os seus próprios enunciados através do tópico epocal de vivencialidade e empiricidade do visto e vivido no momento e lugar concretos. O eu autobiográfico é pois a estrutura e a



O problema da leitura torna-se na «Peregrinação» um problema de cultura, de diferentes mundos do sentido e da vida que tendem a não se compreender. (Na gravura, outro pormenor do quadro reproduzido na página 21).

figura que forma o artifício de unidade e verdade executados na *Peregrinação* «como testemunha de vista»/«eu vy por meus olhos» (F. M. Pinto).

A estratégia autobiográfica é uma certidão de legitimidade discursiva, um atestado de certeza, enquanto viver, presenciar e participar concreto de F. M. Pinto no mundo a que a escrita se refere. Este tópico literário, carregado de múltiplos sinais de identidade gnoseológica e ontológica, sofre, contudo, assinaláveis alterações ao longo do processo discursivo, devido ao seu carácter dinâmico.

A dimensão autobiográfica enquanto patente e imediata apenas ocupa o primeiro plano textual nos inícios e finais da obra, isto é, nos capítulos I e CCXXVI. A dimensão radicalmente confessional destes dois capítulos, absorvidos no problema da existência própria do sujeito existencial que é sujeito e objecto discursivo, marca os pontos de partida e chegada da obra ao eu individual concreto, mas deixa em branco a paisagem da vida epocal.

A paisagem da vida epocal em branco nas zonas alfa e ómega do universo textual é o conteúdo que preenche o corpo da escrita ao longo dos restantes capítulos. Este preenchimento forma o essencial do narrativo-descritivo e afirma-se, assim, como o objecto dominante da *Peregrinação*.

A paisagem existencial dos homens e mundos orientais e ocidentais ocupa o todo da escrita com excepção das margens, dos periféricos lugares que formam as plataformas de abertura e fecho. O escrever dum tal objecto, o dar no corpo literário um tal conteúdo vai implicar a existência de todo um mecanismo estilístico-semântico vocacionado para a realização dos deslocamentos de acentuações do eu autobiográfico. Esta alteração tanto pode funcionar como apagamento, e aparece então o impessoal narrador-recitador, como pode criar uma hierarquia de personagens em que o eu autobiográfico sofre um processo de diluição (como por exemplo nos casos paradigmáticos de António Faria e S. Francisco Xavier) ou de metamorfose em nós como acontece nos casos descritivos fundamentais tanto de acontecimentos como de viagens (China, Tartária, Sião, etc.).

Todas estas oscilações e artifícios da condição do sujeito discursivo e existencial na escrita de F. Mendes Pinto servem, em última instância, de máscara que permite e desvia. Permite fazer da sua situação existencial-individual um exemplo e destacado pretexto/porta-voz de avaliação crítica da condição humana. Mas, ao mesmo tempo, desvia e recebe um tal objectivo essencial com as marcas dum mero acontecer de desgraças a um simples indivíduo, o que confere ao permitido a sem importância dum ocasional, dando-lhe ao mesmo tempo um atestado de certeza porque fruto dum empírico-concreto.

As margens de abertura e fecho do plano textual constituem o horizonte individualizado de autobalço dum homem e duma vida. Estas margens não são contudo a essência da escrita, desempenham tão-só uma periférica função de apoio e suporte do nuclear. São o pretexto imediato e ao mesmo tempo o certificado de autoridade que permite e esconde o essencial discursivo, isto é, um pontear da paisagem concreta do Oriente do século XVI, imenso palco civilizacional onde desfilam as paisagens e actos psicológico-morais do universo humano.

O essencial e nuclear da *Peregrinação* encontra-se nesta *visão antropológica*. Visão minoritariamente valorativa. Descrição e valoração porosamente oscilantes que permitem a acentuação ora duma antropologia etnológica atenta aos usos e costumes do outro civilizacional (plano discursivo dominado) ora duma antropologia filosófica votada à avaliação da condição e destino da humanidade frente a si mesma e a Deus (plano discursivo dominante).

A constante presença e metamorfose do eu autobiográfico no corpo da escrita é a afirmação do «repórter» e «fotógrafo» que vive activamente as reportagens e fotografias que faz porque está nelas total e radicalmente envolvido enquanto condição e destino vivencial. Esta presença da existencialidade concreta que é compromisso e autoridade forma a razão que leva ao aparecimento (em posição relevante) da figura do fotógrafo no interior

da fotografia, do paisagista no corpo e centro da paisagem. Paisagens do corpo e da alma formam a semântica nuclear da *Peregrinação* que, não esquecendo as imagens exteriores e objectivos do campo físico e humano, se fascina, sobretudo, pelas aviações de consciência, busca de fundamentos das palavras e dos actos, paisagem psicológica e retratos da alma. O discurso de F. M. Pinto no seu conteúdo/objecto dominante e real envolve uma exposição valorativa do poder, em especial, do poder colonial português. O passado e o presente (mesmo o futuro através de episódios enunciados de dever ser «para se entender a grande importância deste negocio, & intêdida, não duvido q̄ se lhe dará o remedio que parecer necessario»⁽²²⁾) da vida portuguesa no Mundo Oriental com as suas vias e redes de interesse e poder material e espiritual formam o campo material do discurso, sendo enunciados e pontualmente descritos no interior duma meditação crítica que envolve não apenas a condição e destino nacionais mas também a própria humanidade enquanto jogo da parte e do todo, da individualidade e universalidade.

Igualmente paradoxal é o estatuto do objecto onde de novo se nos depara uma dialéctica entre os planos do latente e do patente, embora com uma orientação diversa, pois o grau de diferenciação e de ocultação é bem menor.

No plano enunciativo, F. M. Pinto apresenta como objectivo da sua obra a particularidade dum A B C existencial para os seus filhos, formando esta interioridade e simplicidade de destinatário o complemento e ligação perfeita com o objecto confessional patente. Mas, uma vez mais, a realidade discursiva é bem profunda.

A arquitectura textual vai abandonar a particularidade enunciada para se envolver na apresentação duma filosofia da vida e acção que a tudo e todos envolve como conteúdo e destinatário. Afirmção universal de normas e valores de conduta humana, dando-se, assim, elementos exemplares para uma filosofia da vida: «tomem os homens motivo de se não desanimarem cos trabalhos da vida para deixarem de fazer o q̄ devem, porque

não ha nenhũs, por grandes que sejam, com q̄ não possa a natureza humana, ajudada do favor divino»⁽²³⁾.

O objectivo fundamental da *Peregrinação* situa-se pois no afirmar de que nada de real é estranho ou impossível ao homem. O homem todo e todos os homens tudo podem. A sua dignidade e força resistem a toda a negatividade, transcendem todos os obstáculos, (des)fazendo-os degraus da vida.

Aparentemente estamos, nesta proclamação inicial, frente a um algo abstracto, mas este enunciado do primeiro capítulo vai-se mostrar, ao longo da obra, bem real e concreto, tornando-se razão fundamental. A Escrita de F. M. Pinto é, no essencial, um mostrar/desvendar do ser e fazer humanos, um perspectivar das necessidades, potencialidades e limites da humanidade.

É evidente que esta afirmação de confiança no prometaico homem fazedor de si mesmo, que se ergue com e no para além de toda a baixa e negação, é feita no quadro limite da epocalidade renascentista. Na sua máxima força e horizonte é, como em todo o Renascimento, um Prometeu-Adão interior aos quadros (ortodoxos e/ou heterodoxos) da visão cristã do mundo. As imensas possibilidades humanas de querer e fazer apenas são viáveis, para F. M. Pinto, com o apoio e na concordância do divino.

Elogio renascentista ao ser humano na sua raiz paradoxal de positivo e negativo em que a força da natureza humana é já infinita mas não única, coexistindo, pacífica e completamente, com o poder de Deus. Eis o quadro da dignidade humana renascentista, a fronteira da sua força e limite que dá aos homens a reivindicação da autonomia, mas não da independência de destino. O artifício literário do objecto e objectivo, da máscara de sentido entre uma particularidade patente e uma universalidade latente torna-se mais visível quando penetramos no problema da leitura.

A existência deste problema na *Peregrinação* é de certo modo a imediata negação duma escrita confessional apenas destinada aos familiares mais próximos. A forma concreta que toma esta exis-

tência problemática vem reforçar, por outro lado, a dimensão bem mais ampla e profunda do objecto da escrita.

Existe na *Peregrinação* uma forte acentuação da leitura como problema fundamental. Ela atesta a presença do leitor/destinatário universal/geral da mensagem, o público, como questão de interesse da parte do autor. Questão importante porque faz o sujeito discursivo operar uma escolha do e no como escrito, norteando-se pela imagem do possível receptor da obra.

O problema da leitura e dos tipos possíveis de leitores é apresentado por F. M. Pinto como um obstáculo e limite à sua escrita. Na *Peregrinação* nem todo o limite da escrita é causado pelo destinatário, mas todo o destinatário é limite. A razão fundamental desta limitação, isto é, duma possível falsa leitura, assenta no egocentrismo/etnocentrismo do público leitor.

O problema da leitura torna-se assim, na *Peregrinação*, um problema de cultura, de diferentes mundos do sentido e da vida que tendem a não compreender-se. Aquilo que mais receia F. M. Pinto são os olhos e as leituras sedentárias feitas por aqueles que não conseguem libertar-se do seu limitado mundo à mão. O que se teme é exactamente a falta de diálogo, a falta de capacidade de abertura a toda e qualquer forma de outro, a impotência de admitir outras realidades, valores e normas, isto é, tudo aquilo que a *Peregrinação* afirma: «he muyto para se arrecear contalo, ao menos a gente q̄ vio pouco do mūdo, porque esta como vio pouco, tambem costuma a dar pouco credito ao muyto q̄ outros virão» (24).

O problema da leitura, para além de tornar manifesto o jogo de máscara a nível do objecto e objectivo, afirma-se como criticismo cultural. Frente ao seu horizonte do ver e saber, o autor receia escrever plenamente o seu mundo de conhecimento, porque sabe que a sua escrita é lida/julgada por quem pouco viu (e o ver é horizonte de saber certo e fundado, na gnoseologia da *Peregrinação*) e que por tal desconfia da diferença alcançada e vivida pelos outros.

A questão da leitura envolve pois todo um outro destinatário bem diverso do proclamado e apresenta-se bem aos moldes do clima epocal renascentista, como crítica cultural.

Encontramos essa crítica que é preocupação pela aceitação da obra em quase toda a *Sabedoria do Mar*, isto é, numa forma cultural marginal a caminho da marginalização e em alguns enunciados da *Cultura Humanista*. Garcia de Orta e António Ferreira atestam exemplarmente este problema dum modo bem radical. «Sem mais esperar razão, dará este livro ao quarto elemento» (25) diz o personagem Orta nos *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia/1563*, utilizando uma metáfora aristotélica (os quatro elementos aristotélicos são, respectivamente, a terra, a água, o ar e o fogo) para denunciar a possível proibição do livro a partir dum certo tipo de leitura e leitores. Em 1598 a poesia humanista coloca o mesmo problema, considerando que apenas a clandestinidade é tranquilidade da escrita: «livro, se luz desejas, mal te enganas. / Quanto melhor será dentro em teu muro / Muito e humilde estar, inda que escuro, / onde ninguém t'impece, a ninguem danas» (26).

O problema da leitura é o problema da diferença e do diálogo, da capacidade de aceitação duma escrita que foge ao padrão assente da normalidade informativa e formulativa. É essa capacidade de abertura, essa negação da tradicional atitude ego e etnocêntrica que F. M. Pinto duvida vir a encontrar e, por isso, teme, e o seu receio traduz-se no manifestar dum certo autopolicimento e orientação da própria escrita: «cõfesso q̄ estou ja agora arrecẽado aver de vir a cõtar ainda esse pouco... porq̄ temo q̄ os q̄ quiserem medir o muyto q̄ ha pelas terras q̄ elles não virão, co pouco q̄ vêm nas terras em q̄ se criarão, queirão por duvida, ou por ventura negar de todo o credito a aquellas cousas que se não conformão co seu entendimento» (27).

O destinatário enquanto público em geral e não apenas os seus filhos é uma preocupação fundamental na *Peregrinação*. Os modelos tradicionais de leitura com a sua impotência de aceitação de toda e qualquer diferença são um elemento interno

ao próprio discurso, à construção do tecido semântico que necessita, assim, de encontrar uma forma mínima de aceitação, um controle de orientação: «deixo aqui de as contar, porque temo que fação duvida a quem as ler» (28).

Os limites que ordenam a escrita não se extinguem na questão da aceitação e dos tipos de leitor e leitura. Antes de mais, a *Peregrinação*, ao recusar o estatuto de neutral e empírica descritiva, surge como uma escrita do essencial. Essencial fundado no eu empírico, mas não num mero acumular descritivo, porque essa instância de autoridade discursiva é fundamento da narrativa crítico-valorativa: «E do mais que pudera dizer a cerca disto, como testemunha de vista, não quero tratar aqui mais, porq̄ isto somete me parece que basta para se entender a grande importancia» (29).

Limite da escrita como prisão ao essencial que afirma um estilo e desejo de economia problemática, mas, muito mais do que isso, atestado claro da função desempenhada pelo informativo real na arquitectura do sentido. Ao considerar que os materiais descritivos são já suficientes como quadro informativo para um formativo, F. M. Pinto está a fazer da realidade descrita um apoio empírico para as suas teses, está a escolhê-la e orientá-la a partir dos comandos narrativos e formulativos: Escrever é escolher: «e tem mais para isto outras condições que aqui não digo, porque entendo que será prolixidade determe em cousas que me parecem escusadas» (30).

As investigações historiográficas tradicionais que descobrem o carácter incompleto ou ligeiro/faltoso de muito do informativo da *Peregrinação* tomam esse resultado como uma falha do autor, quando, na verdade, estão apenas a confirmar a estrutura do sentido e a função do informativo procuradas pelo renascentista.

A escrita sintético-essencial deixa incompletos muitos dados e campos, «porem como minha tenção he somete tocar estas cousas como de corrida, trabalho sempre quanto posso por ser breve em muytas cousas em q̄ por ventura outros engenhos milhores q̄ o meu se alargarão muyto, & fizerão

muyto caso dellas se as virão, ou as escreverão» (31), que noutra ordem do discurso ganhariam profundidade e desenvolvimento. Os limites da escrita para além da intenção semântica do autor radicam também no seu grau de conhecimento, na sua tela cultural que não permite um aproveitamento específico e especializado de muitos assuntos e objectos mencionados. O que F. M. Pinto exclui do seu horizonte de possibilidades é a criação dum tratado global, duma, como se diz na época, *História Natural e Moral*; aquilo que forma o seu limite de realização encontra-se numa meditação crítico-narrativa que toma fragmentos do natural e moral como material de possibilitação e justificação.

Os limites da escrita são também marcados por um realismo que tem absoluta consciência de que o mundo das coisas é um infinito excesso que a casa da palavra jamais consegue completamente prender ou traduzir. Existe em F. M. Pinto o princípio de que todo o saber é um menos ser, de que todo o escrever é um infra frente ao viver, e que por isso a própria escrita em si mesma apenas por o ser é logo limite: «e por acabar ja de dar fim a esta materia, a qual, se eu ouver de dar conta de todas as particularidades della viria a ser quasi infinita» (32).

As palavras não são o duplo fiel das cousas, mas tão-só o instrumento possível de referência às mesmas, daí o constante aparecimento na *Peregrinação* de enunciados que, dum modo mais ligeiro ou profundo, retratam este limite — «faltão palavras» e «parece que faltão palavras» (F. M. Pinto). Este desencontro entre as palavras e as coisas tão próprio ao ser e conhecer do autor é mais um dos elementos que funda o processo da escrita em escolha do essencial, em limite daquilo que o autor considera como dizível e lisível: «não trato, por querer dar por extêso relação de todos será processo infinito, mas não deixarey de dizer algũas cousas» (33).

Limite da escrita é também o sistema de crenças e valores partilhado por F. Mendes Pinto que, em certos casos, não lhe permite aprofundar os assuntos. O autor silencia alguns aspectos da rea-

lidade colonial em nome dum dever-ser ideal: «pudera ainda contar muitas mais particularidades do que contey... mas deixo de o fazer por não causar aos que isto lerem a magoa que eu tenho de ver o muyto q̄ por nossos peccados nesta parte perdemos, & o muito que pudemos ganhar» (34).

A escrita da *Peregrinação* é pois um processo de escolha feito a partir dos mais diversos lugares de interesse. Lugares lógicos de economia problemática, racionais de limite de conhecimento, mas também lugares de pressão subjectiva e policia-dora, internos e externos ao sujeito discursivo. A escolha do essencial, a preocupação sintética pelo tratar «com a mayor brevidade» (F. M. Pinto) é a resultante duma grelha plural de limites e limitações, máscaras e marcas onde a objectividade e a subjectividade, a crítica e o medo porosamente se t(r)ocam: «por me temer que particularizando eu todas estas cousas que vimos nesta cidade, a

grandeza estranha dellas possa fazer duvida aos que a lerem, & tambem por não dar materia a murmuradores & gente praguenta, que querem julgar das cousas conforme ao pouco q̄ elles virão, & q̄ seus curtos & rasteyros entendimêntos alcanção, de lançarem juyzos sobre as verdades que eu vy por meus olhos» (35).

A máscara, a leitura e o limite da escrita mostram-nos os primeiros fundamentos da *Peregrinação* e o jogo da complexidade semântica travado entre o patente e o latente que é «inquietude da linguagem na própria linguagem» (J. Derrida). Estes fundamentos marcam o lugar de enraizamento da escrita de Fernão Mendes Pinto, o espaço transtextual em que as palavras do nosso renascentista ganham sentido, o núcleo situacional que produz esta e não outra modalidade discursiva e que por isso constitui o espaço de partida e chegada da rigorosa compreensão historiográfica.

(¹) D. João de Castro, «Carta ao Infante D. Luís», Goa, 29 de Outubro de 1539 in *Obras Completas*, ed. A. Cortesão e Luís de Albuquerque, vol. III, Coimbra, 1976, p. 12.

(²) «Carta de António da Fonseca escrivão da Fazenda a D. João III», Goa, 18 de Outubro de 1523 in *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central 1497-1840*, vol. VI, Lisboa, 1969, p. 200.

(³) P. Nicolau Lancelot, «Carta», Ceilão, 18 de Janeiro de 1588 in *Documenta Indica*, ed. J. Wicki, vol. III, Roma 1954, p. 231.

(⁴) D. João de Castro, «Carta a D. João III», 1539, ed. cit., p. 19.

(⁵) P. Ariès, *Le Temps de L'Histoire*, Mónaco, 1954, p. 299.

(⁶) Para a biografia de F. Mendes Pinto, aliás incerta pela escassez de documentos, veja-se *Cartas de Fernão Mendes Pinto e Outros Documentos*, ed. R. Catz e F. M. Rogers, Lisboa, 1983 (bem como a bibliografia aí indicada).

(⁷) Paul Veyne, *Comment on Écrit L'Histoire-Essai d'Epistemologie*, Paris, 1977, p. 22.

(⁸) E contudo esta consciência crítica de que o informativo é problema historiográfico complexo só parcialmente atingível e de que não forma o acento nuclear da intensionalidade semântica é cada vez mais acompanhada dum certeza da veracidade de muitos dos dados enunciados na obra, em especial, os referentes à existência concreta dos portugueses no Oriente, que cada vez mais desmente as leituras que reduzem a *Peregrinação* à ficção. Veja-se Aníbal Pinto de Castro, «Introdução» in *Peregrinação*, Porto, 1984.

(⁹) Sobre a lógica e as normas de objecto e objectivo destas duas obras, veja-se Luís Filipe Barreto, *Descobrimientos e Renascimento — Formas de Ser e de Pensar nos Séculos XV e XVI*, Lisboa, 1983, p. 143 a 168.

(¹⁰) B. Groethysen, *Antropologie Philosophique*, Paris, 1980, p. 7.

(¹¹) Veja-se Luís Filipe Barreto, *Caminhos do Saber no Renascimento Português — Estudos de História e Teoria da Cultura*, Lisboa, 1986.

(¹²) Luís Filipe Barreto, *Descobrimientos e Renascimento — Formas de Ser e Pensar nos Séculos XV e XVI*, Lisboa, 1983, p. 57.

(¹³) Como panorama sintético das diferentes correntes culturais em meados do nosso século XVI, veja-se J. S.

Silva Dias, *Camões no Portugal de Quinhentos*, Lisboa, 1981, pp. 9 a 39.

(¹⁴) W. Dilthey, *Introducción a las Ciencias del Espiritu*, Madrid, 1980, p. 507-508.

(¹⁵) C. Gilbert Dubois, *L'Imaginaire de la Renaissance*, Paris, 1985, p. 26.

(¹⁶) J. Borges de Macedo, *Os Lusíadas e a História*, Lisboa, 1979, p. 79.

(¹⁷) F. Mendes Pinto, *Peregrinação*, ed. A. Casais Monteiro, conforme a de 1614, Lisboa, 1983, cap. LII, p. 147.

(¹⁸) *Idem*, cap. CLXXXIX, p. 583.

(¹⁹) F. Mendes Pinto, *Peregrinação*, ed. cit., cap. LXVI, p. 188.

(²⁰) F. Mendes Pinto, *Peregrinação*, ed. cit., cap. I, p. 13.

(²¹) Sobre as oscilações e mudanças do autobiográfico no tecido textual, veja-se J. David Pinto Correia, *A «Peregrinação» de F. M. Pinto*, Lisboa, 1983, pp. 54 a 58.

(²²) F. Mendes Pinto, *Peregrinação*, ed. cit., cap. XII, p. 67.

(²³) F. M. Pinto, *Peregrinação*, ed. cit., cap. I, p. 13.

(²⁴) F. M. Pinto, *Peregrinação*, ed. cit., cap. XIV, p. 44.

(²⁵) Garcia de Orta, *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, ed. C. Ficalho, Lisboa, 1891, Tomo I, Col. II, p. 24.

(²⁶) António Ferreira, *Poemas Lusitanos*, ed. M. Braga, Lisboa, 1957, Livro I, Soneto I, p. 3.

(²⁷) F. M. Pinto, *Peregrinação*, ed. cit., cap. LXXXVIII, p. 247.

(²⁸) F. M. Pinto, *Peregrinação*, ed. cit., cap. LXX, p. 199.

(²⁹) F. M. Pinto, *Peregrinação*, ed. cit., cap. XXVI, p. 76.

(³⁰) F. M. Pinto, *Peregrinação*, ed. cit., cap. CLXXII, p. 532.

(³¹) F. M. Pinto, *Peregrinação*, ed. cit., cap. LX, p. 170.

(³²) F. M. Pinto, *Peregrinação*, ed. cit., cap. CX, p. 322.

(³³) F. M. Pinto, *Peregrinação*, ed. cit., cap. CXI, p. 325.

(³⁴) F. M. Pinto, *Peregrinação*, ed. cit., cap. CXC, p. 584.

(³⁵) F. M. Pinto, *Peregrinação*, ed. cit., cap. CXVIII, p. 329.



19 cartas inéditas de Trindade Coelho

por Viale Moutinho

Estão ainda por explorar eficazmente certos dados sobre o cidadão que foi Trindade Coelho, decidido a intervir na sociedade transformando-a através de uma campanha de alfabetização e da subsequente educação cívica.

01. Estas dezanove espécies integram uma vasta colecção de textos epistolográficos de Trindade Coelho, na sua maioria inéditos, que oportunamente será publicada, não só com notas exegeticas

mas também com documentação complementar. Preparamos assim uma mais nítida imagem do autor de *Os Meus Amores* e de *In Illo Tempore*, obras cujas reedições frequentes têm sido insufi-

cientes para dar a dimensão literária e cívica do seu autor. Estão ainda por explorar eficazmente certos dados sobre o cidadão decidido a intervir na sociedade, transformando-a através de uma campanha de alfabetização e da subsequente educação cívica. A propósito, não nos podemos esquecer de obras como os *Folhetos do Povo*, os livros escolares, essa primeira enciclopédia portuguesa que se chama *Pão Nosso* e o monumento *Manual Político do Cidadão Português*, que constituiria o topo da pirâmide da acção do escritor. Até que ele descobriu que apenas movimentara interesses políticos díspares — uns aproveitando-se dele como bandeira, outros atacando-o pelas suas justas posições, talvez demasiado idealistas. E o temperamento neurasténico levou-o ao suicídio. Nas notícias necrológicas chegou a dizer-se que ele atribuiria as culpas de tudo quanto lhe acontecera a *maldita política*. Mas ele estava só quando desfechou contra o coração um tiro de revólver, tendo à vista uma pala que pertencera a um génio que também metera uma bala em si para se afastar da vida — Camilo Castelo Branco, seu protector nos primeiros passos da magistratura —, e ainda a «*Imitação de Cristo*» aberta em páginas que deveriam ser tomadas como conforto. Ou tudo isto seria encenação *post-mortem*? Quem o dirá?

São bem diversas entre si estas cartas que se dirigem a um responsável da Imprensa da Universidade de Coimbra, A. A. Fonseca Pinto (que no livro póstumo *Autobiografia e Cartas* é enganosamente designado por A. A. Fonseca Braga), ao editor, escritor e camilianista Henrique Marques, aos poetas João Penha, em Braga, Eugénio de Castro, em Coimbra, e Delfim Guimarães, em Lisboa, ao juiz Eduardo de Carvalho, em Fornos de Algodres, ao editor França Amado, a Bernardino Machado, futuro presidente da República, à lusófila Luise Ey, sua amiga e, de certo modo, um amor secreto, ao filho Henrique e ainda ao jornalista de *O Século* Eugénio da Silveira. Naturalmente que a obtenção destes materiais envolve também trabalho e boa vontade de terceiros, pelo que é justo que registre os nomes dos dedicados

colaboradores deste colecção do epistolário de Trindade Coelho, no que respeita ao presente extracto: dra. Maria Luísa Lemos, da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra; dr. Cunha Leão, descendente de Delfim Guimarães, de Lisboa; dr. Aníbal Pinto de Castro, da Universidade de Coimbra; prof. dr. Machado Vaz, descendente de Bernardino Machado, do Porto; Eugénio de Castro e Almeida, neto de Eugénio de Castro, da Figueira da Foz; escritor Eugénio Lisboa, adido cultural da Embaixada de Portugal em Londres; bibliófilo dr. Aucíndio P. Rodrigues da Silva, de Caminha; e livreiro-antiquário Nuno Canavez, do Porto.

02. A primeira das cartas que publicamos, endereçada a Fonseca Pinto, é remetida de Portalegre, onde Trindade Coelho, por influência espontânea de Camilo, obtivera o lugar de delegado do Procurador Régio, após curta permanência na comarca do Sabugal. São desta época as *Cartas Alentejanas* que o então moço escritor publicava na imprensa lisboeta e coimbrã. Quanto a ficção, escrevera nos jornais muitos dos contos que mais tarde recolheria em *Os Meus Amores*, mas também editara um elegante volumezinho com o conto *Mãe*, destinado a fins beneficentes, em 1888. Mesmo assim, com 27 anos, o nome de Trindade Coelho começava já a despontar para uma fama que muitos não conseguiram entender. Redactor de jornais na cidade do Alto Alentejo, mesmo como magistrado notabilizou-se com o caso de Manuel Barradas — um homem condenado por erro judiciário, que ele conseguiu reabilitar (veja-se como paráfrase o conto *António Fraldão*, possivelmente dos seus textos menos conseguidos). A amizade com Fonseca Pinto foi bastante e arrancou principalmente a partir do momento em que Trindade Coelho abandonou a direcção de *O Panorama Contemporâneo*, ainda em Coimbra, que era feito na Imprensa da Universidade.

Henrique Marques (1859-1933), como se sabe, é o conhecido autor da *Bibliographia Camilliana*, de que publicou apenas o volume correspondente

às obras de Camilo em 1894, através da Parceria António Maria Pereira. Mais tarde, de Junho a Dezembro de 1895, na revista *Nova Alvorada*, de Vila Nova de Famalicão, iniciou a edição da bibliografia passiva, que se ficaria pelo respeitante à morte do Mestre. Pela carta n.º 2 verificamos que Henrique Marques — então redactor do jornal portuense *Voz Pública* — trocava informações camilianas com o contista de *Os Meus Amores*. Esta espécie, que pertence à nossa colecção, refere-se a uma manuscrito de Trindade Coelho que se tem mantido inédito e pudemos localizar e adquirir, comprovando o criterioso estudo bibliográfico do moço escritor, recém-estreado em livro de fôlego. Esta colaboração entre ambos era ainda desconhecida, pois nem sequer Henrique Marques dela fala nas suas memórias, publicadas postumamente. Porém, cuidamos que o projectado mapa não terá sido realizado, pois não figura na camiliana de Marques nem voltamos a ouvir falar dele.

Radicado em Braga, João Penha o mais longe que viajou deverá ter sido Coimbra. Encolhia os ombros a Lisboa e produzia a sua obra, quase toda em verso. Na Lusa Atenas dirigiu durante alguns anos *A Folha*, em que colaboraram alguns dos maiores nomes da época, entre os quais um moço de 18 anos chamado Abílio. Exactamente: Abílio Guerra Junqueiro. Depois de uma data de poemas, caiu na prosa em 1870 e publicou um conto incompleto intitulado *O Conde Rodrigo*, referido na carta n.º 3. Quanto a *A Grinalda*, era editada no Porto a expensas de um ourives e negociante da Rua das Flores, Nogueira de Lima. De qualidade irregular, decaindo muito nos últimos tempos dos seus catorze anos de vida, é já uma raridade bibliográfica a meia dúzia de volumes em que correm encadernados os seus fascículos. Uma das curiosidades desta revista — de que valeria bem a pena fazer-se uma antologia — é um trio de poemas de Ramalho Ortigão. Nesta carta a que nos referimos cita-se *Neblinas da Tarde*, de Alfredo Matos Angra, sendo de notar que este livro de poemas saiu no Porto, em 1870.

João Penha, em cada número de *A Folha* publi-

cava o *Expediente* numa linguagem muito faceta, aí alertando aos atrasados no pagamento das assinaturas e fazendo má-língua literária conforme entendia. Assim, no referido *Expediente* n.º 11 da 2.ª série, conquanto não figure o nome, Teófilo Braga é o crucificado.

A carta n.º 4 destina-se a Delfim Guimarães, que no ano anterior publicara *Lisboa Negra*, um poemeto, que Trindade Coelho criticara na *Revista Nova*, em Dezembro de 1893, em termos como estes: «Sabe que mais? Coma-lhe, beba-lhe, tome banhos frios todos os dias, e faça madrigais à vizinha — iludindo-se... E outra coisa lhe pedimos: seja mais comedido nas letras maiúsculas, e suprima, se ainda não tem o sinal aberto no tabelião, e lhe não causa maior desgosto, aquela firma...» E o *de Brito*, pelos vistos, desapareceu. Trata-se aqui do livro *Confidências*, acabado de sair.

As cartas n.ºs 5 e 11, para Eugénio de Castro, dão-nos uma ideia de como João de Deus encarrava os novos do seu tempo — e como estes a seu modo o amavam. Mesmo é patente a adoração de Trindade Coelho por Eugénio de Castro, que lhe sucedeu, sem provocar-lhe irritação, na direcção de *O Panorama Contemporâneo*. Na segunda das cartas, o livro celebrado é *Constança*. E valha evocar que Trindade Coelho esteve a ponto de publicar o seu conto *A Lareira* (parcialmente saído na *Revista Nova* n.º 5), com mais um texto, na elegante colecção que Eugénio de Castro orientava em Coimbra. Mas foi edição baldada como outra referida nestas cartas. Entretanto, na carta n.º 6, para João Penha, o autor de *Os Meus Amores* fala um pouco da sua arte de escrita. Aí refere o velho amigo Alfredo da Cunha que, desde 94, era secretário do *Diário de Notícias*, onde seria director.

Eduardo de Carvalho, que recebeu a carta n.º 7, era juiz em Fornos de Algodres. Suponho que é óbvio o valor documental desta carta para o estudo da economia pequeno-burguesa lisboeta da época. Este texto faz parte de um conjunto de cinco, da nossa colecção, em que se aprecia um magistrado, habituado à província, quedar-se longe de Lisboa, que só aceitava Cabeceiras de Basto

como alternativa ao lugar em que estava.

Depois vem França Amado, o editor coimbrão que deu o aval a António Nobre para poder contratar a edição de *Só em Paris*. As cartas n.ºs 8, 9 e 10 entremostam o processo da 3.ª edição de *Os Meus Amores*, que se gorou nesta casa e apenas saiu em 1901, definitiva, na Aillaud, Paris-Lisboa. A Aníbal Pinto de Castro se deve o não ter-se perdido definitivamente esta e outra valiosa correspondência de escritores do século XIX para França Amado. Mas veremos no segundo dos textos a adiantada fase a que chegou o livro. Não apareceram as cartas de França Amado a Trindade Coelho, cuja existência temos confirmada pela anotação do próprio editor nas cartas: *Respondido em*. Quando Trindade Coelho fala na remessa de livros para distribuição significa que em alguns casos, nomeadamente as obras de Direito, o escritor editava as suas próprias obras. E lá está ele cheio de à-vontade em assuntos gráficos na terceira das cartas, discutindo qualidades e custos de papel, bem como os aspectos de acabamento. Resta ainda referir que a tradução espanhola de *Os Meus Amores*, por Rafael Altamira, saiu em Barcelona em 1899, assim como o título completo de *Recursos Finais* é *Recursos em Processo Criminal das Decisões Finais e das Interlocutórias*.

A 26 de Abril de 1901, o *Diário de Notícias*, em artigo de fundo, exalta a obra da Associação Liberal de Coimbra. A carta n.º 2 dá-nos notícia do modo como Trindade Coelho aproveitou o ensejo para participar na obra projectada, através de Bernardino Machado, com a sua então célebre *Cartilha do Povo*.

Lusófila atenta, tradutora de variada obra de escritores portugueses, Luise Ey viveu quinze anos em Portugal, tendo frequentado a Academia de Belas-Artes do Porto. Autora de um dicionário e de uma gramática de português, estes dois livros foram preciosos nos leitorados de português na Alemanha. Não sabemos como Trindade Coelho e ela se conheceram. Ele nasceu em 1861 e ela oito anos antes. A correspondência do escritor com Luise começou com V. Excia e terminou com

um tutear amoroso, que nos seria sonogado nas poucas cartas publicadas em Portugal da ampla colecção que ela recebeu. Das cartas de Luise para Trindade Coelho, apenas as que lhe serviram de rascunhos. Mesmo nas cartas que transcreveu para serem eventualmente inseridas no volume *Autobiografia e Cartas* (de 1910), Luise fez substituições e mutilações, desfigurando os textos.

Documento notável é o que corresponde à carta n.º 13, de que a seguinte serve de complemento. Aí temos das mais violentas páginas do cidadão Trindade Coelho. Devemo-las a Luise Ey, tanto quanto a *Autobiografia* que apenas seria publicada — no *Diário de Notícias* — depois do suicídio do escritor e integrada em *Os Meus Amores*, aliás de um modo arbitrário, a partir da 9.ª edição.

A carta n.º 15, também para a sua amiga de Hamburgo, dá-nos um escritor interessado pelo fabulário como método didáctico e, ao mesmo tempo, o funcionamento da autocrítica do conista na passagem da 2.ª para a 3.ª edição de *Os Meus Amores*. Os contos recusados tivemos, há pouco, ocasião de os recolher no volume *Outros Amores* (Ed. Labirinto, Lisboa, 1985), pois que alguma vez o foram para o seu autor. Já no documento seguinte, pelo que Luise Ey riscou, ficamos a saber que este documento chegou a estar na posse de Henrique, o filho do escritor, para a edição de *Autobiografia e Cartas*. A além colocou entre parênteses o parágrafo que respeita ao Kaiser Guilherme II, anotando: «Será melhor cortar este período?» Mas a carta não foi aproveitada. Uma notícia dos livros de leitura que Trindade Coelho preparara no ano anterior para o ensino e não foram senão parcialmente aprovados, após uma *Exposição dirigida ao Conselho Superior de Instrução Pública para os efeitos da 2.ª alínea do n.º 9 do art.º 6.º do Decreto n.º 3 de 24 de Dezembro de 1901 e do Recurso interposto nos termos e para os efeitos do § 3.º do art.º 350.º do Regulamento de Instrução Primária de 19 de Dezembro de 1902*.

As duas derradeiras cartas destes inéditos dão-nos Trindade Coelho em Londres, participando

num processo cujos pormenores trazemos em estudo. No entanto, pareceu-nos oportuno destacar desde já este texto de observação bem-humorada de que o episódio lisboeta da carta final — aliás não datada — é parelha acertada como episódio de drama doméstico...

As cartas

01 Para A. A. Fonseca Pinto

Meu caro Amigo:

Tenho aqui um juiz maluco, cujo capelo (tem capelo!) lhe apagou todo o senso comum. Tem a Comarca quase sublevada e sublevado todo o pessoal do Tribunal desde os oficiais até aos advogados. Calcule agora a minha desgraçada posição no meio de tudo isto — de látego em punho! Há duas noites que quase me não deito. E sabe quantos recursos tenho interposto há três dias?

Oito!!! E para todos está correndo este mesmo prazo. Dava para um grande volume tudo quanto este diabo me tem obrigado a escrever em minutas de agravo e apelação. Mas também — saberá! — ainda não fiquei debaixo uma só vez! Por unanimidade de votos, a Relação tem estado *sempre* do meu lado. Imagine, pois, se terei tempo de pegar em outros livros que não sejam os Códigos; e se terei tempo de escrever mais alguma coisa que não seja isto: — «Agravo!»

Impossível! Escuso de pedir desculpas. Sabe que os seus desejos são ordens para mim. Mas que lhe quer? Escrevo no Tribunal. Adeus.

Um grande abraço do
Seu do coração

Trindade Coelho

11 - 2.º - 89.

02 Para Henrique Marques

20/Setembro/92

Meu caro Amigo:

Ótimo! Após longas horas, mas deliciosas, percorri tudo e fiz as emendas. No seu original, há, creio eu, lapsos. Tomei a liberdade de os indicar em forma interrogativa, a lápis vermelho, nas costas, assinando. É isto: às vezes cita uma edição como sendo de *tal ano* e é doutro, porque nesse *tal ano* nem o meu Amigo o indica. No meu extracto indiquei *em cada livro* — todas as edições: em cada edição, a data das outras. É melhor assim, e pode, creio eu, fazer-se o mesmo na sua *Camiliana*, quando for da revisão das provas. Foi assim que eu dei com os seus lapsos: por este processo de *referências a todas as edições em cada edição*.

O seu trabalho é prodigioso de paciência. Eu que o diga! Poucos o avaliarão assim! E o meu trabalho foi a décima milionésima parte!

Já percebeu que eu desejava no meu livro son- dar a intensidade de trabalho de Camilo — por anos. Quer dizer, tenho de indicar os livros cronologicamente. Mas não querendo prejudicar o seu trabalho, diga-me se o consente, embora eu declare *que essa cronologia é rectificadora pelo seu trabalho ainda inédito, modificativo e complementar do que saiu em tempos no Imparcial*. O seu livro é tão vasto, que as minhas páginas o não prejudicarão, antes, creio eu, irão adiante, chamar a atenção de todos para ele. Mas já que me honrou confiando-me o original, não quero usar dele sem sua autorização. Eu só indico os títulos e não sei se as edições. Depende de poder resumir ou não. O mapa terei muito prazer em organizá-lo com a máxima perfeição e *melhor plano* e oferecer-lho para o seu livro. A ideia é ótima, porque se vê tudo, de um golpe de vista. Toma-se bem o pulso àquele gigante, daquela forma. De 60 a 70 como ele latejou: é espantoso! Diga-me o que se lhe oferecer e obrigadíssimo. O original vou en-



tregá-lo ao Pereira. Mas precisa vir, aliás temos asneira, ensinar o Vila Nova. Seu do coração
T. C.

03 Para João Penha

Vítor Cerdon, 30
Lisboa, 22/Novembro/92

Meu bom Amigo:

Agradeço-lhe, de todo o coração, a sua bondosa carta, são os meus pergaminhos e os meus... papéis de crédito. São as minhas alegrias. Obrigadíssimo.

Eu não queria importuná-lo, mas não tenho remédio. Tenho sondado *A Folha* com o mais carinhoso interesse, e afora as peças propriamente literárias, tudo o mais tenho-o extractado por letra minha: — críticas, expedientes, etc. Mas há certas coisas que me intrigam... em que relações estava *A Folha* com *A Grinalda*? O Teófilo dá-lhe, algures, uma grande importância. O meu Amigo, no *Expediente* do n.º 11 da 2.ª série, prega-lhe uma sova real, e com razão, como sempre... da *Grinalda* poucos números existem na Biblioteca Nacional. Mas encontro aí colaboração de gente nova — Teófilo, Alexandre da Conceição, Guilherme Braga... Verdade seja que ela, a despeito disso, tem, como aquele figurão da *Gran-Via*, um ar um pouco antigo... O Nogueira Lima seria conselheiro?... Não conheço toda a colecção. O juízo que faço é que a *Grinalda* começou romântica e findou... eclética. Pelo menos isso. Mas quando *A Folha* começou, calculo que a *Grinalda* cultivava ainda o velho ideal. *A Folha* é, pois, sem a mínima dúvida, o primeiro *jornal oficial* da nova literatura. Não tem precedentes, e creio que não teve continuador. É isto?

Qual é o seu parecer acerca do papel do Teófilo e do Antero? O Teófilo deu em 64 a *Visão dos Tempos*. Colocou-se fora da corrente romântica,



Retrato de João Penha.

inspirando-se numa mistura da Filosofia de Comte, *Lenda dos Séculos* e Garrett. Mas o Antero, não obstante só em 65 publicar as *Odes Modernas*, afirmou já uma estética nova nos *Sonetos*, acentuando-a mais ou menos no prólogo. Demais, a *Visão dos Tempos* é um fenómeno literário isolado: não teve continuadores; ao passo que as *Odes Modernas* inspiraram, a meu ver, ao menos pelo seu espírito revolucionário, a poesia que se lhe seguiu. Creio, pois, que o Antero foi, com efeito, o poeta-estandarte da poesia e das ideias

modernas em Portugal. Mas o Teófilo chamou a isto vesania...

Como classifica o João Penha a poesia do Teófilo? Aquilo quebrou efectivamente a tradição, ou é o antigo lirismo vestido com fatos novos? *Novos*, quer dizer, ainda não vistos...

O Junqueiro, que anda sempre às aranhas a espreitar por fechaduras, roçou-se pelo Teófilo naquele célebre *Amor Funesto das Vozes sem eco*. Mas o fenómeno não tem importância. Tem tanta como a história dos versos do Luís Carlos. Parece que a poesia de Teófilo inspirou ainda umas coisas de Alfredo Angra, *Neblinas da Tarde*. Tudo isto é zero. Esta carta vai *à la diable*. Deixá-lo.

O Junqueiro faz n' *A Folha* uma figura curiosíssima. Quase não tem talento! Aquilo é *toda a gente*, menos ele — salvo lá para o fim da *Folha*. É Soares de Passos, é Tomás Ribeiro, é João Penha, é João de Deus, é tudo — menos ele... O fenómeno deu-me que pensar, mas explica-se por muitas razões: ignorância, desnorreamento... etc., etc.

Que há de verdade na lenda de que o João Penha embirrava com a prosa do T. de Queirós? Se o tem admitido, *A Folha* registaria o *naturalismo* na prosa. Assim, na prosa, *A Folha* deu *O Conde Rodrigo!!!* Ouça: responda-me em quatro palavras, minimamente. O que eu desejo, sobretudo, é conhecer *a sua ideia*. Não é preciso desenvolver. E perdoa-me esta familiaridade? Duas palavras, entre o banho e o almoço. Sim?

Seu do coração

Trindade Coelho.

04 Para Delfim Guimarães

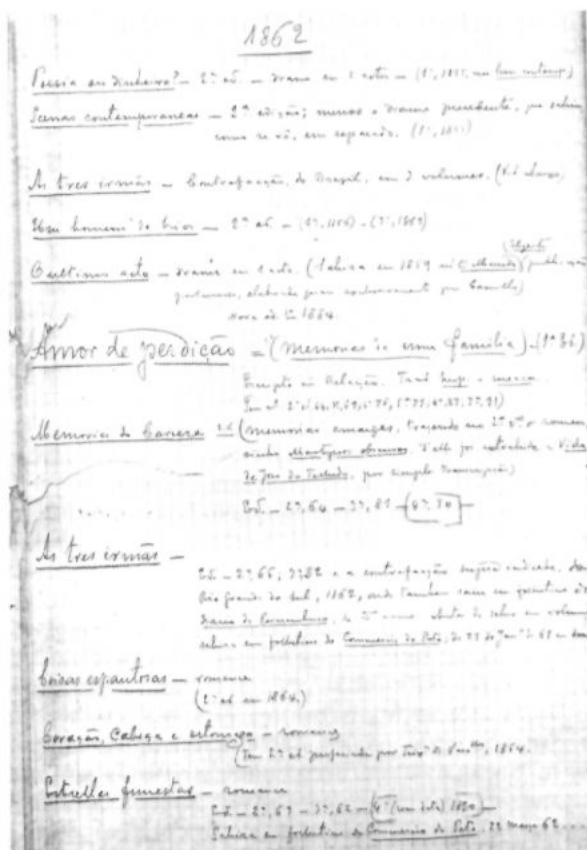
Meu prezadíssimo Camarada:

É um excelente livro o seu livro! Digo-lhe desafogadamente, sem laivos de lisonja, e com alegria tanto maior, quanto é certo que não contava com o prodigioso progresso que o seu livro demonstra, com relação ao seu último trabalho, a

que me referi na *Revista Nova*. Sinto-me perfeitamente à vontade nesta carta, e só tenho pena de não poder dizer-lhe, por não saber, que funda, que inolvidável impressão o seu livro me causou. É dos pouquíssimos livros de versos que eu reli, de princípio a fim, depois de haver também relido, algumas três e quatro vezes, a maior parte das poesias que o compõem. E despedi-me dele com saudade; e coloquei-o bem à mão para lhe renovar as minhas visitas. Entre tantos e tantos livros de versos que aí se publicam, o seu livro será dos poucos, pouquíssimos que não de ficar. Não prefiro este soneto àquele, não escolho, porque tirante três ou quatro, os demais parecem-me todos igualmente belos, já pela nitidez admirável com que fotografam uma ideia ou condenam uma emoção, já, sobretudo, pelo extraordinário, indomável poder com que me subjugaram a sensibilidade. Se ao seu coração de filho é grata a certeza de que um estranho chorou por sua Mãe, envio-lhe, meu prezado camarada, a confissão das minhas lágrimas ao ler as *Saudades*... Quem me dera a mim obrigar também olhos estranhos a verterem lágrimas pela minha, à custa da minha Arte... Creia-me, sem lisonja, sem afectação, sem me lembrar mesmo da honra que certa página das *Confidências* conferiu ao meu nome: o seu livro conquistou toda a minha estima. É um livro admirável, sobretudo como estesia. Como forma é um pouco desigual. Mas o poeta que soube fazer de alguns desses sonetos consumadas obras-primas, mesmo sob o ponto de vista da forma, sabe bem como corrigir-se, de futuro. E vale-lhe bem a pena chamar para isso toda a sua atenção, visto que o seu primoroso livro revela em quem o escreveu um dos temperamentos mais intensos do poeta, que entre os novos tenho admirado, e de cuja obra mais há a esperar.

Felicito-o, pois, de todo o meu coração pelo seu esplêndido livro; e se é grande o meu reconhecimento por ver o meu nome numa das suas páginas, não é menor, por esse mesmo facto, o meu orgulho...

Por tudo o abraço com muito afecto, e lhe peço me creia sempre. Seu admirador e camarada



Uma página do registo da «camiliana» de Trindade Coelho.

gratíssimo

Trindade Coelho

Lisboa 24 - 11 - 94.

05 Para Eugénio de Castro

Meu querido Eugénio de Castro:

De todas as manifestações singulares feitas ontem ao João de Deus, a melhor, para mim, foi a

dos teus versos no *Diário de Notícias*. Para mim e para muita gente, porque a muita gente ouvi dizer o mesmo. Ao João de Deus fui eu mesmo que lhos li, e não imaginas como ele ficou encantado, e os que estavam à roda. Tiveste também ontem, nessa casa do Largo da Estrela, o teu bocadinho de amoroso triunfo! É das coisas mais lindas que tens escrito, — tu, que só escreves coisas lindas! No fim, dizia o João de Deus: «— Ora Deus queira que o Eugénio de Castro se deixe por uma vez de *nefelibatices*.» (Ele «poeta espontâneo, popular» nunca vos viu, como sabes, com bons olhos...) Eu, nessa parte, não sou muito do parecer dele — ao menos no que te diz respeito, a ti... Em ti há dois poetas; e como se isso te não bastasse, eis-te, com a *Belkiss*, o primeiro dos novos prosadores!

Creio que te será agradável saber a impressão causada ontem pelos teus versos, e apressei-me, por isso, comunicar-ta. A mim, crê que me entusiasma os teus triunfos e as tuas glórias. Dou muito por essa reclusão em que te fechaste agora. Que bela e extensa obra daí não há-de sair! Espera-te, num futuro muito breve, o primado dos nossos escritores. Ainda bem! É das coisas mais doces do meu espírito a comoção com [que] recordo a tua figura infantil, e te vejo, hoje, um consagrado! Num abraço muito grande todo o entusiasmo da minha admiração e a certeza de que sou

Muito e muito teu amigo

Trindade Coelho.

Lisboa 9 - III - 95.

06 Para João Penha

Lisboa

26 - X - 97

Meu querido Amigo:

Bem, mas então é preciso ser mais caridoso para a outra vez com os prosadores. Isso não fica mal a um Poeta, — e muito menos a um tão grande Artista... Demónio, o último conto que eu fiz

levou-me talvez cem horas, e um que tenho quase pronto, já me lá tem talvez 50. As formas infinitas que dou às vezes a uma frase, o que eu a chocalho ao ouvido, o que eu a ausculto, o que eu a rondo! Até creio que a cheiro, — chego até a imaginá-la impressa a ver como ficara em letra redonda, como quem quer, no fim, apreciar-lhe a fisionomia! Não tem regras a prosa, regras de ritmo? Tem. O que é que ainda não estão descobertas. Mas estas exigências do ouvido o que vêm a ser senão o reconhecimento instintivo do *lá dum certo diapásão?*

Muito bem, pois!

O Alfredo da Cunha está no *Diário de Notícias*. É o secretário e... dono!

Adeus. Muitos abraços do

Seu do coração

Trindade Coelho.

07 Para Eduardo de Carvalho

18/1/98.

Meu caro Amigo:

Bem, vai-se chegando... O cáustico surtiu efeito... Mas a sua carta ainda vem muito atada... A fórmula é esta: em Lisboa vive-se com todas as bolsas, e com a economia que se quer. A renda de casa é que deve regular entre 140 e 160 mil réis por ano. Cada um arrenda a sua casa, onde lhe faz jeito, — mas *com jeito*, vocês poderão conseguir um subsídio para renda da casa, que pode ser tanto ou mais que a renda... Com jeito... Parece-me que o Veiga que o tem... Emolumentos, calculo cifra superior a 500\$000 réis, podendo elevar-se ao dobro, e a mais, porque há pano para mangas... Americano, é possível gratuito, — porque para a Polícia tudo é possível. Mas isso é o menos: eu é raro entrar num americano, e é preferível não ter passe a possuí-lo... Criadas, regulam 3000 réis por mês, ou 3.500 réis, mas isso o melhor era trazer uma daí. Aqui é género muito avariado; — mas eu estou a ouvir a sua Senhora: «E aqui?!»

É mal geral. A despesa mensal duma família económica nas suas condições, isto é, na sua posição, 80.000 réis por mês, o máximo, podendo baixar, segundo o cuidado no governo, e a *prática*.

Mas fique o meu amigo sabendo que com as suas aptidões e génio trabalhador, pode ganhar muito fora do emprego, — escrevendo, advogando à *chucha-calada*, etc. etc. Isso não lhe meta medo! E depois, que diabo! quem se não arriscou, nem perdeu nem ganhou. É o meu amigo tem tudo a ganhar em arriscar-se. Eu tenho o meu rapaz no 3.º ano do liceu. Não me gasta senão as matrículas. Sacuda-se, pois! Dê um pontapé nisso tudo! Cara alegre e é para a frente! Eu não me quero noutra terra, e *nem juiz quero ser*. Se espera por Cabeceiras de Basto, parece-me que tem que esperar. Adeus. Abraços do

Seu do coração

Trindade Coelho.

08 Para França Amado

1/11/98.

Meu caro França Amado:

Quer você publicar a 3.ª edição d'*Os Meus Amores*? Dou-lhe duzentas páginas novas, isto é, matéria igual à da 1.ª e 2.ª edição. Quer? Eu quero cem exemplares, — e uma percentagem que você vir, e me convenha. Mas quero, sobretudo, uma edição *elegante*. Não quero dizer *de luxo*: mas sim coisa bem feita, esteticamente equilibrada, — *moderna*. Vocês aí compõem muito bem livros de ciência. Livros literários, é que ainda não. Não descobriram ainda a *fórmula* (1), embora estejam muito mais perto dela do que estes *albardeiros* de Lisboa.

Edição in-8.º, papel branco, tipo 10 pelo menos. O livro tem uma *saída* certa, porque os *novos* são amigos dele; e os contos que lhe adiciono, (são sete) respondo por eles. Senão, não os publicava, é claro.

Você responderá: pão-pão; queijo-queijo. Queria a edição fora por estes dois meses. Dirá.
Seu Amigo obrigado.
Trindade Coelho.

(¹) Veja o Avelino Fernandes!

09 Para França Amado

22/11/98.

Meu querido França Amado:

Ora aí vai a primeira parte do livro. A segunda parte será formada por os contos novos, que irão depois. Dentro do volume encontrará umas indicações minhas, que lhe peço atenda quanto possível, — e a matéria da primeira folha de impressão: isto é, do *pórtico* do livro. Há-de gostar, — porque cheira a Arte, com A grande! Se Deus e Você quiserem, iremos assim até ao fim, embalsamados em perfumes de Arte, — sempre com A grande. Arte com — a — pequeno é a da Rua da Louça. Olho nisso, que nos não saia o livro algum prato *côvo!* Pior, se saísse algum prato... chato! De resto, eu vejo quanto o meu Amigo está aperfeiçoando os seus trabalhos, — e já merece o título de *arrojado* com dois RR grandes no meio, assim: aRRojado! Ponha lá, que é isto que lhe digo.

Mandei hoje para aí um caixote com livros, para distribuir. Pelo correio vai um para o Dr. Mendes dos Remédios, que eu aprecio muitíssimo sem o conhecer. Ele está aí? Prevendo a hipótese de não estar, e suponho que o correio lhe saberá o *paradeiro*, confiei (!) a este o volume para ele.

Afora a tiragem que o meu Amigo entender que teremos de fazer da 3.^a edição, desejo cem exemplares para ofertas a jornais, e, ó França Amado! 12 exemplarzinhas da costa em Holanda! Valeu? Eu pago o papel! Adeus. Tome lá um abraço do

Seu do coração
Trindade Coelho.

10 Para França Amado

Meu caro França Amado:

O cálculo depende um pouco do preço do papel e do preço do volume. Todavia, como eu não desejo papel meu, imaginemos papel de 5.200 réis a resma (como a amostra que remeto, que era o que o Pereira destinava à 3.^a edição, e que é da Abelheira) e o volume a 800 réis. Peço, pela edição de mil exemplares, 250.000 réis; — e sendo a edição de 1.500, peço 300.000 réis.

O meu amigo dirá agora, mas fiz o cálculo com muito escrupulo, — e cortando à larga para o meu Amigo.

Condições de pagamento, as que combinássemos. Isso é secundário. Bem entendido que desejo uma edição não de luxo, mas elegante e *artística*. Cálculo 25 folhas de impressão, 400 páginas. Tipo 10, etc. — como as provas que lhe mando, pouco mais ou menos, e que chegaram a compor-se em vida do Pereira para a 3.^a edição.

Deve sair dentro de um mês ou dois uma tradução espanhola dos *Meus Amores*, feita sobre a 2.^a edição. É tradutor o Rafael Altamira, e sai em Barcelona, e é ilustrada profusamente.

Vou mandar os *Recursos finais*.

Abraços do
Seu do coração
Trindade Coelho.

11 Para Eugénio de Castro

10/2/1900

Meu querido Eugénio de Castro:

Quando recebi o teu livro ri-me. Ri-me, como se me entrasse pelo quarto dentro um bom estroina, vindo duma aventura, e me dissesse com certo ar farçola:

— Então venci ou não venci?

E eu disse-lhe com vontade de o cobrir de beijos, — mas lembrando-me, ao mesmo tempo, dos destroços que o estroina fez:

— Venceste!

Que orgulho tu não deves ter deste teu livro, — e que orgulho ele deve sentir de ser teu! E não sei porquê, quero-lhe — eu também! — como se fosse meu... Talvez por isso, corri a levá-lo ao Henrique, — e deliciei-me a ouvir-lhe ler os dois prefácios, e fazê-lo reparar nas belezas, só por ti igualadas e excedidas até hoje, daquelas páginas inolvidáveis! Obrigado. Os meus respeitos a tua Esposa, e minha Senhora, e um grande abraço do

Teu do coração

Trindade Coelho.

12 Para Bernardino Machado

26/4/1901.

Meu Prezado Amigo:

Gostei muito de um artigo que hoje li no *Diário de Notícias* — artigo de fundo. E venho pedir-lhe o favor de me remeter os nomes dos indivíduos que formam a *Associação Liberal de Coimbra*. Tenho um *presente* para lhes mandar por estes dois ou três dias: é a minha *Cartilha do Povo*. O nome de V. Excia., é claro, esse já está há muito no meu coração, — e bem sei que é V. Excia. a alma desse movimento. Pois mando-lhe um abraço, — e peço-lhe me creia sempre

De V. Excia.

Admirador e Amigo
muito afectuoso

Trindade Coelho.

A tiragem da *Cartilha* foi de 20 mil exemplares, e portanto chega para *todos*.

13 Para Luise Ey

3/V/1902.

Minha boa Amiga:

Escrevi isso ontem à noite em cinco minutos, enquanto um rapaz meu amigo, que veio visitar-me, lia os jornais. Por sinal que o escrevi naquela folhinha de papel que veio a envolver o seu retrato, e que me tentou quando a vi casualmente sobre a minha pasta, ao entrar no meu gabinete, acompanhado pelo tal rapaz, com o qual dera o meu passeio da noite. Esse rapaz é muito inteligente, e um coração de ouro como o não há melhor. Foi deputado, é um alto burocrata da Câmara dos Deputados, mas saiu da política por *incompatível* com ela... No fim, li-lhe o que tinha escrito. Ficou doido, e fez-me repetir três vezes a leitura. — «Falou pela tua pena, disse-me ele, a alma de nós todos! Isso, publicado num jornal daqui, seria uma fórmula exacta do que diz a consciência de todos! É uma *fotografia* exacta, fidelíssima, deste país e deste momento!» Etc. etc. Para que veja que eu a informo com o máximo rigor e escrupulo. De resto, repito o que já lhe disse: — o que lhe mando é para *seu uso pessoal*. Quero que conheça o país *como se aqui estivesse*. E se aqui estivesse, *escreveria isso!* Desejo apenas orientá-la. O resto, é com V. Excia. É possível que sobre o conto não tenha a dizer-lhe mais nada. Está af tudo. Muito amigo

T. C.

O REI — O rei limita o seu papel de rei a assinar o que os ministros lhe levam, uma vez por semana, numa hora fugitiva. Assina sem ler, e dizem que nem quer sabe ao menos do que se trata. Pinta, passeia de carro ou a cavalo todos os dias, vai aos teatros todas as noites, não falha aos touros, é um dos centros da intriga palaciana (o outro é a rainha) e os jornais referem todos os dias que saiu para aqui ou para acolá, à caça, à pesca, e joga o ténis e atira ao alvo. Pinta muito bem pai-

sagens: melhor do que todos os outros pintores de profissão, e é o primeiro atirador de todo o país: onde põe o olho põe uma bala. É dado às mulheres extremamente fáceis — *axiomáticas*... — e dizem que mete muita pata em tudo o que diz. Adula o exército por todas as formas, e crê que está seguro de reinar por ter o apoio da Inglaterra. Não tem a menor ligação com os escritores do seu país, e é mesmo de crer que não conheça nenhum... de o ler! Toda a sua política *externa* resume-se em viver bem com a Inglaterra; e quanto a política *interna*, pretende, mas não consegue, viver bem com o Porto, e diz que não quer *patrulhas*, isto é, grupos políticos dentro da monarquia além dos dois partidos que se revezam no poder de quatro em quatro anos: o regenerador (conservador) e o progressista (pseudo-liberal).

PARTIDOS — Partidos é coisa que não há senão *in nomine*, porque não há ideias ou sequer a menor ideia ou sombra dela, que diferencie os chefes políticos dos dois grupos. O que há, verdadeiramente, são *políticos*: uns que vão com José Luciano de Castro (chefe dos progressistas), outros com Hintze Ribeiro (chefe dos regeneradores). Mas Hintze podia ser chefe dos progressistas, e José Luciano dos regeneradores, e as ideias de um e de outro fariam as mesmas, porque não são nenhuma. Do mesmo modo, quem é regenerador é regenerador *só porque não é progressista*; e quem é progressista é-o *só porque não é regenerador*. Simples questão de rótulo para uso externo, e mais nada. São garrafas do mesmo feitio, cor e capacidade, e todas vazias. Os rótulos é que fazem diferença, — mas esta é puramente *nominal*. Por isso quem é hoje regenerador é amanhã (ou hoje mesmo) progressista, e vice-versa: tudo depende do interesse individual, e da conveniência casual de qualquer hora. Directamente, os chefes dos dois partidos não têm a menor influência no povo: este não os conhece e nem sabe sequer que eles existem. Com o povo, nas eleições (único momento em que pensam nele) entendem-se os políticos ou influentes *locais*, espécie de sub-régulos dos dois

régulos chefes. E como quem está no poder tem naturalmente mais força do que quem está na oposição, porque o governo é que *faz os favores*, segue-se que o partido que está no governo tem sempre a maioria nas eleições. E não tem a unanimidade porque não quer: e não quer, porque ele mesmo, que é metade da mentira convencional chamada *o regime representativo*, precisa da outra metade, que é a «oposição». Por isso os dois chefes entendem-se; e com antecedência de oito ou quinze dias das eleições, já se sabe, matematicamente, quantos deputados (!) tem o governo, e por onde; e quantos a oposição, e por onde. O povo vai à urna; e mesmo que não vá, ou vá em pequeno número, as eleições fazem-se, e saem da urna, precisamente, os votos que se encomendaram ou eram precisos, segundo o acordo dos régulos-chefes. Os deputados são em regra os insignificantes mais palavrosos ou irrequietos que em geral rodeiam os chefes dos partidos, e um ou outro influente local. É-lhes proibido ter ideias; proibição escusada, porque a maior parte nunca as teve. Não se exige do deputado senão que vote na câmara o que o governo quiser, e o fogo sagrado da retórica é alimentado, de parte a parte, por meia dúzia, que já foram ministros ou o querem ser. E para ser ministro não é preciso mais nada: bastam dois discursos, mesmo idiotas, na câmara dos deputados, e muita subserviência ao chefe do partido. O que se atreve a ter uma ideia, uma discordância, um assomo de brio ou de pundonor, está perdido: chamam-lhe indisciplinado, isolam-no, e não volta à câmara. Morreu politicamente!

Os ministros — Para se ser ministro não se exige a mínima prova — real — de capacidade nem intelectual, e nem sequer moral. Têm sido ministros, chapadíssimos ignorantes que não resistiriam a um exame benévolo de instrução primária: como em geral não sabem nada, atribui-se-lhes a omnisciência e servem para tudo: em qualquer das pastas estão muito bem, servidos por um funcionalismo que em regra é como eles e pior do que eles; — e pelo que toca a *moralidade*, nisso não se fala:

a *moral política* é uma, que admite toda a casta de patifarias; e a *moral pessoal* é outra, que se convencionou, de parte a parte, respeitar... Um deputado chamou outro dia a um ministro, na câmara: «Corrupto e concussionário». Chamado à ordem, explicou satisfatoriamente: — «quando chamou corrupto e concussionário ao ministro, não o quis atingir senão politicamente. Pessoalmente, reputava-o um homem de bem, e um cavaleiro em toda a extensão da palavra».

Está claro que não havendo *opinião pública*, porque o povo não sabe ler nem escrever, e ignora absolutamente o que se passa, *isto* é dos políticos; e estes, como não têm ideias quanto mais *ideais*, formam afinal de contas uma unidade, uma casta, — e o povo só diz deles «que tão bons são uns como os outros». Neste momento, *partidos* é coisa que não há. Os dois chefes são como os dois irmãos siameses: vivem, colados um ao outro, uma vida comum. Sabem que cada um deles tem de estar quatro anos no poder, e obsequiam-se o melhor que podem. No parlamento e na imprensa fingem que se atacam, e fingem mal: já não conseguem iludir.

Há republicanos? Há. Muitíssimos. Monárquicos, creio que não há nenhum! Mas os que *servem a monarquia* para se servirem a eles sem mais trabalho, resolveram não deixar eleger um único deputado republicano, que afinal podia incomodá-los, e ao rei... Com este é que eles todos querem viver em paz, porque afinal sempre é o rei, e o regime do país é a monarquia... constitucional! Mas não têm por ele o menor interesse, e a única coisa que lhe invejam... é o título! Por isso não se lhe daria, a nenhum dos chefes, substituir o rei por um presidente de república. Mas como qualquer deles o quereria ser, e o quereria ser primeiro do que o outro, *não falam nisso*: aceitam o rei para se não incomodarem, e porque eles próprios são dois *reizinhos*, — e esses então *absolutos*, porque o outro, o constitucional, deixa-lhes fazer o que querem, — com tanto que o não incomodem... De resto, o rei sabe perfeitamente que se os dois chefes de partido quisessem, ele não era rei nem mais uma

hora. Querendo os chefes, queriam os *políticos*: só porque os chefes queriam; — e o país, esse não se importava. É um *analfabeto católico apostólico romano*, e não é mais nada. O rei e o povo não têm amigos, — e os dois nem sequer se conhecem.

N. B. — Fora dos partidos, hoje, há os descontentes. São os chamados *extra-partidários*. Saíram dos seus respectivos partidos depois de serem ministros, ou de perderem a esperança de o virem a ser, — alegando que não queriam solidariedade com *tal política*... Mas eles mesmo são *políticos*, — e o menos que cada um quer, é ser chefe de partido, ou ao menos de um governo (presidente do conselho de ministros)... Daqui uma forte corrente contra os partidos chamados *de rotação* (a rotação constitucional, que é uma roda de nora com dois alcatruzes: o regenerador e o progressista), — corrente acentuada agora, a propósito do convénio com os credores externos feito pelo actual governo (Hintze Ribeiro) mas com o acordo a chancela e o *placet*... da opposição (José Luciano)!...

Fala-se numa intervenção do exército (?) e da marinha para acabar com a tal *rotação*, — e os rapazes das escolas, que respiram na atmosfera geral de descontentamento, e são *espontâneos*, andam sublevados e exaltados... Um estudante foi atravessado em Coimbra por uma bala da polícia, outros ficaram feridos, e a Universidade foi fechada e os estudantes obrigados a sair de Coimbra no prazo de 48 horas que findou há dois dias. Foram muitos para o Porto, onde os estudantes e os ânimos estão exaltados...

?...

14 Para Luise Ey

12/V/1902.

Exma. Sra.:

As minhas *notas políticas* são para *uso pessoal* de V. Excia., como eu dizia na carta com que lhas

remeti, — e não duvidaria publicar isso *aqui*, aparte certas notas de carácter *pessoal*; mas nunca publicaria isso no *estrangeiro*. O que eu quis foi dar a V. Exa. e quadro exacto da política portuguesa deste momento, pois compreendo quanto um estrangeiro deve ser ignorante da *sensibilidade* das coisas dos quatro países. E até dos próprios *factos*, pois uma coisa é estar num país e ser-se natural dele, outra é estar fora do país, sendo-se, de mais a mais estrangeiro. Pretendi apenas *eticidá-la*, preparando-a, dessa forma, para ser justa e não poder ser arguida aqui de desconhecer este *meio* e escrever dele.

Mais nada. Vi só V. Excia. e não o público; e isso não deixa de ser, apesar de tudo, uma *confidência*. Habilitei-a a conhecer a política portuguesa: — o *resto* é com V. Excia. O que eu disse a V. Excia. não o diria a outro estrangeiro, nem o diria no *estrangeiro*. A minha carta era bem explícita a este respeito, e eu não mandaria as notas sem essa carta. De resto, na *Cartilha do Povo* disse eu isso mesmo, e mais do que isso. Mas disse-o *aqui*.

Agradeço as suas palavras a respeito das *Fábulas*, de que já fiz algumas cem. Mas as que lhe mandei tinham apenas em vista *mostrar-lhe a forma*. O meu critério ainda é mais exigente do que o de V. Exa., pois não distingue idades. Nem sexos. Cria-me

De V. Excia.

Muito afectuoso e grato

Trindade Coelho.

O marido de Alice Pestana não é Rafael Altamira.

P. S. — Agradeço muito o haver-me encarregado da escolha dos livros. Mas peço licença para não aceitar, pois não desejo para mim a responsabilidade da escolha, por se tratar de camaradas. Nem me atreverei a traçar o *quadro literário*, pelo mesmo motivo.

15 Para Luíse Ey

6/VII/1902

Minha querida Luísa:

Acabo de ler as suas cartas e de percorrer os livrinhos das fábulas, que são engraçadíssimos nos desenhos! Nos desenhos, porque no mais são para mim... grego ou chinês! Não se desespere. Eu ainda hei-de saber muito bem alemão, quando a minha querida Luísa mo ensinar, se for capaz de ter essa caridade e essa paciência! Não sei quando isso será, mas há-de ser um dia, se bem que me está a parecer que não passaríamos nunca da primeira página, porque nos ficaríamos a conversar e a dizer muitas coisas... *em português* e — ... *em silêncio!* É cá um palpite meu, que nem por me desenganar de que nunca na minha vida saberei alemão, me desagrada — ... com aquela condição! Estou contente e acho que tens (não é *tens*: é *tem!*) de me aturar. Mas porque estou contente? Porque matei a fome e a sede que tinha das (não é tuas: é suas!) cartas! E hoje vieram duas, ou melhor, três, porque dentro de um sobrescrito vinham duas. — Mas o que eu desde já declaro que não perdoo ao sentimento estético da minha adorada Luísa é dizer-me que gostou muito desses contos da 2.^a edição, que eu omiti na 3.^a! Já disse porquê; e só fiz sacrifício em omitir os *Arrulhos*, pela razão de ter sido o primeiro conto que eu fiz! O segundo acho que foi a *Mãe*. Tanto um como outro estão carregados de *literatura*, e por isso não gosto deles, embora no conto *Mãe* haja certos descritivos que me não desagradam. Agora as *Batalhas Domésticas* são horripilantes! Aquilo não é literatura nem é arte: não é nada! Aquilo desejava narrar um caso verdadeiro: uma mulher que deu em alcoólica, e um homem que, de dor de ver assim a mulher, deu também em alcoólico! Que estupidez! Tudo aquilo me saiu *da cabeça, do pescoço para cima*, não tem alma nem coração, e portanto não tem espontaneidade nem poesia!... Que horror! Envergonho-me de ter feito aquilo, e não leria essas páginas

por dinheiro algum do mundo! Não reparou, porém, na nota da 1.ª página do conto: aquilo era um excerto, um pedaço, e dirigia-se talvez... a um romance! Credo! Santo Breve da Marca! Abrenúncio! Figas, canhoto! Eu te esconjuro! — De resto, tenho uma vaga ideia de que eu pretendia com esse trabalho abrir uma nova *étape* na minha maneira literária... Ia-me para o *realismo*, macaqueando os outros, deixando o *mon petit verre* por onde eu bebia até ali, como o Musset bebia pelo dele. Mas acudi-lhe a tempo; embora mais tarde me viesse outra crise, ainda pior, da qual há um documento que se a minha querida Luísa o visse, nem sei o que pensaria de mim! É um conto chamado *Maria*, que saiu, ilustrado, no 1.º n.º do *Comércio do Porto Ilustrado*, uma publicação de luxo que sai por ano um exemplar... Isso é fantástico, embora o Bento Carqueja, redactor do jornal, me dissesse do conto coisas ainda *mais fantásticas!* Pelos modos é uma coisa genial: para mim é uma coisa idiota! Aqui é que eram bem empregados outra vez as exclamações do exconjuro que escrevi atrás. Adiante, que nem quero pensar nisto!

Do *Sultão*, não gosto da primeira parte. Mas o João de Deus tinha tal devoção por esse conto, que obrigava todos os professores que iam leccionar-se com ele a lê-lo em voz alta: — era uma *prova de leitura*, obrigatória! Diz-me que está traduzido em alemão: acho que se engana. Não me lembro disso. Em biscaíno, sim, ou noutro dialecto espanhol (além da tradução do Altamira); mas em alemão não me lembra. — Mas diga-me uma coisa? Se não conhecia a 2.ª edição dos contos, que edição conhecia? De que edição traduziu o *Vae Victoribus?* Eu supunha que conhecia a 2.ª edição, e só essa, antes de eu lhe remeter o primeiro exemplar da 3.ª edição.

Quanto ao Braga, sossegue. Nada lhe disse nem lhe digo. Eu é raríssimo vê-lo, e mais raro ainda falar-lhe. E quando falamos é na rua, de passagem, meio minuto se tanto. Ainda bem que ele respondeu a tempo às suas perguntas, e morto

estou eu por ver publicado esse artigo sobre o *Gil Vicente*, para que conste na Alemanha que o Teatro nos deve também alguma coisa! Inteligentes somos nós; mas temos sido sempre muito ignorantes! Quer saber? A primeira nação da Europa, e portanto do mundo, que instituiu o *ensino popular* oficial foi Portugal: — lei de 6 de Novembro de 1772! Pois chegamos ao século XX com quatro milhões de analfabetos! Tem sido sempre uma verdadeira e cerrada conspiração do *poder*, isto é, dos governos, contra a instrução do povo! Vê-lo-á do meu trabalho: as minhas *Efemérides da Instrução Primária em Portugal desde 1772 até hoje* convencerão disso o mais incrédulo! Fala-me nos *particulares*, nas *senhoras!* Ah, minha Amiga, a vaidade dos particulares e das senhoras ainda não viu a instrução, nem a verá tão cedo! Ainda só houve um filantropo que fez da instrução objecto da sua filantropia *post mortem*: foi o Conde de Ferreira! O nosso brasileiro é estúpido, e quando quer *fazer figura* lembra-se da *Misericórdia* do Porto, ou doutra confraria ou irmandade religiosa, — e nem por sombras lhe passa pela cabeça a instrução! E quanto aos governos são *dois homens*: quem não abdicar do seu pensamento para pensar só pela cabeça de qualquer deles, nada fará: não irá mesmo ao parlamento, porque eles são os *eleitores!* Olhe que a *Cartilha do Povo* não contém sombra de exagero, e não diz ainda a milésima parte do que é esta desgraça! — Contra este estado de coisas, não posso contar senão com a minha pena! Mas esta não a largarei dos dedos tão cedo, trabalhando por esta causa, e é possível que a não largue nunca mais, enquanto vivo for, porque este assunto é uma paixão — a única paixão do meu espírito! Mas veja: **estou só!** A própria *Associação dos Jornalistas* (que eu fundei) se resume para isto em **mim só!** Mas acabou-se: vamos para a frente! O meu *Relatório* será um brado medonho, um brado de atordoar surdos! — Adeus, Luísa do meu coração! — Abraços do (?) seu do coração.

T. C.

16 Para Luise Ey

16/3/1904.

Minha querida Amiga:

Aos meus três meses de silêncio, tens de descontar o último, que passei na cama, doente! Levantei-me ontem, mas ficou-me da doença um vestígio impertinente, que a medicina diz que desaparece: fiquei quase surdo do ouvido esquerdo! Oxalá isto passe depressa, pois este desequilíbrio de audição, além de incómodo faz-me bronco! E porque te não escrevi eu durante três meses? À espera que o tempo melhorasse — dentro e fora de mim... O Inverno tem ido tão excepcionalmente rigoroso, que dizem os velhos que não há memória doutro assim, — e sendo decerto piores os invernos da Alemanha, cheguei muitas vezes a ter pena de ti... Mas pouco a pouco o bom tempo vem voltando, e eu sinto-me reviver com a aproximação da Primavera. Não podendo escrever-te cartas alegres, o melhor era não te aumentar com as minhas as tuas tristezas que o teu bilhete recebido hoje me prova não estarem ainda atenuadas... Mas falando verdade, já sentia remorsos de te não escrever, e estimei por isso duplamente o teu postal que te agradeço tanto mais, quanto *não tens o costume de pedir notícias...*

Deves ter recebido há poucos dias os três mal-fadados livros de leitura, e estou com curiosidade de saber a tua opinião, embora ela tenha de ser contrária. Confesso que os livros me agradam agora menos do que quando os escrevi; mas suponho que não são inferiores aos que foram *aprovados* no célebre concurso, cujos ecos escandalosos ainda duram na imprensa.

Tenho acompanhado com muito interesse as notícias dos jornais acerca da saúde do vosso Imperador, e alegra-me vê-lo já em passeio, e tão perto de Portugal. Que prazer eu teria em o ver, e, principalmente, em saber que está restabelecido! Deus lhe prolongue a vida e afaste para bem longe

os maus agouros de certas notícias que dão como muito grave, ainda ao presente, o seu estado. Se conheceres algum livro alemão a respeito do Imperador, e que esteja traduzido em francês, peço-te mo indiques para eu o ler. Tudo o que se refere a esse grande **HOMEM** interessa a minha inteligência e a minha sensibilidade.

Adeus, minha querida Amiga. Muitas e vivas saudades do

Teu do coração muito amigo

T. C.

17 Para Luise Ey

1/VII/1904.

Minha querida Amiga:

Esta carta vai já dirigida para a tua casa nova, e se quiseres saber quantos anos hás-de morar nela, coloca uma bengala, ou coisa semelhante, verticalmente sobre as pontas dos dedos e diz assim:

Rei, rei,

Quantos anos morarei

Nesta casa que arrendei?

Um... dois... três... etc. — O número que dissestes no momento em que a bengala se desequilibrar, é o número de anos que morarás nessa casa! Não sabias?! E por falar em anos, olha que os teus cumprimentos pelo dia 18 vieram muito a tempo; pois não sei porquê, tenho uma particular embiração com os cumprimentos por tal motivo... Se não viesse, também me não zangava. No meu temperamento, há uma *melancolia especial* para esses dias, e hoje mesmo, que o meu Henrique faz 19 anos, também a sinto, — agravado pela ausência, pois ainda está em Coimbra, tendo já feito exame de *Sociologia*, em que ficou distinto, mas faltando-

-lhe ainda dois exames: *Direito Civil*, que fará na próxima quarta-feira, e *Direito Romano*, que só fará talvez no dia 20.

Apresso-me a dizer-te que não recebi o teu *Dicionário*, que aliás vi elogiado nos jornais. Deve ser um trabalho esplêndido; e quanto a parecer-te incompleto, não te preocupes com isso, pois os próprios dicionários portugueses são pobríssimos, e verdadeiramente não existe o *Dicionário de Língua Portuguesa*! É uma vergonha, mas a Academia Real das Ciências está convertida numa confraria de vaidosos inúteis, e, na maior parte... — inéditos! Coisas nossas, deste rico país que é pena que tu só conheças na sua fase actual pela prosa do *Diário de Notícias*, cujo temperamento é impassível, por cálculo, às maiores poucas-vergonhas, e a sua imparcialidade o que há de mais... parcial! É ver o que sucedeu agora a um dos seus mais antigos e ilustres colaboradores, o general e ex-ministro da guerra Morais Sarmento, sacrificado por uma intriga política que todos os jornais castigaram, menos o tal *Diário de Notícias*... Ah, minha Amiga! Isto dá vontade de emigrar! O país é de meia dúzia de insignificantes, e não passa um dia sem esses miseráveis, por uma injustiça, que lhes não merece a menor consideração o trabalho dos que trabalham e a honra dos que são honrados!

Mas deixemos isto. Ainda bem que desististe da tua ideia de vires outra vez para Portugal, para não presenciares de perto a miséria que é esta vida actual do meu desgraçado país. — Quando tiveres lido os *livros de leitura*, não deixes de me dizer a tua opinião, mas desejo que a digas com toda a independência, e desprendida de toda a benevolência pessoal para comigo. Brevemente sairá o *Pão Nosso*, e penso em mais dois: *Educação Cívica e Moral*, e *Direito Usual*. Lamento não saber alemão, pois sobre a educação cívica e moral decerto possuí muitos livros que eu desejaria conhecer e nos quais aprenderia para escrever os meus. Paciência! Estamos com saudade da frescura de Espinho. Adeus. Abraços e afectuosas lembranças do

Teu do coração

T. C.

18 *Para o Filho*

Londres, 11/III/1908.

Meu querido Henrique:

Põe lá que esta formidável Inglaterra é um povo muito atrasado. Em religião, o seu protestantismo é tão carola como o catolicismo; com política, tem o fetichismo do seu rei e da sua rainha, e nem compreendem... a república! A liberdade inglesa é o produto do egoísmo inglês, que não incomoda o vizinho para que o vizinho o não incomode. São elefantes domesticados: Livrarias, poucas, — e essas exclusivamente de livros ingleses. O *mundo*, para esta gente, é a Inglaterra. O temperamento inglês conhece-se bem neste julgamento do Niassa. O tribunal parece uma casa de estado, o julgamento o acto de se estudar em comum uma lição! Que diferença dos nossos tribunais! Nestas condições, o trabalho é lento, mas deve ser seguro. O juiz e os advogados estudam o problema, folheiam infinitos *in-fólios* impressos, onde estão todos os documentos que se referem ao assunto e que constituem montanhas sobre as bancadas dos advogados e na mesa do Lord-juiz. Os jurados, ouvem. No fim, são eles que resolvem; mas o Lord pode dar a decisão por iníqua, ou fazer o que fez num destes dias: pediam-se 600 contos de indemnização numa causa; o júri disse que a indemnização era devida; mas o Lord, que entendia que não, arbitrou-a no fim em meio *pence*; ou seja em cinco réis! É tudo fleugmaticamente, sem o menor sinal exterior de contrariedade. O tribunal é como uma pequena sacristia quadrada, iluminado por janelas góticas; a sessão, um acto quase religioso. Torna tudo tudo, para nós, uma grande sensoria, mas tem-se a impressão de que não se perde um minuto, um segundo. A meio da tarde, suspende-se a sessão para ir comer, mas às duas o Lord surge *de pontifical* na sua cadeira, donde não despega senão às quatro. Há taquígrafos, e todos os dias aparece a acta da sessão de véspera. Já são quatro actas, formato grande, de forma

densa. Se soubesses inglês, mandava-tas; e olha que se quiseses vir a Londres tens de prevenir-te com o teu bocado de inglês. Aqui, o francês é como se fosse chinês! Ninguém o entende, ninguém o fala. Ora as dificuldades que daqui resultam são constantes, além da sensação desagradável de não entendermos o que nos dizem, nem haver maneira de nos fazermos compreender! E a língua inglesa é fácil; e eu se me demoro por aqui três ou quatro meses, ficava-a entendendo, embora para os *latinos* fique sempre a dificuldade da pronúncia.

Estou a ver que nem por toda a próxima semana nos *despachamos*. Provavelmente não posso demorar-me em Paris senão dois ou três dias, e já não regresso a Lisboa com o Magalhães Lima, como combinámos. Vou escrever-lhe para que não espere. Ele tem de estar em Lisboa no dia 18, ao que me diz em carta que recebi hoje.

Vejo nos jornais que Vocês estão outra vez turbulentos. Toma lá cuidado, pois não tem graça atrapalhar o ano, por ser o último. Vê se te apanhas daí para fora no *momento psicológico!* Tendes tempo, depois, para zurzir isso.

Adeus. Abraços e saudades do

Teu pai muito amigo

José

19 Para Eugénio da Silveira

Meu prezado Colega:

Sr. Eugénio da Silveira:

As coisas pregam-se também pirraças umas às outras. É o reverso do *Sunt lacrimae secum* — de

estafada memória... Imagine que um ferro de engomar da minha vizinha do andar de cima lembrou-se de pregar uma pirraça à corda donde pendia, sobre as traseiras da minha casa, o meu lençol de banho. *Fagulhou* sobre ela as suas chispas, e queimou-a — pensando talvez que fora nela que Judas se enforcara. Ou quem sabe lá porque seria... Um ferro... uma corda... Talvez ciúmes, talvez... Mas caso é que fez alarido essa desavença. Lisboa inteira entrou a gritar que eu tinha fogo no prédio. Eu estava a escrever, deixei-me ficar... Cheirava, talvez, ao chamusco de umas barbas que a minha prosa, a rir, ia queimando... Mas veio polfícia... Então levantei-me — p'ra lhes oferecer de almoçar... «Que não queriam! que só queriam salvar-me! Que tinha fogo em casa!» Eu?! Espreitei, farejei, sondei... — nada! «Os senhores estão a brincar!» Senão quando, um mais arguto (não foi o Antunes) deu com a cordicha a arder... Rima... A cordinha parecia mas era chorar, coitada... E de cima, o ferro de engomar, tudo era a rir — depois de ter bufado, o maganão... Ora isto é para lhe pedir que façam, sobre este *caso*, silêncio no *Século*. Receio, ao ler isso, ter de mim a mesma ideia de um manelo de estopa... a arder! Obrigadíssimo.

Colega e Amigo

Trindade Coelho.

P. S. Os jornais da terra nada dirão, segundo me prometeu o Inspector Geral dos Incêndios:

«— Agora o *Século*...

«— Sim, obrigado, a esse preço eu...

PRELO ARTES

O retrato de D. Sebastião do Museu Nacional de Arte Antiga

Uma leitura iconológica

por Fernando António Baptista Pereira *



Considerando a figura do rei, percebe-se que o objectivo do pintor foi mais o de retratar a armadura, o que vai corresponder, no plano da simbólica, à exaltação de certos traços da personalidade e papel assumidos pelo rei.

* Fac. de Letras de Lisboa. O presente trabalho reproduz com algumas alterações o texto da comunicação por nós apresentada ao Colóquio Internacional «Imaginário Cavaleiresco e Império do Mundo», Tomar, Abril de 1983, com o título «O Retrato de D. Sebastião como Cavaleiro Graal». Na gravura (Fig. 1), retrato do MNAA.

D. Sebastião é, por certo, na sua curta vida de 24 anos, o monarca português que foi retratado mais frequentemente: chegaram até nós ou há notícia de retratos pintados ou gravados quando o rei era ainda criança de berço, aos três anos, aos sete, aos onze, aos dezassete, aos dezoito, aos vinte e cerca dos vinte e três anos⁽¹⁾.

O estudo profundo do conjunto dos retratos do rei está ainda por fazer, mas é possível analisar um ou outro dos elementos disponíveis.

O presente estudo tentará desenhar a génese e o perfil da imagem do rei D. Sebastião como repescagem do mito do herói vingador e regenerador, no momento em que essa imagem se cristaliza numa obra-prima da pintura maneirista portuguesa e se constitui igualmente em força determinante da encenação do último grande projecto da vertente cavaleiresca da expansão portuguesa.

I — O retrato — para uma identificação

O retrato cuja leitura iconológica nos propomos fazer foi identificado por José de Figueiredo como sendo o retrato encomendado pela rainha D. Catarina de Áustria ao pintor Cristóvão de Morais. Este havia executado o retrato do rei na idade de onze anos, que assinou e datou (Fig. 2). Foi a partir dos documentos publicados por Sousa Viterbo, em 1911, e do retrato que o pintor assinou (e que se encontra no Mosteiro das Descalzas Reales, em Madrid) que José de Figueiredo pôde estabelecer a identificação que, desde então, jamais foi contestada⁽²⁾.

O retrato foi encomendado a 4 de Abril de 1571 e pago adiantadamente a 13 de Maio do mesmo ano. Duas cartas de D. Catarina ao embaixador de Portugal em Roma — Dom João Tello de Meneses — datadas de 7 de Julho e de 15 de Dezembro de 1571, recentemente descobertas pelo doutor Nuno Espinosa Gomes da Silva, seu actual possuidor, e cuja cópia o nosso amigo Vítor Serrão fez chegar às nossas mãos, confirmam-nos que o retrato a que se referem os documentos revelados

por Sousa Viterbo foi executado, ainda que com atraso em relação aos prazos inicialmente previstos pela encomenda⁽³⁾. Com efeito, o retrato só ficou pronto no final do ano, e deve então ter seguido para Roma acompanhando a segunda carta (datada de 15 de Dezembro de 1571), segundo informação constante da mesma.

As razões do atraso — informa-nos a mesma carta — prendem-se com a falta de «fregma» que o rei tinha para querer aguardar que o estivessem retratando. Outros esclarecimentos que nos autorizam os novos documentos são o destinatário do quadro — o Papa — e o facto de o tempo de execução do retrato ter sido contemporâneo da visita do legado papal, cardeal Alexandrino, ao reino, de que nos ficou uma notável descrição publicada por Alexandre Herculano⁽⁴⁾.

Estes factos coincidem com a melhoria das relações entre o jovem rei e a rainha sua avó (na sequência de uma ruptura que esteve iminente) graças a uma intervenção directa da Corte de Espanha e, em particular, de D. Joana de Áustria, mãe do rei e irmã de Filipe II.

O paradeiro do retrato até aos inícios do século XX é desconhecido. Ao contrário do que aconteceu com outros retratos quinhentistas, o quadro não é proveniente das colecções reais. A incorporação no Museu de Arte Antiga deu-se em 1909, por oferta dos condes de Penha Longa, que o haviam adquirido ao ministro da América em Lisboa.

Passemos, pois, à sua descrição: (Fig. 1)

O rei está representado a meio corpo, voltado à direita, envergando uma armadura tauxiada a ouro, minuciosamente desenhada em todos os seus pormenores funcionais e decorativos, sobre a qual se reflecte, ao centro do peitoral, uma mancha de luz.

A armadura deixa ver, junto à margem inferior do quadro, os calções de tecido brocado de tons acastanhados. Completam a indumentária militar uma espada presa por correia à cinta, sobre o punho da qual o monarca repousa a mão esquerda, e um punhal cujo punho se entrevê no espaço

entre a curva do braço direito e o corpo da armadura. Da gorjeira e dos punhos da armadura saem folhos de renda encanudada que ornaram a face e as mãos do monarca. Este apresenta uma face pálida, cabelos curtos e alourados, deixando ver a orelha direita, e lábios carnudos. Inexistência de barba. Na mão direita, apoiada na cinta, o rei ostenta um anel no indicador e uma aliança dedo mínimo. O retrato apresenta no canto superior direito, sobre fundo escuro uniforme, a seguinte inscrição: REX PORTUGAL RUM ET ALGARBIORUM XVI. Por último, no canto inferior esquerdo, à frente da representação do próprio rei, surge figurada uma enorme cabeça de galgo com coleira de couro, forrada de veludo vermelho, entrevedo-se bordadas as armas de Portugal.

Antes de entrarmos na panorâmica da construção da imagem do rei e na análise profunda do retrato que acabamos de apresentar, impõe-se a sua integração sumária na tradição anterior de retratos dos reis portugueses dos séculos XV e XVI, bem como no subconjunto dos retratos do rei executados por Cristóvão de Moraes que subsistem.

O retrato de D. Sebastião de 1571 retoma, pela sua simbólica, uma tradição de retratos dos reis portugueses carregados de simbolismo e visando uma sacralização da função régia.

É o caso dos célebres Painéis da *Veneração a São Vicente*, atribuídos a Nuno Gonçalves, que constituíram, possivelmente, a predela do retábulo dedicado ao mártir São Vicente, na Catedral de Lisboa, executado pouco depois de 1471, data da conquista de Arzila. Gigantesco ex-voto de agradecimento a São Vicente pela intercessão junto da Providência Divina pelo bom êxito da expedição, e pela salvaguarda do Reino, os *Painéis* correspondem, em termos de oferenda sagrada, às grandes tapeçarias comemorativas do feito, encomendadas na Flandres, que se encontram na Colegiada de Pastrana. Estes ou outros retratos de reis que existiam na Sé, no século XVI, eram supostos representar os reis que estavam «na glória», e D. João III foi convidado a rezar perante eles

antes de partir para uma programada mas não concretizada Jornada de África⁽⁵⁾.

Pinturas da primeira metade do século XVI representam o rei D. Manuel como rei Mago⁽⁶⁾ ou como rei David⁽⁷⁾. Retratos há que insistem em elementos simbólicos como o laço de amor (*Retrato da Princesa Santa Joana* e da *Estátua de D. Manuel* no portal ocidental dos Jerónimos) ou na mitificação de personagens que desempenham um papel importante na subida ao poder da Dinastia de Avis (*Retrato de D. Nuno Álvares Pereira*).

Já os retratos de D. João III e de sua mulher, D. Catarina de Áustria, representam uma interrupção ou, pelo menos, uma viragem na tradição do retrato régio em Portugal. Os dois reis fizeram-se retratar, sobretudo na fase final do seu reinado, como simples personagens de corte, segundo a moda maneirista (retratos pintados por Moro, 1552) que, de resto, triunfaria também na corte de Carlos V e Filipe II, ou escolheram retratar-se como simples fiéis da Igreja, dirigindo a esta as suas preces de uma intercessão divina para resolver as suas angústias face à sucessão do Reino (várias versões dos retratos atribuídos a Cristóvão Lopes). Os retratos estão isentos de toda a simbologia heterodoxa e separam o mundo terrestre do mundo da intercessão divina, quer pela construção do quadro, quer pela visão totalmente submissa à Igreja de Roma, que revelam e que foi, de resto, o território ideológico que directamente os inspirou⁽⁸⁾. O *retrato de jovem cavaleiro desconhecido* (o pai de D. Sebastião? o condestável D. Duarte?), existente no M. N. A. A., executado, por certo, para comemorar a elevação do retratado a alto posto da dignidade da cavalaria, numa linguagem maneirista de inspiração veneziana, retomando a simbólica cavaleiresca (a banda de seda vermelha com motivos dourados), parece prenunciar o revivalismo que triunfará no reinado seguinte.

O *retrato de D. Sebastião* que analisamos retoma a tradição anterior no sentido de um aprofundamento da ideologia cavaleiresca e da sua tradução simbólica. É, também, como iremos ver, o produto



de uma sobredeterminação da conjuntura social, política e cultural da sociedade portuguesa dos anos sessenta e setenta do século dezasseis.

Por outro lado, ele faz parte de um subconjunto de retratos de D. Sebastião: os atribuídos a Cristóvão de Morais, pintor da rainha D. Catarina de Áustria, cuja actividade conhecida se estende de 1551 a 1574. Se o presente retrato foi identificado a partir da comparação estilística com o retrato das Descalzas Reales, o mesmo aconteceu com o retrato da Colecção do conde de Doña Mariña (Granada) — Fig. 3. Só que a comparação entre os retratos de Lisboa e de Granada mostra ainda mais evidentemente a autoria comum que a proximidade cronológica da sua execução tornou quase gémeos na pose do retratado, no colorido e até na preocupação emblemática⁽⁹⁾. No estudo que temos em preparação sobre os Retratos de D. Sebastião (e que se intitulará «D. Sebastião tirado do natural») procederemos a demorada análise iconológica das excelentes obras do pintor Cristóvão de Morais.

II — A construção da imagem do rei

D. Sebastião nasceu a 20 de Janeiro de 1554, pondo fim a uma angustiante espera de dezoito dias depois da morte do seu jovem pai. D. Joana de Áustria, sua mãe, retirou-se pouco depois para Castela e a criança foi criada pela avó.

Desde 1550, depois da morte de todos os seus descendentes directos à excepção do príncipe D. João, D. João III e a sua esposa, a rainha D. Catarina, esforçaram-se por obter do seu derradeiro fruto as garantias da sucessão. O rei e a rai-

Fig. 2: retrato de D. Sebastião aos 11 anos, do convento das Descalzas Reales.

nha, na sua piedosa temeridade, são-nos apresentados como instrumento de expiação de um pecado colectivo⁽¹⁰⁾. É curioso ver que tanto nos cronistas e memorialistas que condenaram a Jornada de África como naqueles que entusiasticamente a aprovaram há unanimidade quando se estabelece a ligação da morte dos filhos de D. João III com a expiação de um pecado colectivo do povo português. Se encararmos um outro tipo de escritor, o humanista Diogo de Teive, autor de umas sentenças dedicadas à educação de D. Sebastião e de um dos quarenta hinos pelo bom nascimento do rei — ao Anjo Custódio do Reino —, constatamos, na sua *Tragédia do Príncipe João*, escrita em cima dos acontecimentos que conduziram à morte do infante e ao nascimento do Desejado (1554), um conjunto de referências à decadência do Reino, em virtude da vaidade das riquezas trazidas pelos descobrimentos, e dos pecados cometidos para as obter⁽¹¹⁾. A ligação desta óptica moralista com a morte de todos os ramos da descendência directa da casa reinante reforçava a visão da expiação de um grave pecado que a decadência económica e o abandono de algumas praças do Norte de África não ajudavam a esquecer.

No regime imaginário, o fracasso da política económica e colonial de D. João III era interpretado como um abandono de uma tradição que conjugava, ainda no início do século XVI mas já não em meados do século, o *ideal neocruzadista* e a *empresa comercial*. Só assim se podem interpretar as decisões de viragem da política colonial decretadas pelas Cortes de 1562⁽¹²⁾.

As duas vertentes da expansão portuguesa, a conquista do mundo, por um lado, e a exploração do mundo, por outro, se estão imbricadas na génese do processo, não deixam de recobrir interesses muito distintos, se não mesmo antagónicos em certas circunstâncias. A seguir à Conquista de Ceuta, em 1415, os interesses, até aí coincidentes, entram em conflito aberto, que se exprime, no plano do imaginário, sob a forma de duas políticas⁽¹³⁾, cujo nome tomamos de empréstimo do *Parecer do Infante D. João sobre o Prosseguimen-*

to da Guerra em Marrocos (1436): o siso e a cavalaria⁽¹⁴⁾. O *siso*, a expansão dos comerciantes; a *cavalaria*, a expansão dos nobres. Só no fim do século XV se atingiu uma episódica fusão, obtida no reinado de D. João II e aprofundada com D. Manuel, graças à exploração comercial do Sul marroquino, à conquista das Índias e ao início da exploração do vasto subcontinente brasileiro. Todavia, sob D. João III, acompanhando o processo político de aproximação da esfera de influências do Império e de Roma, assiste-se ao abandono de uma política de fusão entre as duas vertentes da expansão, em favor de uma política de mercantilização da alta nobreza e do Estado e respectivo aparelho. Esta política favoreceu, sobretudo, a exploração comercial do Oriente, que arruinou o País, não contendo a corrupção nem a concorrência dos países do Norte da Europa e da própria Rota do Levante, e bloqueando o desenvolvimento da burguesia capitalista através da Inquisição. Esta foi erigida em aparelho repressivo de um Estado ao serviço de uma *élite* nobiliárquico-eclesiástica que assegurava o monopólio da terra e beneficiava dos rendimentos do comércio colonial.

Toda a situação depressiva grave na economia portuguesa é, por seu turno, sentida e sofrida sem que haja uma compreensão dos mecanismos estruturais da decadência económica. Tudo é visto como um resultado do abandono de antigas tradições pelo poder de Estado, como um desvio ou uma traição do Reino que deve ser paga por aqueles que consubstanciam em si — na óptica do Estado renascentista — as virtudes ou os defeitos de todo um povo: na ocorrência, o rei e a rainha que vêm morrer no espaço de dez anos todos os seus descendentes directos.

O jovem príncipe e futuro rei D. Sebastião é visto e cantado por poetas e prosadores, desde a sua infância, como a «bem nascida segurança/Da Lusitana antiga liberdade» (*Os Lusíadas*, I, 6), assim como aquele que iria restituir o equilíbrio primordial da expansão portuguesa⁽¹⁵⁾. E, se bem que o problema não resida na possibilidade real de tal desiderato se concretizar ou não, o certo é que

todo o regime imaginário vigente empurrava o monarca nesse sentido. D. Sebastião não foi senão o protagonista, inicialmente involuntário e, em seguida, assumido, de um movimento de revivalismo de certos valores de uma tradição cavaleiresca habitualmente identificada com a recuperação da mística neocruzadística que informou o arranque da expansão portuguesa.

O monarca dispunha, tal como a geração de jovens nobres que o rodeariam a partir de 1573, na sequência da sua viagem ao Sul do País, de um conjunto de obras literárias, impressas diversas vezes, que o aproximavam do imaginário cavaleiresco do passado. A infância havia-a passado na leitura dos arquétipos desse imaginário: segundo os seus professores, mesmo os que procuraram dissuadir o rei de aventuras megalómanas, o rei era um jovem muito impressionável pelas aventuras cavaleirescas, sobretudo as do avô, Carlos V⁽¹⁶⁾; de resto, todos pareciam estar de acordo quanto à necessidade de lhe ensinar os mais notáveis feitos de armas do passado⁽¹⁷⁾.

Quando visitou os Mosteiros de Alcobaça e da Batalha, o único rei que escolheu como modelo foi D. João II⁽¹⁸⁾.

Por outro lado, as contradições na sociedade portuguesa não cessaram de se manifestar, após a morte de D. João III e durante o longo período da Regência. Esta foi, na realidade, a continuação da política anterior e, no plano das relações exteriores, a tendência da aproximação face ao Império e a Roma reforçou-se. A Nação protestou e no ano de 1562 a rainha viu-se obrigada a reunir as Cortes onde apresentou a sua demissão da Regência, que é então confiada ao cardeal infante D. Henrique, tio-avô do soberano. As Cortes, que se prolongaram pelos primeiros meses de 1563, representaram uma clara condenação da orientação política até então seguida. O jovem monarca estava presente e, ainda que se não saiba qual o impacto que uma tal manifestação política teve na formação da sua personalidade, verifica-se que o seu projecto político autónomo, uma vez assumido

o poder, retomará as decisões das Cortes, numa dimensão que a própria Regência do cardeal jamais ousara concretizar⁽¹⁹⁾.

Todavia, quando o rei se prepara para pôr de pé o seu projecto político, vai defrontar dois graves problemas de sinal contrário: por um lado, a presença e a importância política da rainha D. Catarina que procurará contrariá-lo; por outro, a necessidade de resposta às solicitações de uma nação dilacerada por tensões, que havia desenhado um programa político regenerador nas Cortes e que esperava o rei para executar. Por seu turno, a adopção de uma política correctora da orientação expansionista vinha servir, no âmbito das jovens gerações nobres que passaram a rodear o rei e que o subtraíram progressivamente à influência da rainha, do cardeal e dos Câmaras (o confessor do rei e seu irmão), os desejos de acções heróicas directamente inspiradas por um revivalismo do imaginário cavaleiresco que a cultura impressa colocava facilmente à disposição. Esta junção do imaginário cavaleiresco com propostas megalómanas de redenção do todo nacional informa a assunção final da sua imagem de salvador da Pátria pela conquista de Marrocos, chave para todos os problemas imediatos da expansão portuguesa.

O monarca vira-se, então, sem ambiguidades, para o projecto de conquista de novas posições em Marrocos, para o que encontrará pretexto nas lutas internas que opõem Mulei Moluco a Mulei Mohamed. A *política da cavalaria* é, pois, a sua grande opção, em detrimento (mas sem abandono) da *política do sisó*.

Pouco lhe importará que nesse processo se declare a ruptura com a avó, particularmente agudizada em 1570, que só a intervenção da corte de Castela — e, em particular, de D. Joana, como já vimos — conseguirá sanar. Todavia, o peso político da velha rainha jamais voltou a ser o mesmo, na na governação como nas decisões individuais do monarca. A obstinação deste revelar-se-ia, doravante, um dos seus traços mais característicos e constantes⁽²⁰⁾.

III — O retrato — cenografia e significado

Regressemos ao retrato. É a ele que se impõe dar a palavra.

Em primeiro lugar, a cenografia. As escalas em que se organiza o quadro são surpreendentes: a cabeça do galgo é representada num tamanho superior ao da cabeça do rei ou das suas mãos. Este detalhe — denunciando a importância desmesurada conferida ao animal que, assim, assume os contornos de um símbolo — distancia o retrato das suas fontes prováveis: os retratos análogos de Carlos V e Filipe II em que a representação do cão não disputa a primazia à personagem régia. Não se justificará isso pela presença das armas reais na coleira, pormenor inexistente naqueles retratos? Por outro lado, considerando a figura do rei, percebe-se que o objectivo do pintor foi mais o de retratar a armadura do que o próprio rei, o que vai corresponder, no plano da simbólica, à exaltação de certos traços da personalidade e papel assumidos pelo rei. Se compararmos a cabeça do galgo e a figura do rei, verifica-se que, tanto pelas cores, como pela maneira de as pintar, elas são contrastantes, mas também complementares. Há mesmo equivalências: às tonalidades quentes da figura do rei (e em particular da armadura), a coleira em couro forrado a veludo vermelho; às tonalidades frias da cabeça do galgo corresponde a mancha de luz (reflectida, lunar) ao centro da armadura.

Estas estruturas cenográficas são igualmente os traços mais significativos do maneirismo e o apoio formal de toda a construção simbólica. Contudo, antes de entrar na leitura do significado profundo, convém atentar nos seguintes pormenores: a face



Fig. 3: retrato de D. Sebastião aos 18 anos, da Coleção do Conde de Doña Mariña, Granada.

do rei é enigmática — parece olhar o espectador com algum desdém (o que não nos surpreende: o cardeal Alexandrino que visitou o rei quando o retrato estava a ser pintado — conforme no-lo confirma a carta da rainha de 5 de Dezembro de 1571 — ficou com a impressão de «um olhar e sobrececho algum tanto carregado e altivo»⁽²¹⁾; a mão direita, que está pousada na cintura, é o equivalente do rosto no plano inferior do quadro — nela o rei ostenta dois anéis, um dos quais — o do indicador — evoca o motivo iconográfico do casamento místico; a mão esquerda pousada na espada evoca, por seu turno, a cavalaria.

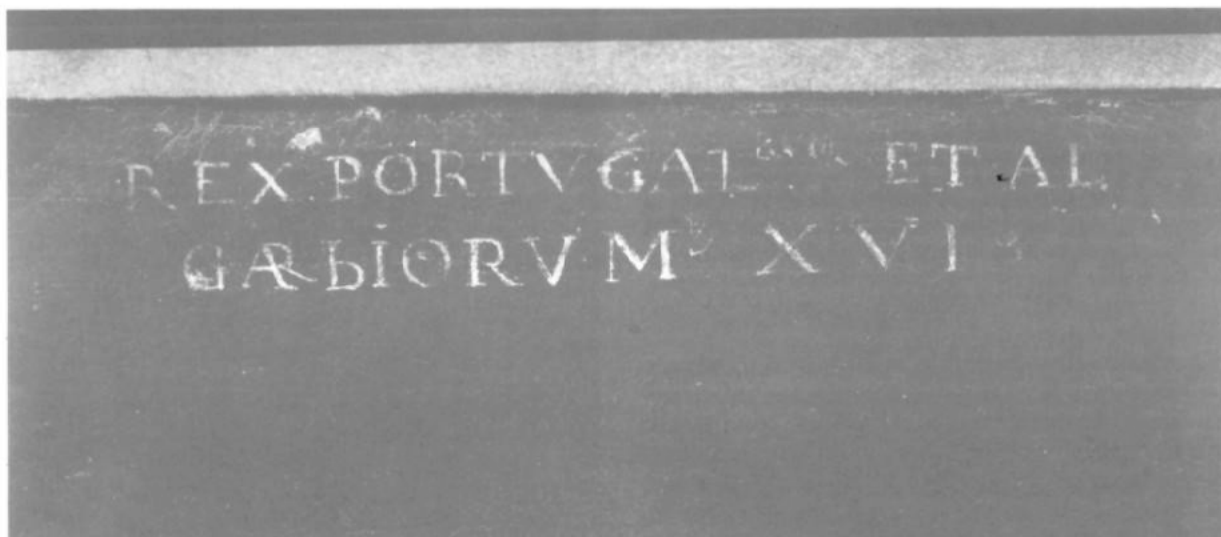
Entremos na leitura da simbólica. O primeiro passo é estabelecer a ligação entre as duas figuras num sistema de significações comuns, uma vez que toda a construção da composição no-la impõe. Foi Julius Evola, no seu *O Mistério do Graal*, que nos deu a chave, ao fazer a interpretação da dupla dantesca do *Dux* e do *Galgo*⁽²²⁾: «(...) Dante prevê o advento daquele que porá termo à dupla usurpação. É precisamente o «Galgo», que, segundo a referida convergência dos símbolos, forma um todo com o *Dux*, «Enviado de Deus», que «matará a barregã, com o gigante que com ela peca». No conjunto, temos o símbolo de um vingador e restaurador, imagem do «Senhor Universal», de que fala Dante no *De Monarchia*, e de uma «restituição», fundada sobre a destruição dos dois princípios solidários de decadência já mencionados (...)»⁽²³⁾. Este símbolo liga-se a concepções análogas nas mitografias do Preste João e dos Cavaleiros da Távola Redonda: a regeneração depois da profecia da vingança, o Império como espiritualidade de *vita activa* que prepara para a *vita contemplativa*⁽²⁴⁾.

Mas podemos acrescentar outros sinais: os significados possíveis da evocação do motivo iconográfico do casamento místico, habitual atributo de Santa Catarina, figura de grande veneração na corte de Avis⁽²⁵⁾. É preciso não esquecer que, de toda as propostas oficiais de casamento que lhe foram feitas, a única que o interessou foi a de Isabel Clara Eugénia, filha de Filipe II; graças a

este casamento, o rei pensava obter uma forte aliança com Castela contra os Mouros, o que Filipe sempre boicotou⁽²⁶⁾. As discutidas doenças genitais que são imputadas ao rei não jogaram, quanto a nós, um papel decisivo na sua inibição face ao casamento. Esta será, talvez, fruto de uma opção de vida fundada sobre o modelo cavaleiresco seu preferido: o príncipe D. João, futuro D. João II, foi armado cavaleiro na sequência da conquista de Arzila, na idade de 16 anos, em estado de pureza. O retrato é, assim, a representação do *instrumento guerreiro* — do cavaleiro da *vingança divina* — a dois níveis: o espiritual, representado pelo próprio Rei, e o temporal, representado pelo Galgo (duplo do Reino), visando a regeneração de uma Cristandade e de um Mundo dilacerados e decadentes — realidade que o rei parece olhar com desdém — a que se impunha o regresso a um estado de pureza primordial sob pena de perda inexorável. As sugestões de laços de amor, argolas e cabos no desenho da armadura, não fazem mais do que sublinhar, alegoricamente, esse desejo de uma missão transcendente, purificadora e regeneradora, fruto de uma aliança dupla Rei/Reino com o Absoluto.

Um último problema nos é colocado pela leitura do quadro e da documentação que o identifica: que mensagem pretendia o rei transmitir ao seu verdadeiro destinatário — o papa ou a rainha?

As duas cartas agora reveladas permitem-nos concluir que, sendo a encomenda e pagamento da iniciativa de D. Catarina, ela responde a um desejo expresso por Pio V. O programa iconográfico terá sido da responsabilidade do pintor ou do retratado ou — como é mais provável — de um acordo entre os dois, já que à rainha, descontada a insistência que venceu a «fregma» do rei, deve ter escapado qualquer tipo de controle, conforme se depreende do facto de se escudar na opinião e no relatório do cardeal Alexandrino sobre o retrato e também sobre a personalidade e intenções do rei — as « cousas que com a pintura se não podem representar ».



Legenda que consta no retrato do Museu Nacional de Arte Antiga (Fig. 1).

O desejo do Papa prender-se-ia certamente com a formação da **Santa Liga** contra o Turco cuja adesão de D. Sebastião foi a formalmente negociada pela embaixada do cardeal Alexandrino. O retrato é suposto ter seguido com a 2.^a carta para Roma, quase em simultâneo com a partida do cardeal (Dezembro de 1571). Pelo seu significado profundo, o retrato veicula valores que exaltam a imagem paradigmática que o rei se esforçava por dar de si e da orientação política que encarnava — mensagem que a rainha (ou o papa) descodificariam com relativa facilidade —, e não pode deixar de ter constituído um acto político de afirmação da autonomia do seu projecto, cortando, definitivamente, o cordão umbilical que a avó se esforçava por manter intacto — se o retrato selava um período de reconciliação, não deixava de guardar as devidas distâncias... Recebido ou não pelo papa — Pio V morreu a 1 de Maio de 1572 — o retrato inevitavelmente evocaria em Roma o pensamento de Dante, sabido partidário das teses

gibelinas, incómodas ao Papado, o que talvez pareça uma manifestação de juvenil rebeldia por parte de um monarca que a Santa Sé se habituara a considerar fidelíssimo. Provavelmente, terá sido, apenas, a convergência da concretização plástica do imaginário investido pelo rei com a proposta de Cruzada contra o Turco que o Pio V avançara e que se malogrou após a morte do pontífice. A evocação de Santa Catarina — a Pallas cristã ou, como diziam os protestantes, a «Pallas dos Papistas» — terá sossegado os observadores mais perspicazes.

Quando assumiu o poder, aos catorze anos, D. Sebastião herdava uma monarquia centralizada, absolutista mesmo, mas também uma nação ameaçada pela decadência económica, angustiada pela consciência de pecados cometidos cuja expiação se traduzia na perda da independência pela extinção dos ramos da casa real portuguesa.

Havia lugar para projectos de regeneração num pano de fundo dominado pelo recuo da imagem

da *política do siso*; esses projectos de regeneração tinham todo um campo de referências, quer na realidade da sociedade portuguesa do século XV e inícios do XVI, quer na literatura do imaginário cavaleiresco, nas suas diferentes versões, acessíveis graças à imprensa.

Neste ambiente de revivalismos (históricos, de costumes, do próprio imaginário cavaleiresco), D. Sebastião soube interpretar o sentimento nacional que tinha necessidade de uma reestruturação da imagem do mundo e, sobretudo, da sua identidade colectiva.

Apresentando-se como o instrumento da eleição divina (o que lhe foi publicamente concedido antes do próprio nascimento), D. Sebastião cristaliza a sua imagem de um modo narcísico, fazendo-a acompanhar de uma proposta de acção quase megalómana face à própria realidade portuguesa. O rei, como personalidade carismática, tenderá a redefinir-se face aos valores de um sistema que tinha provada a sua eficácia no passado e que se apresentava, na ocorrência, como uma síntese operada a nível de abstracção suficiente para não ser imediatamente destruída pelos contragolpes das mudanças inerentes a todas as sociedades da época. A resposta estava pronta no momento em que soou o apelo da comunidade⁽²⁷⁾.

O retrato que acabámos de analisar devolve-nos, com a coerência que só as grandes obras culturais alcançam, a imagem paradigmática de um projecto político que interveio no reequacionamento da identidade colectiva do povo português no dealbar do último terço do século XVI e se apresenta, hoje, como o mais notável testemunho artístico e cultural da última grande utopia cavaleiresca da Dinastia de Avis e, também, da Nação Portuguesa.



Legenda do retrato de Granada (Fig. 3).

(¹) Para as fontes literárias sobre D. Sebastião ver: Francisco de Sales Loureiro, *D. Sebastião antes e depois de Alcácer-Quibir*, Lisboa, 1978; idem, «*Relação da Vida d'El Rey D. Sebastião do P.º Amador Rebelo*», Lisboa, 1978; Joaquim Veríssimo Serrão, *Itinerários d'El-Rei D. Sebastião*, 2 vols., Lisboa, 1962-63; idem, «Documentos inéditos para a história do reinado de D. Sebastião» in *Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, vol. XIV, Coimbra, 1960, pp. 139-187; *Jornada d'El-rei Dom Sebastião a África*, editada com um prefácio de F. Sales Loureiro, Lisboa, 1978; Francisco de Sales Loureiro, *Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve*, Lisboa, Horizonte, 1984.

Para as fontes iconográficas ver Ernesto Soares *Dicionário de Iconografia Portuguesa*, 3 volumes, Lisboa, 1947-1960. Uma lista não exaustiva dos retratos do rei foi elaborada por A. Béliard da Fonseca in *D. Sebastião antes e depois de Alcácer-Quibir*, 2 vols. Lisboa, 1978, pp. 80-81 do I tomo. Eis a lista dos retratos do rei cuja idade se encontra assinalada ou pode ser determinada com alguma segurança:

O retrato do rei como criança no berço encontra-se numa iluminura do manuscrito *Livro das Ensinanças d'El-rei D. Sebastião*, edição fac-similada com prefácio de Luís de Matos, Lisboa, IN-CM, 1983. Do retrato aos três anos só resta a notícia: foi um retrato encomendado, em 1556, pela rainha D. Catarina, ao pintor Jooris Van der Straeten que o pintor Sanches Coelho levou à princesa D. Joana (Sousa Viterbo, *Notícia de Alguns Pintores*, II, Lisboa, 1906, p. 64). O retrato do rei aos sete anos consta de uma gravura rara existente em algumas colecções e reproduzida, entre outras obras, na pág. 344 da *História da Gravura em Portugal*, de Ernesto Soares, Tomo I, Lisboa, 1940 (n.º 508). O retrato do rei aos onze anos foi executado por Cristóvão de Moraes que o assinou e datou (Fig. 2): CRISTOBAL A MORALES FACIEBAT. 1565. O retrato do rei aos dezasseis anos consta de uma gravura que representa o averso e reverso de uma medalha; parece copiada da gravura de 1561 e encontra-se reproduzida na Lam. XIX da obra de Enrique Lafuente Ferrari, *Iconografia Lusitana*, Madrid, 1941. O retrato do rei aos dezasseis anos é aquele de que nos ocupamos (Fig. 1). O retrato aos dezoito é uma pintura que o representa de corpo inteiro; pertence à colecção do conde de Doña Mariña. Este retrato ostenta a inscrição SEBASTIANVS PRIMVS / REX PORTVGALIAE / ANNVM AGENS / XVIII, e como veremos adiante, pode ser considerado quase gémeo do retrato de Lisboa. Recentemente, SYLVIE DESWARTE-ROSA publicou as referências documentais de um retrato executado nos anos de 1573-74 por um pintor da corte, que a autora supõe ser Cristóvão de Moraes, que terá seguido para Espanha mas cujo paradeiro actual se desconhece («*Les «De Aetatibus Mundi Imagines» de Francisco de Holanda» in *Monuments et Memoires de la Fondation Eugène Piot*, Paris, PUF, 1983, p. 159, n. 129).*

Os dois retratos a óleo que representam o rei cerca dos vinte e três anos pertencem um ao Museu de São Telmo, em San Sebastian, e o outro à Galeria de Retratos do Kunsthistorisches Museum de Viena (ambos reproduzidos na obra citada de A. Béliard da Fonseca nas Figs. 5 e 6). Dagoberto Markl considera (comunicação oral) que a representação do rei constante do painel *Nossa Senhora de Belém*, atribuído por Joaquim de Vasconcelos a Francisco de Holanda, data de 1568, ano em que o rei assumiu o poder, com catorze anos.

(²) José de Figueiredo, «Mais dois quincentistas identificados como portugueses», *Diário de Notícias* de 18 de Maio de 1912; idem, «O Retrato de D. Sebastião de Cristóvão Moraes», *Diário de Notícias* de 21 de Março de 1922.

(³) Segundo se depreende da documentação, a rainha tinha firme vontade de satisfazer o desejo do papa em possuir um retrato do rei (ver Apêndice). A referência a uma carta de 19 de Janeiro dá a entender ser o projecto já antigo, só que razões não especificadas — mas que se devem prender com a tensão existente entre a avó e o neto — protelaram a sua concretização. A carta de Julho de 1571 fala no retrato que já estava encomendado «e muito cedo se acabará». Todavia, só em Dezembro, o quadro estava pronto a seguir para Roma com a carta datada de 15 desse mês.

(⁴) «Viagem do Cardeal Alexandrino — 1571», in *Opúsculos*, VI, pp. 64-97, 2.ª ed., 1897. (Publicado anteriormente no *Panorama*, vol I, 1842). Título original: *Relazione del Viaggio fatto dall'illmo. e Revmo. Fr. Michele Bonello Cardinale Alexandrino del tit. D. S. M.ª sopra Minerva nepote dio Pia V legato alli Serenis. mi Re di Francia. Spagna e Portogallo colle anotatione della citta, terre e luoghi desdritto da Mest. Gio Battista Venturino da Fabriano l'anno 1571.*

(⁵) «lembrar e pedir pr. M. q. este dia de S. Vte., q. agora vem va ouvir missa ha Sé por ver aq̃les famosos Reis armados tão fermosos e g̃etis homens aquelles todos está no paraizo» *Repartição Q. Fres Frco. Per.ª Pestana P.ª se cõquistar o Reyno de Fez* in Artur da Mota Alves, *Os Painéis de S. Vicente num Códice da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Lisboa, A. N. B. A., 1936.

(⁶) Vide, por exemplo, na *Adoração dos Magos* do Mestre de S. Bento (M. N. A. A., Lisboa) e na *Adoração dos Magos* proveniente da Igreja de Santa Maria do Castelo de Torres Vedras (Museu Municipal).

(⁷) Vide Joaquim de Vasconcelos, *A Pintura Portuguesa nos Séculos XV e XVI*, Coimbra, 1929, 2.ª edição, p. 42.

(⁸) Atente-se, por exemplo, no título que foi concedido ao Piedoso pelo papa Paulo II — ZELATOR FIDEI USQUE AD MORTEM — pelo grande zelo e instâncias com que pediu o Tribunal do Santo Ofício e que constituiu uma das legendas gravadas nas moedas cunhadas no seu reinado.

(⁸) Sobre o Retrato de Granada deve consultar-se o *Catálogo de la Exposición Carlos V y su Ambiente*, Toledo, 1958, pp. 92-93.

(⁹) Cf., por exemplo, o anónimo autor da *Jornada d'El-Rei D. Sebastião a África* (edição de F. Sales Loureiro, Lisboa, 1978): «E portugal; ou com a grande abastança das cousas que dos tratos e comercios, de varias nações que acodiram a elle com a fama dos retornos das riquezas e policias da India alterou E mudou a natureza; ou com a superfluidade occio e delicias se apartou daquella sua estreiteza moderada e pouco a pouco emtrado da cobiça se Esqueceo da virtude antiga: Assi esta trocado do que ia foi, que mui pouco despreza da hombridade e valor de seus maiores, nem tem sua gloria na temperança, bom gouerno, esforço, e valentia que nelles floreceu, porque no mundo foram tam conhecidos (...) E tornando ao que desia, como Deus he lusto Iuiz, e sol verdadeiro de Iustica que tudo vee, e segundo seu costume emenda os peccados secretos, e os publicos castiga, e pellas maldades do povo, poem em ruina e destruciam, os Reynos e Impérios, parece que aborrecido da devassidam de costumes de gente portuguesa, ingrata dos beneficcios que delle tem recebido, assi nos milagres que por ella fez na criacaõ e victorias de seu Rey primeiro, como do favor e boas venturas com que por Espaco quasi de quinhentos annos a dilatou E engradeceo (...); nam quis permitir que suas culpas procedessem adiante, antes com exemplar castiguo foi servido que os Reys e principes deste Reyno ainda que innocentes paguassem os Erros de seu distrahido povo (...) E ainda que a culpa destas desordens era toda daquelles per quem corriam os effeitos delas, de maneira tocou os Reys, que de todos aquelles principes e seu Real trono para que auia grande numero de successores assi se foi consumindo a Real descendência que antes de se acabar a vida ao bom Rey Dom Ioam o 3.º, uio morrer a maior parte dos infantes seus Irmãos, e os onze filhos que Deus lhe deu.» (pp. 11-12).

(¹¹) Cf. Diogo de Teive *Tragédia do Principe João* (intr., trad. e notas de Nair Castro Soares), Coimbra, 1977, em particular nos vv. 503-544, mas também nos vv. 809-820, 1109-1142 e 1366 («Indícios seguros nos revela agora a ira de Deus»).

(¹²) Cf. Francisco Sales Loureiro, *D. Sebastião antes e depois de Alcácer-Quibir*, cit., pp. 42-45 e 97-101; *Jornada d'El Rei D. Sebastião a África*, cit., pp. XII-XXIII do prefácio de F. Sales Loureiro.

(¹³) Essas duas políticas encontram-se desenhadas nos dois grupos em que se dividem os célebres pareceres dos Infantes e outros grandes senhores sobre o prosseguimento da guerra em Belamarim, solicitados por D. Duarte. O mais importante desses pareceres, em que as razões pró e contra a guerra se definem, efectivamente, como duas políticas antagónicas, dotadas de sistemas de valores próprios e respectiva argumentação, referenciadas socialmente no

siso e na *cavalaria*, é o parecer do infante D. João. Sobre este parecer ver E. Borges Nunes, «O Parecer do Infante D. João sobre a Ida a Tânger», *Brotéria*, vol. 66, 1958, pp. 269-287. Uma transcrição do parecer conforme consta do Livro da Cartuxa pode ler-se na edição do *Livro dos Conselhos d'El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, por J. J. Alves Dias, Lisboa, Estampa, 1983, pp. 43-49.

(¹⁴) Vide nota anterior.

(¹⁵) A proposição de *Os Lusíadas* exprime, a bem dizer, a consciência máxima possível do grupo nobre que aposta numa inversão da política joanina e da regência e que aguarda do rei, à volta de 1568-72, uma tomada de decisão firme que ponha em prática a orientação já delineada nas Cortes de 1562-3: «E enquanto eu estes canto, e a vós não posso/sublime Rei, que não me atrevo a tanto,/Tomai as rédeas vós do Reino vosso:/Dareis matéria a nunca ouvido canto./Comecem a sentir o peso grosso/(Que polo mundo todo faça espanto)/De África as terras e do Oriente os mares.» (I, 15). A «maravilha fatal da nossa idade/Dada ao Mundo por Deus» (I, 6) apela, no final, o poeta para que se embrenhe no Norte de África «rompendo nos campos de Ampelusa/Os muros de Marrocos e Trudante» (X, 156).

(¹⁶) O padre Amador Rebelo, que foi seu mestre a partir dos seis anos, conta na sua *Relação da Vida d'El-Rey D. Sebastião* (editada por Francisco de Sales Loureiro, Faculdade de Letras, Lisboa, 1978) que «como o seu animo grande e inclinação natural a conquistas o estimulauaõ, não deixaua de fallar e tratar destas materias: e pera que se entenda milhor donde se lhe originou grande parte destes seus pensamentos, se hade entender que sendo de alguns oito pera nove annos, em que sabia ja ler, ouue as maõs um livrinho em espanhol não se sabe por cuja uia, q̄ tratava da uida e feitos heroicos do Emperador Carlos Quinto seu auõ e das emprezas e guerras q̄ fizera em terras de Mouros e em outras p.tes, o qual trazia consigo e se recreaua e gostaua muito de ler por elle, sem o Mestre lo saber, mas caso lho disseraõ, e como por hũa parte era inclinado a armas, e por outra desejava muito imitar o seu avõ, especialmente em pelear contra Mouros (como elle fizera) emleuauase tanto com a liçaõ deste livro que causaua admiraçaõ, e não lia, nem fallaua n'outra cousa com mais gosto, e trazia nisto tam ocupado o pensamento, que hum dia estando na liçaõ aleuantando a cabeça sobre o encosto da cadeira ficou sospenso e imaginatiuo, e sem acudir nem dar fee do que o Mestre lhe dizia, e como pessoa q̄ estaua absorta, e leuada de algũa vehementemente imaginação, tornando em sy, disse pera o Mestre estas palavras. Sabeis em que estaua agora cuidando que como for de idade, ey de tomar Africa» (p. 522).

(¹⁷) O seu aio, D. Aleixo de Menezes, que confessava que «pelo que conhecia da natureza, e condiçã delRey, em que se imprimia com facilidade tudo aquillo, que com capa de virtude se lhe representava» e «que se a madureza de quem o guiasse nam soubesse ter meyo, elle sempre se

inclinaria a hum dos extremos, pela efficacia com que aprehendia as couzas», aconselhava, no entanto, «que convinha entre aquellas primeiras letras ir-lhe lembrando exemplos de guerra, e governo, tirados dos sucessos dos livros, e histórias que lhe lessem» (Voto de D. Aleixo de Menezes acerca do Mestre do Senhor Rey Dom Sebastiam in *Filozofia de Principes*, Tomo I, Lisboa, 1786, pp. 67-69).

(¹⁸) Cf. Queiroz Veloso, «O predomínio dos Câmaras e as dissensões da familia real», Cap. V da 1.ª Parte da III.ª Época da *História de Portugal*, Barcellos, 1933 (Vol. V), pp. 63-64.

(¹⁹) Cf. Bibliografia citada na nota (12).

(²⁰) O retrato psicológico do rei foi exemplarmente feito pelo seu aio, D. Aleixo Menezes, no voto que fez acerca do Mestre do Senhor Rey Dom Sebastiam, não só nos passos já citados (nota 17) como também neste: «Que como El Rey tinha o animo tam facil a se lhe imprimir tudo aquilo, que com a capa da religiam se lhe persuadissem, nenhuma cousa quereiam assi do governo público, como do particular da pessoa d'Elrey que a não conseguissem por esta via. E que assi como seria perigoso na inclinação d'Elrey haver quem lhe distraisse o animo, e o inclinasse à incontinência: assi poderia haver prejuizo em ter quem com demazia lhe tirasse o brio juvenil, e inclinado ao que dentro dos limites da Nobreza, e Christianidade se permittia aos Principes» (pp. 68-69).

A obstinação de D. Sebastião, tanto na questão do casamento, como na programação e execução da Jornada a África, tem sido amplamente glosada pelos autores que se debruçaram sobre o reinado e personalidade do monarca. Veja-se, por exemplo, o depoimento do P.º Luís da Câmara sobre a opposição do rei aos projectos de casamento. «Os que informam sua santidade de que está em minha mão mudar o coração do rei, julgam dêle como de qual-outro de sua idade; e os que o conhecem não pensam assim, porque o que êle quiere, quiere-o e principalmente nesta matéria, que êle tomou unicamente por sua, e sobre que tantas vezes disputou e venceu». (cit. por F. Sales Loureiro, *D. Sebastião antes e depois de Alcacer-Quibir*, p. 89). Ou a gorada tentativa do mesmo em dissuadir o rei de realizar a primeira jornada a África (1574), conforme nos é relatada pelo P.º Amador Rebelo: «nos paços da boauista lhe fez hũa pratica comprida, na qual lhe mostrou com muitas razões que não conuinha fazer esta jornada, de q̄ ficou não pouco triste e carregado, porque uia porque hũa parte as rezoões do Mestre, e por outra as que lhe ditaua seu entendim.to, e as q̄ outras lhe dauão, e emfim se resolveo na ida e partio pera Africa no mês de Agosto do anno de 1574» (*Relação da Vida d'El-Rey D. Sebastião*, cit., p. 523). O mesmo autor refere, a propósito da jornada de 1578, que «El Rey por natural inclinação e generoso animo e pollas rezoões que deu aos Sres q̄ mandou chamar, lhe parecia ser esta jornada justa, pia-

dosa, e santa, e propria de seus progenitores, e de Principes Xpãos (pois era contra Mouros inimigos, de nossa santa fee e tâ vesinhos) não admetia as lēbranças q̄ se lhe faziaõ em contrário» (*ibidem*, pp. 538-539).

(²¹) «Viagem do Cardeal Alexandrino», *ed. cit.*, p. 78.

(²²) Os passos da *Divina Comédia* de Dante em que esta interpretação se baseia são «Inferno», I, 101-105 e «Purgatório», XXXIII, 43-45. No fim do século XVIII, Frei Manuel do Cenáculo ofereceu à Biblioteca Pública de Lisboa (hoje B. N. L.) um manuscrito do último quartel do século XIV contendo o texto da *Divina Comédia* (amputado dos dois primeiros fólhos). Cf. Giacinto Manuppella, *Dantesca Luso-Brasileira*, Coimbra, 1966, pp. 12-18. A influência de Dante na cultura portuguesa data do século XIV, tendo atingido uma especial incidência na literatura dos fins do século XV e inícios do XVI. Cf. Manuel Rodrigues Lapa, *Lições de Literatura Portuguesa*, Coimbra, 1956, pp. 308-9 e 418-420.

(²³) Julius Evola, *O Mistério do Graal*, Lisboa, Vega, 1978, p. 79. Os dois princípios solidários de decadência, que impedem a «ascensão às alturas» na *Divina Comédia*, são interpretados do seguinte modo por Evola: «nas suas linhas muito gerais, a viagem de Dante no outro mundo pode ser interpretada como o esquema dramatizado de uma progressiva purificação e iniciação. Todavia, esta «aventura», tal como a do Graal, tem, em Dante, uma relação íntima com o problema do Império. Dante, perdido na selva obscura e selvagem, forçando «o passo, que não deixou jamais pessoa viva», as suas alusões à «praia deserta» e à «morte que ele combate / sobre o imenso rio onde o mar não tem vantagem», à sua ascensão «ao deleitoso morte» e à sua «esperança de altura», não podem deixar de evocar situações análogas, que vemos apresentar-se aos cavaleiros em busca do Graal, forçados a transpor imensos e poderosos rios e a correr perigos mortais na «terra selvagem», para enfim subir ao monte selvagem, *Monsalvatsche*, onde se encontra igualmente o «Castelo da Alegria». (...) No episódio inicial, Dante é impedido de subir directamente ao monte por um leão e por uma loba, que têm correspondência notória com os símbolos da meretriz «firme como uma rocha no alto do monte» e do gigante feroz a ela acoplado, de que se fala na segunda parte do poema. A interpretação mais corrente, segundo a qual a loba e a prostituta representariam a Igreja Católica, enquanto o leão e o gigante representariam a Casa de França, também a nós parece ser a mais justa; é, contudo, necessário ultrapassar a referência histórica contingente (que neste caso diria respeito ao episódio da destruição da Ordem do Templo), para remontar aos princípios correspondentes. O leão e o gigante aparecem-nos agora num plano mais geral, como as figurações do princípio de uma realidade degradada laica, prevaricadora, do princípio guerreiro selvagem; ao mesmo tempo, a loba e a prostituta referir-se-iam a uma involução, ou

degradação correspondente, atingindo o princípio da autoridade espiritual» (*ob. cit.*, pp. 77-79).

Cf., sobre as interpretações do *Dux* e do *Velho* (ou *Galgo*), René Guénon, *O Esoterismo de Dante*, Lisboa, 1978, pp. 57-66, e Almir de Campos Bruneti, *A Lenda do Graal no Contexto Heterodoxo do Pensamento Português*, Lisboa, 1974, pp. 58 e 148.

⁽²⁴⁾ «Dante tem a visão da árvore que floresce, imediatamente após ter tido a da face descoberta da mulher sobrenatural» que ele compara significativamente «ao esplendor de viva luz eterna». Em segundo lugar enquanto a visão da Árvore reverdescida leva à profecia da vinda do *Dux*, isto é, de uma nova manifestação vingadora do «Senhor Universal», apresenta-se, ao mesmo tempo, a imagem do «estado primordial» do «Paraíso Terrestre» (...). Por outro lado, a esta visão sucede a regeneração de Dante, mediante a água da recordação, mudança esta que lhe abre a via celeste, que conduz a estados de existência puramente metafísicos (...) O itinerário espiritual representado em Dante pelo simbolismo da *Commedia* acaba por ter um desfecho contemplativo, em conformidade com a ideia dualista de Dante, segundo a qual o Império representaria, com a sua própria espiritualidade de *vita activa*, uma simples preparação para a *vita contemplativa*. Ver-se-á algo de semelhante em algumas formas da própria saga do Graal, nas suas versões mais tardias que, tal como a saga italiana de Guerino, terminam com o retiro do protagonista para a vida ascética (Julius Evola,

ob. cit., pp. 80-81). Pensamos que o *Retrato de D. Sebastião* ilustra a profecia da vingança regeneradora, momento privilegiado da espiritualidade da *vita activa* e etapa de um regresso à pureza primordial. Pureza assumida duplamente na figura do Rei e do seu duplo, o Reino, representado no retrato pelo Galgo, como as armas reais na coleira querem significar.

⁽²⁵⁾ O nome de Catarina deriva do grego *katharos*, que significa *puro*. Esta palavra é a origem da designação dos *cátaros* e, passada ao alemão, designou, a partir do século XIII, todos os movimentos heréticos. Vide Louis Réau, *Iconographie de l'art chrétien*, Tome III, *Iconographie des Saints*, I A-F, Paris, P. U. F., 1958, p. 262. Lembremos, também, que, segundo a teorização de Aristóteles, a *catársis* é a purificação e/ou expulsão de algo prejudicial, implicando a despersonalização estética das emoções de terror e de piedade vividas ao nível do *ego* (*Poética*, 1449 b). No retrato, temos um investimento só aparentemente individual da purificação, uma vez que a dupla Rei/Galgo metaforiza claramente a dupla Rei/Nação, garante, por sua vez, da purificação da Cristandade e do Mundo.

⁽²⁶⁾ Cf. o Capítulo I da Quarta Parte de *D. Sebastião antes e depois de Alcácer-Quibir*, de F. Sales Loureiro, ed. cit., pp. 165-189.

⁽²⁷⁾ Cf. Saul Friedlaender, *Histoire et Psychanalyse*, Paris, Seuil, 1975, pp. 126-131.

A história, a composição e a pose em Vieira Portuense

por Paulo Varela Gomes *



O que é especialmente interessante no quadro «D. Filipa de Vilhena armando os seus filhos cavaleiros» é o compromisso pictórico entre as correntes proto-românticas ainda ligadas ao barroco, a retórica de gestos que deriva do rocóco e, final-

mente, os esquemas compositivos neo-clássicos.

* Fac. de Letras de Lisboa (Na gravura — il. 1 — «D. Filipa de Vilhena armando os seus filhos cavaleiros, Vieira Portuense, 1801, col. particular).

«D. Filipa de Vilhena Armando os Seus Filhos Cavaleiros» (il. 1) é a mais interessante e importante das grandes telas de tema profano⁽¹⁾ pintadas por Vieira Portuense. É também — ou tudo o leva a crer — a última obra do artista.

O quadro concentra e reelabora todas as variadas influências que se exerceram sobre o Portuense na Itália, na Áustria, na Alemanha e especialmente em Inglaterra e reflecte a complexa situação da pintura europeia na transição do séc. XVIII para Oitocentos. Nenhum outro quadro português da altura é tão internacional nas suas condicionantes e implicações.

Quando pintou o «Juramento de Viriato» (tela que se perdeu), Vieira escreveu, numa carta enviada de Londres para o bibliotecário-real António Ribeiro Santos em 15 de Janeiro de 1800⁽²⁾, que a gravura dessa tela seria «a primeira estampa de facto portuguesa»; o pintor demonstrava assim ter clara consciência das questões que há já quarenta anos eram debatidas no quadro europeu relativamente à pintura «de História» e sua ligação às afirmações patrióticas ou nacionalistas. De aí em diante, o Portuense parece ter abandonado (na pintura, senão no desenho ou na gravura) a «frivolidade» que ainda marcara a tela «Leda e Júpiter» de 1798 (MNAAL de Lisboa).

O tema de «D. Filipa...», ao contrário do de «Juramento de Viriato» (que ainda pode ser considerado como pertencente à história clássica — no caso, a romana), insere-se (na continuidade dos esboços para ilustração dos «Lusíadas» (MNAAL e Col. Palmela)) na vasta exploração de assuntos medievais, renascentistas ou seiscentistas que a pintura europeia levava a cabo desde meados do séc. XVIII na senda do que F. Antal chamou um «barroquismo pré-romântico»⁽³⁾, isto é, o recurso a temas não clássicos que dava pretexto a que se fugisse do rococó para o «romantismo» e autorizava, ao mesmo tempo, um relativo afastamento do «dogmatismo» neoclássico — aproveitando-se os recursos de composição, desenho e colorido ligados à tradição barroca e, simultaneamente, às novas ideias subjectivistas. Não é das característi-

cas menos interessantes do quadro de Vieira o facto de, adoptando um tema não clássico, se ter recusado ao barroquismo de tantas obras de pintores franceses e ingleses da época (abordaremos esta questão mais detalhadamente adiante). Sem querermos sobrevalorizar a questão do tema, pensamos que se pode dizer⁽⁴⁾ que o assunto clássico era um fortíssimo pretexto para tipos de enquadramento, de retórica de gestos e particularmente de composição e fundos ligados às ideias neoclássicas. O tema não clássico, pelo contrário, permitia a permanência de esquemas barrocos ou rococó. O facto de estes últimos estarem também presentes em tantas figurações de passos da história ou mitologia clássicas (veja-se o caso paradigmático de Reynolds; ou várias das telas de James Barry, por exemplo), e de a retórica de gestos rococó ser mesmo um dos componentes fundamentais do neoclassicismo em pintura, não invalida a necessidade de tomar nota da *influência do tema no estilo*; esta exprime-se claramente num aspecto central assinalado por R. Rosemblum⁽⁴⁾: a tendência da pintura neoclássica para uma «tabula rasa» da representação pictórica (veja-se Flaxman) em contra-posição à evolução mais romântica e exuberante que estará na base tanto do academismo novecentista como da pintura de Géricault e Delacroix.

O tema do quadro de Vieira liga-se ainda às correntes europeias por corresponder à então generalizada temática do «exemplum virtutis», presente na maior parte da pintura «de história» da época enquanto lição moral e exaltação patriótica⁽⁵⁾.

Mas o que é especialmente interessante em «D. Filipa...» é o compromisso pictórico entre as correntes proto-românticas ainda ligadas ao barroco, a retórica de gestos que deriva do rococó e, finalmente, os esquemas compositivos neoclássicos.

Antes porém de passarmos à discussão de questões deste tipo, gostaríamos de procurar estabelecer alguns factos respeitantes à **datação** do quadro e à **evolução dos estudos** para ele feitos por Vieira Portuense.



Il. 2: Figuras do quadro reproduzido em il. 1.

A tela pertence a um particular — é difícil de ver e mais ainda de fotografar. Que saibamos, só foi reproduzida duas vezes: por José-Augusto França e Maria Clementina Quaresma⁽⁶⁾. Esta estudiosa publicou uma fotografia da assinatura e data da tela: «Francisco Vieira Junior inv. Londres 1801».

Eis o que é bastante estranho. Sabe-se de há muito que Vieira regressou a Portugal em 1800; chegou a Lisboa precisamente no dia 15 de Outubro desse ano — como provam os desenhos que fez legendados com essa data, representando a costa de Peniche e a baía de Cascais vistas do barco⁽⁷⁾.

Todos os que estudaram a vida e a obra de Vieira Portuense parecem estar de acordo em relação a esta data.

Que quer então dizer a indicação «Londres 1801» claramente traçada, sem quaisquer rasuras, no canto da tela? A explicação mais plausível é a de que o quadro foi preparado em Londres e concluído em Lisboa nesse ano. Os estudos de Vieira para a composição apontam aparentemente nesse sentido. Maria C. Quaresma divulgou alguns dos que estão no Álbum n.º 823 do Inventário do MNAA. Mas não deu pelos que surgem num outro Álbum (822) que abre com um desenho referente

à partida de Vieira de Itália em 1796 e é composto, como já referimos noutra local⁽⁸⁾, por uma série de desenhos feitos a partir do natural, possivelmente em viagem, em Londres e talvez já em Lisboa. Encontramos aí, a páginas 32 e 33, estudos para o grupo de figuras da direita em «D. Filipa...». O Álbum 823, por seu lado, corresponde a parte da estadia de Vieira em Londres, ao seu regresso a Portugal (encontram-se aí os desenhos feitos no barco) e aos tempos imediatamente posteriores a esse regresso. A ordem de aparecimento nessas páginas dos estudos para «D. Filipa...» mostra que foram de facto começados na capital britânica e terminados em Portugal (o que abre a possibilidade de a tela ter sido pintada, do princípio ao fim, já em Lisboa)⁽⁹⁾. Acrescente-se ainda que o desenho de estudo de uma das figuras da tela (no Álbum 823, pág. 5) reproduz a posição que veio a ser a de Viriato no «Juramento» (cf. ainda il. 6); esta tela foi exposta na Royal Academy em Londres em 1798⁽¹⁰⁾; o início dos estudos para «D. Filipa...» é portanto anterior a esse ano.

A assinatura do quadro parece também apontar na direcção da explicação que dissemos mais plausível: de facto, as telas londrinas de Vieira são assinadas «F. Vieira» ou «F. Vieira Portuensis» mas nunca «Francisco Vieira J.^{or}». Esta última assinatura foi usada pelo pintor nos períodos e locais em que trabalhou com o seu pai, Domingos Francisco Vieira († 1804), isto é, antes de sair do País em 1789 e depois de regressar.

Seja.

E, no entanto... porque escreveu o pintor «Londres» antes da indicação de um ano em que não estava nessa cidade?

A verdade é que não há qualquer vestígio da presença de Vieira em Portugal entre 20 de Dezembro de 1800 (data em que foi nomeado para reger a Aula de Desenho da Companhia das Vinhas do Porto) e Junho de 1802, quando aparece de facto à frente dessa Aula substituindo o seu pai que dela se tinha encarregado enquanto Vieira estava ausente⁽¹¹⁾. Mas ausente onde? Não era em Lisboa, nas obras da Ajuda (ou, pelo menos, a do-

cumentação conhecida afasta essa hipótese). Teria o Portuense regressado a Londres em 1801 como parece indicar uma carta escrita pelo seu amigo, o gravador italiano Bodoni⁽¹²⁾? Para voltar a Lisboa no ano seguinte em companhia de Bartolozzi? É uma hipótese que explicaria a datação de «D. Filipa...» e a misteriosa ausência de quaisquer vestígios da actividade do pintor em Portugal nesse ano e no início do seguinte.

Passemos agora à discussão das fontes iconográficas da tela (para facilidade de exposição numerámos as figuras do quadro como indicado na il. 2).

O grupo de figuras central — 4 e 5 — foi objecto de vários estudos por parte de Vieira. A posição final que é adoptada na tela parece ter sido difícil de encontrar naturalmente por questões compositivas — como veremos adiante. Entretanto é evidente que estas figuras foram directamente inspiradas a Vieira pelo quadro «O Juramento de Brutus» do pintor britânico Gavin Hamilton (il. 3).

G. Hamilton (1723-1798) foi um dos mais importantes pintores da 2.^a metade do séc. XVIII. Precursor de todo o movimento neoclássico, viveu em Roma desde 1755 até à sua morte, animando escavações arqueológicas, vendendo antiguidades, e servindo de pólo aglutinador da colónia de artistas, *connoisseurs* e simples curiosos britânicos que, na cidade papal, atingiam o ponto culminante do seu «Grand Tour» clássico. Não é de excluir que Vieira tenha tido contactos com ele e visto o quadro no seu estúdio (como Canova o viu em 1780) quando esteve em Roma entre 1789 e 1796. Pensamos poder provar (e fá-lo-emos noutra ocasião) que o Portuense conheceu pessoalmente nessa altura a pintora de origem suíça Angelica Kaufman (1741-1807), um dos mais influentes membros da comunidade britânica em Roma.

«O Juramento de Brutus», pintado em 1763-64, só foi exposto ao público depois da morte de G. Hamilton. Ora Vieira estava em Londres nesse ano e é bem natural que a notícia o tenha impressionado. Uma gravura que reproduz o quadro circulava pela Europa desde 1768, influenciando



Il. 3: «Brutus jurando vingar a morte de Lucrécia», Gavin Hamilton (1763-1764) - Teatro de Drurylane, Londres.

grandemente uma série de pintores — até ao ponto de ter estado na origem directa do «Juramento dos Horácios» de David⁽¹³⁾.

Outros aspectos de «D. Filipa...» foram sugeridos a Vieira por telas de A. Kaufman: o desenho de algumas figuras, nomeadamente: a figura 7 inspira-se numa personagem da tela da pintora suíça «Zeuxis Escolhendo Modelos para o Seu Retrato de Helena» (il. 4); a figura 2 terá tido como modelo a rapariga à direita do quadro «Sacrifício

a Vortingern». Mas foi de uma tela de Kaufman exposta na Royal Academy em 1769 e gravada por Facius em 1786 — «Aquiles Descoberto por Ulisses entre as Servas de Deidamia» — que Vieira Portuense recolheu a ideia para o fundo arquitectónico da sua «D. Filipa...»; adoptou da tela de Kaufman o acoplamento de coluna com pilastra ligeiramente para a direita do centro do quadro que, destacando o grupo de figuras mais importante e contrastando com a exaltação dos seus



Il. 4: «Zeuxis escolhendo modelos para o seu retrato de Helena de Tróia», Angelica Kaufman - Anomarg Brown Memorial Museum, Providence, Rhode Island, E. U. A.

gestos, dá a toda a composição uma mudez sóbria e procura envolver as personagens numa «seriedade» virtuosa; também foi o quadro de Kaufman que deu a Vieira a ideia de uma segunda abertura à esquerda e da vista sobre o horizonte à direita (não prevista num dos desenhos preparatórios em que, nesse local, surgia uma moldura de interior) (14).

Um outro aspecto interessante de «D. Filipa...» é o mobiliário e a decoração aí figurados — referimo-nos especialmente à banquetta sobre a qual se senta a figura 7, à mesa por detrás de D. Filipa de Vilhena, ao arranjo arquitectónico da porta (no verso da pág. 16 do Álbum de desenhos n.º 823 existe um estudo para a mesa). São elementos que

relevam directamente da «antiquomania» grega ou «etrusca» que estava em voga na época. Vieira não ignorava nada disso. Um dos seus Álbuns de desenhos é inteiramente dedicado às antiguidades e provavelmente inspirado nas «Antichità di Ercolano» (publicadas, no essencial, entre 1755 e 1792). O pintor trouxe, aliás, de Inglaterra um conjunto de livros de arquitectura de interiores e mobiliário que ainda hoje se podem consultar na Biblioteca da Faculdade de Ciências do Porto (15). É verdade que não podemos atribuir ao Portuense a primazia da introdução em Portugal dos estilos divulgados por Robert Adam e seus decoradores; a influência destes estilos já se fazia sentir no nosso país desde os anos 80 do século na obra de José Aniceto Raposo e José Francisco de Paiva, nomeadamente (16).

Mas a presença destes traços decorativos em «D. Filipa...» tem um outro significado (e mais importante): demonstra que Vieira, ao pintar a tela, não teve quaisquer preocupações com a exactidão «arqueológica»; não hesitou em fazer coexistir o mobiliário «clássico» com o vestuário e o armamento seiscentista (ou quinhentista, no caso de certos vestidos) que também estudou nos seus Álbuns. Pode dizer-se que o Portuense permaneceu alheio ao objectivo de absoluto rigor «histórico» que se fez cada vez mais premente na teoria da pintura, à medida que o séc. XVIII se aproximava do seu fim; o pintor português manteve, pelo contrário, uma ligação ao eclectismo no qual se viera formando.

O «documentarismo» histórico que invadiu a pintura europeia na segunda metade de Setecentos correspondeu à «descoberta» da história pelos primórdios da cultura pós-clássica (17) e à procura de um novo código mimético que substituisse a decadente «linguagem» clássica-barroca da pintura, opondo-se ao eclectismo rococó e à sua tendência para o subjectivismo. Vieira esteve, em certa medida, à margem deste processo; como também se recusou a integrar a nova corrente — a do paisagismo — que, ao escapar da «grelha» clássica dos géneros, preparava a «revolução» novecentista.

A questão do «equivoco» da carreira do pintor português na capital da Grã-Bretanha não pode ser decentemente discutida aqui. Mas a verdade é que o Portuense veio a fazer parte, em Londres, de um conjunto de artistas de facto menores que estavam à margem tanto do retrato criado por Ramsay e Reynolds, como da pintura «de história» da linhagem de B. West como ainda do novo paisagismo que despontava com R. Wilson e Gainsborough.

Esse círculo de pintores-decoradores-gravadores formara-se em volta da actividade dos irmãos Adam a partir dos anos 60 do século. Nele tiveram decisiva importância tanto Kaufman, como G. B. Cipriani (1727-1785?) e Antonio Zuchi (1726-1795), segundo marido da pintora suíça. A chegada de Bartolozzi a Londres e a sua ascensão fulgurante no meio local da gravura (membro da Incorporated Society of Artists em 1765, da Society of Antiquaries em 67, fundador da Royal Academy — de que desenhou o diploma — em 69) forneceu o novo pólo aglutinador e divulgador a este conjunto de artistas. A partida de Kaufman e Zuchi para Itália em 81 e o desaparecimento de Cipriani em 85 provocaram a viragem decisiva da decoração para a gravura de divulgação popular; Bartolozzi tornou-se um verdadeiro professor de uma «escola» de pintores-gravadores — a que Vieira veio a pertencer directamente ao vir morar em casa do italiano em 1799 (18). Os desenhos, pinturas e gravuras destes homens são apenas a resposta comercial ao gosto do público (a que as deslavadas aguarelas de Lady Diana Beauclerk — 1734/1808 — correspondiam perfeitamente). Deve assinalar-se, no entanto, que não havia um hiato absoluto entre este tipo de figurações e a «Grande» pintura. Até Gainsborough pintou cenas pastorais destinadas a ter amplo sucesso como tampas de caixas de chocolates no séc. XX...

Vieira tivera desde muito jovem uma preparação que o podia conduzir para estes géneros «menores» — a de J. B. Pillement, seu professor (e de Domingos Vieira) no Porto. Também em Itália, Vieira «falhou» o período de renovação da pintura ro-

mana que Louis Hauteceur⁽¹⁹⁾ classificou de antimaneirista — e onde incluiu Mengs, P. Banti, G. Hamilton. O pintor português, tardiamente chegado a Roma, acabou por escolher, de entre as opções que por então se ofereciam, a «escola ecléctica romana» (Hauteceur) e não a francesa que na mesma altura se formava em volta de Peyron e David.

Erros e fatalidades de que Vieira foi mais vítima que cúmplice, mas aos quais conseguiu reagir — de facto, ao trabalhar em Londres, esteve em geral acima da média de qualidade do meio em que se incluiu.

Especialmente no que respeita ao retrato e num aspecto que nos parece da maior importância e particularmente significativo na tela que vimos discutindo: a *composição*.

«D. Filipa de Vilhena Armando os Seus Filhos Cavaleiros» é um quadro que demonstra que Vieira Portuense estava perfeitamente integrado nas correntes mais avançadas da pintura da sua época; ou melhor, demonstra que o pintor foi sensível a uma certa desorientação compositiva (que de facto não pode ser classificada de «avançada» ou «retrógrada», a questão não é essa) presente na pintura e na arquitectura do final do séc. XVIII.

Vejam os primeiros lugares como se revela formalmente essa «desorientação» na tela sob análise:

Vieira experimentou, nos desenhos preparatórios, três esquemas compositivos diferentes; aquele que corresponde ao arranjo final da tela (il. 5), um segundo (Álbum 823, pág. 15 — il. 6) e um último em duas variantes (desenhos 875 e 889 do Inventário Geral do MNAA — ils. 7 e 8).

Atente-se, para começar, na diferença que separa o conjunto das ilustrações 7 e 8 das duas outras, do ponto de vista da direcção do movimento das figuras: enquanto que, tanto na il. 5 como na 6, as figuras principais estão de frente para o observador e todos os gestos ou olhares se dirigem na perpendicular ao plano ou seguindo-o (sem diagonais, portanto), nas ils. 7 e 8 existem linhas de recessão diagonais — o grupo central afasta-se dos



Ils. 5, 6, 7 e 8: Desenhos de Vieira Portuense.

outros para a esquerda da composição, sendo acompanhado pelos olhares dos circunstantes.

Por outro lado, só um dos desenhos unifica decididamente a composição, arrumando ao centro num conjunto articulado quatro dos oito personagens da história: é o da il. 6. Em todos os outros casos as figuras são dispersadas pelo plano, isolando-se o grupo central que só os olhares articulam com os restantes. De facto, de todas as composições estudadas por Vieira, a que foi seleccionada para a tela é *a menos articulada e unificada*.

Ao decidir abandonar a linha diagonal em recesão, Vieira desprezou a hipótese propriamente barroca de unificar a composição pelo movimento; já abandonara a hipótese de o fazer pela centralização ao pôr de lado o desenho da il. 6.

Esta dupla exclusão é significativa; não é a de um artista barroco ou classicista, mas bem a que corresponde à tendência geral da pintura da época.

Trata-se de uma opção pela «separação das partes» que foi detectada e discutida pela primeira vez — no que respeita à Arquitectura — por Emil Kaufman⁽²⁰⁾. R. Roseblum, por seu lado, assinalou vários exemplos da mesma tendência no caso

da pintura⁽²¹⁾. E vários outros historiadores do neoclassicismo se referiram a este tipo de composições, organizadas ao longo do plano da tela, contra fundos lisos e nus. O «Juramento dos Horácios» de David dá bem a ver, como quadro neoclássico emblemático, essa incapacidade ou falta de vontade de realizar composições unificadas que é, segundo nos parece, um dos resultados de uma certa imposição do tema — um excesso de narratividade e precisão de sentido que surge como o reverso pictural da «descoberta» da história como «modo de ser da empiricidade» (Foucault) e da correlativa dúvida perante qualquer sistema unívoco de representação. Tudo se passa como se, entre a erosão do código simbólico clássico e a afirmação do naturalismo (entre as formas da «Bela Natureza» e as da «Natureza Natural»), tivesse havido um momento de desorientação em que à arbitrariedade evidente dos signos tivesse que se responder com um excesso de narração; à concentração simbólica sucede, por um momento, a dispersão significativa.

O fascínio pelo «Primitivos» que cresce na época⁽²²⁾ é um pouco o reflexo desta situação — os pintores do tardo-gótico enfrentavam a origem do



problema; os neoclássicos, que se debatiam com o seu *terminus*, procuraram aí uma margem de segurança e reconversão de certezas. É aliás útil, e pode ser interessante, analisar deste ponto de vista a questão da figura na sua relação com a paisagem na pintura rococó (ou em Albani, muito antes); vejamos-se duas telas de Vieira — «Leda e Júpiter» e «A Rainha Margarida e o Ladrão» — onde a óbvia «inabilidade» de integração das figuras no fundo não é outra coisa senão a sua inscrição no plano da tela como «grafemas» — restos escritos da presença de um código moribundo num quadro agora «natural»⁽²³⁾. Um outro exemplo do modo como o Portuense se defrontou com a questão é a gravura «Dissolução da Assembleia Nacional por Napoleão Bonaparte no 19 Brumário de 1799»⁽²⁴⁾; o pintor hesitou entre o alto e o baixo, a esquerda e a direita, a diagonal e o plano; é significativo que o fundo, liso e nu à maneira da época, não seja paralelo ao plano de figuração, mas ligeiramente em diagonal. Veja-se, a este propósito, a tela de Domingos António de Sequeira «A Família do Visconde de Santarém» (MNAA) onde se dá calramente a ver a influência exercida sobre Sequeira pelo seu «rival»; trata-se de um

caso quase único na sua obra que é em geral muito marcada pelos princípios de composição do barroco⁽²⁵⁾.

Mas já ao retomar a tela de A. Kaufman «Leonor e Eduardo de Inglaterra», Vieira Portuense agiu em sentido oposto: ao «alargar» a composição pormenorizando o grupo de figuras à esquerda e inserindo-o numa paisagem, Vieira viu-se confrontado com a «separação das partes»; desta vez tentou evitá-la, acrescentando uma figura que é bem, pela sua posição em si e no plano da tela, um operador de articulação de partes, correspondendo ao estilo de desenho de corpos que Rafael praticou vezes sem conta e com o mesmo propósito.

Deve ainda dizer-se que a composição foi um dos problemas que mais preocuparam o Portuense: foi esse o papel desempenhado por Poussin na sua formação. Conforme estamos em condições de assinalar⁽²⁶⁾, Vieira desenhava de Poussin preferivelmente quadros completos e só os Carrache o interessaram tanto deste ponto de vista. Cremos que não pode compreender-se a pintura do Portuense sem referir Poussin (que influenciou fortemente, como se sabe, toda a pintura neoclássica)⁽²⁷⁾.

Mas conviria, talvez, que esta «invocação» de Poussin fosse um tanto entendida «do avesso».

Queremos dizer com isto que a composição poussiana — clássica — é um paradigma de que Vieira praticou a crise; quer dizer, compreendeu os seus princípios e, deliberadamente, afastou-se deles.

Um tal entendimento desviado do classicismo da composição exprimiu-se, na obra de Vieira, de diversos modos; quando, por exemplo, a dinâmica das figuras e a adoração de linhas de recessão diagonais mais aproximam determinadas obras de Vieira do barroco (estamos a pensar nos esboços para «Os Lusíadas»), foi pela distribuição de vazios no plano que o pintor marcou as suas distâncias relativamente ao classicismo; mas quando, pelo contrário, a composição era chamada ao plano — é o caso de «D. Filipa...» ou de «Leda e Júpiter» — a crise das regras compositivas clássicas exprimiu-se pela «separação das partes» e uma clara opção pelo teorismo; ou seja, Vieira pôs-se a «discutir» em pintura as questões da profundidade e do plano, da articulação e desarticulação das figuras, da perspectiva e dos gestos.

Já nos ocupámos de alguns destes aspectos no que respeita a «Leda e Júpiter»⁽²⁸⁾. Vejamos agora, para finalizar este texto que já vai longo, como isso sucede em «D. Filipa...».

Dois dispositivos diferentes mas complementares marcam nesta tela (como aliás em «Leda e Júpiter») a inscrição da teoria da pintura clássica e da prática da sua crise: são eles a rede de olhares-gestos (a articulação contraditória do sentido e da forma no desenho das figuras, se se quiser) e o jogo dos planos.

Em «D. Filipa...» os olhares dos personagens parecem querer unificar aquilo que as figuras dispersam: a composição e o sentido. A cabeça de D. Filipa de Vilhena está colocada sobre a linha do horizonte um pouco à esquerda do ponto de fuga que corresponde à intersecção dessa linha com a que é definida pela fímbria esquerda do tapete colocado no chão. Deve notar-se que, se to-

marmos em conta as linhas perspécticas formadas pela esquina da banquetta onde se senta um dos filhos de Filipa de Vilhena, o estrado onde o cavaleiro ajuramentado assenta o pé, o motivo decorativo do tapete à direita, teremos uma outra «área de fuga» (de facto, não há um ponto de encontro de todas as linhas) imersa no plano frontal da tela.

Vejamos agora como se conjuga esta chamada de toda a composição ao plano (um só ponto de fuga torná-la-ia, como é evidente, muito mais recessiva em profundidade) com as direcções dos olhares das personagens. D. Filipa atrai-os todos com as excepções (simétricas) dos que assinalámos com os n.ºs 3 e 8. Mas não retribuimos esses olhares. Recolhendo toda a intensidade do sentido (da «solenidade» do momento), D. Filipa desvia o seu olhar para cá, para fora do plano da tela, convidando a que entre este e o do observador se estabeleça uma continuidade — que é confirmada pela não obstrução da «entrada» no quadro, pela indicação de que este se «prolonga» no plano do observador (vejam-se as fímbrias do tapete à esquerda e à direita da composição).

D. Filipa cumpre, destes modos, a dupla função que é a sua: no plano do sentido, é ela que preside ao juramento; no da «forma», articula todos os planos do quadro e estes com o do observador. Mas a figura não é cúmplice de um olhar exterior que desvende na tela os artifícios de pintura; ao desviar o seu olhar do do observador, ao colocar os olhos «em alvo», sem direcção determinada, D. Filipa confirma por um lado o naturalismo da cena e, por outro, a sua irredutibilidade a um julgamento puramente formal — fazendo apelo a um sentido transcendente.

Já em «Leda e Júpiter», Vieira fizera da rede de olhares a instância de articulação dos planos da tela entre si e com o do observador; mas aí criou um mecanismo de distanciação «crítica» em relação à cena figurada em primeiro plano através de uma série de dispositivos de que se destacava a figuração de um «voyeur». Em «D. Filipa...», pelo contrário, o horizonte, o interior da habitação e o «palco» onde decorre a cena do juramento pare-

cem unificados sob o signo da naturalismo. Já nos referimos anteriormente à «imposição do sentido», a um certo excesso de narratividade que é um dos componentes do historicismo arqueologizante da pintura no final do séc. XVIII e que dificulta a composição integrada típica de um certo classicismo e do barroco. Nesta tela de Vieira, a rede de olhares contradiz a dispersão dos corpos, reforçando o sentido histórico. Passa-se do plano carnal da forma (do barroco) para o seu plano simbólico. É como se o sentido da pintura tivesse dificuldade em encontrar corpos e arranjos de corpos à sua altura, isto é, capazes de realizar esse prodígio de integração da «forma» e do «conteúdo», da «carne» e do «espírito» que é característico do barroco.

As peculiaridades da «retórica de gestos» de muita da pintura neoclássica radicam-se justamente nessa dificuldade.

Tal retórica já foi designada por «pseudoclassicista» (por P. F. Schmidt em 1915); já foi relacionada com o maneirismo e a renovada influência de Parmigianino no séc. XVIII⁽²⁹⁾. Tem evidentemente que ver com a importância do teatro e reflectir-se-á poderosamente na fotografia mitológico-erótica e na pintura académica do séc. XIX.

As figuras de Gavin Hamilton, Mengs, B. West, A. Kaufman, boa parte das de David (e as de Vieira) não correspondem nem à cerebralidade das de Rafael nem à carnalidade das de Rubens;

nem tão-pouco ao arabesco ainda carnal de Tiepolo ou Boucher. São certamente «decorativizadas», feminizadas — mas num sentido puramente formal que corresponde mais à mulher que ao Feminino; ou seja, são figuras onde se dá a ver a nova e amargurada ou nostálgica consciência da arbitrariedade existente entre a pose e a sua significação; figuras congeladas como se o espírito as tivesse desertado e com ele tivesse partido para longe (para o passado) o sopro vital.

Não era sempre assim, porém. Podia cortar-se deliberadamente o já ténue laço com o plano do sentido alegórico, fazendo então retomar a pintura para o sólido terreno da mimese. Não se deve a outra intenção a voga setecentista da natureza morta e do retrato (a possível natureza viva) — que Vieira também praticou. E, já para o final do século, a da pintura de animais e da paisagem naturalista.

Em «D. Filipa de Vilhena Armando os Seus Filhos Cavaleiros», só duas figuras nos parecem abster-se da retórica e pousar na cena «heróica» um olhar entre o curioso e divertido: são as personagens que estão «de fora» — a rapariga de pé à direita e a que abre a cortina «histórica» e esquerda o juramento. Não nos surpreenderia nada que Vieira tivesse colhido estas figuras (e apenas estas) do natural.

Final de contas, não era a natureza o novo princípio?

(¹) Por «grandes telas» queremos significar as composições acabadas e de grande formato de tema mitológico ou histórico.

(²) BNL, MS 63, n.º 4.

(³) In «Classicism & Romanticism; with other studies in art history», Routledge & Kegan Paul, London 1966 (estudo de 1935), págs. 8 e 9 especialmente. Antal refere os nomes de Vincent e Ménageot, entre outros, e telas dos anos 70 e 80 do século.

(⁴) In «Transformations in Late Eighteenth Century Art», Princeton 1967.

(⁵) *Ibidem*.

(⁶) Respectivamente em «História da Arte em Portugal no Séc. XIX», Lisboa, Bertrand 1966 (livro que contém a única análise do quadro que existe e lhe aponta influências inglesas — cf. págs. 131 e 132 do vol. I) e «Identificação de três esbocetos, desenhos de Vieira Portuense» in «MUSEU», segunda série, n.º 3, Dez. de 1961.

(⁷) No Álbum n.º 823 do MNAA, a págs. 19, 20 e 21; estes desenhos foram divulgados pela primeira vez por João Couto in «Artistas Portugueses em Itália no Final do Séc. XVIII — Francisco Vieira, o Portuense», Bol. do MNAA, n.º 4 vol. II, 1953.

(⁸) Artigo «Mitologia e Naturalismo em Vieira Portuense», por publicar.

(⁹) Maria Clementina Quaresma parece não se ter dado conta de que as figurações da costa de Portugal surgem *entre* as duas séries de desenhos para o «D. Filipa...» que podemos ver neste Álbum.

(¹⁰) Vieira expôs telas nos Salões da Royal Academy em 1798 e 1799 (informação inédita).

(¹¹) Cf. sobre tudo isto Carlos de Passos, «Vieira Portuense», Portucalense Ed., Porto, 1953, pág. 48; Ernesto Soares, «A Coleção Calcográfica da Universidade do Porto», Lisboa, I. A. C., 1952, págs. 13 e segs.; Luís Xavier da Costa, «O Ensino das Belas-Artes nas Obras do Real Palácio da Ajuda», Lisboa ANBA, 1936, págs. 17 e segs.

(¹²) Cf. sobre esta carta de Bodoni a Rosaspina (em 19/3/1801) onde o primeiro se refere ao «nosso comum amigo o Senhor Vieira que vive agora em Londres», Jorge Peixoto, «Relações Artísticas e de Amizade entre o célebre impressor italiano Bodoni e Francisco Vieira Portuense» (Actas do Congresso André Soares, Braga, 1982, in «BRACCARA AUGUSTA»).

(¹³) Cf. R. Roseblum, op. cit., pág. 69, catálogos «British Artists in Rome», Kenwood, London, 1974 e «The Age of Neo-Classicism», London, 1972. Cf. ainda sobre Gavin Hamilton em particular: R. Roseblum, «Gavin Hamilton's 'Brutus' and its Aftermath», BURLINGTON MAGAZINE, LIII, Jan. de 1961; David Irwin, «Gavin Hamilton, Archeologist, Painter an Dealer», THE ART BULLETIN, Jun. de 1963 e «English Neo-Classical Art — studies in inspiration and taste», Faber & Faber, London 1966.

(¹⁴) A filiação kaufmaniana da tela de Vieira e de vários outros aspectos da obra do pintor foi detectada de há muito por J-A. França (op. cit.). Mais um elemento: o gesto de Margarida de Anjou na tela que pertence ao MN Soares dos Reis foi directamente sugerido a Vieira por um dos personagens do quadro «Valentina, Proteu, Sylvia e Julia na Floresta» que Kaufman pintou em Itália em 1788 a propósito de um passo dos «Gentlemen of Verona» de Shakespeare.

(¹⁵) Alguns deles foram detectados por Ernesto Soares (op. cit., págs. 26 e segs.), outros foram por nós encontrados: livros de mobiliário e arquitectura de interiores de A. Hepplewhite (ed. 1794), T. Rawlins (ed. 1767), A. Swann e Carpenter (ed. 1765) — todos rubricados por Vieira.

(¹⁶) Cf. Maria Helena Mendes Pinto, «Signed and Dated Examples of XVIIIth Century portuguese furniture», in APOLLO 1973, e «José Francisco de Paiva, assamblador e arquitecto do Porto», Lisboa, MNA 1973.

(¹⁷) Cf. Michel Foucault, «As Palavras e as Coisas», Portugália Ed., Lisboa 1966, esp. págs. 166 e segs.

(¹⁸) A esta «escola» pertenceram nomes como T. Cheesman (1760-?), R. Marquard (1751-92), J. Minasi (1776-97), L. Schiavonetti (1765-810), J. Vendramini (1769-839) — que herdou a casa de Bartolozzi quando este veio para Portugal em 1802 — P. W. Tomkins (1760-840), etc. Cf. Andrew W. Tuer, «Bartolozzi and his work», London 1885, esp. págs. 26 e segs.

(¹⁹) Cf. a obra pioneira dos estudos neoclássicos «Rome et la Renaissance de l'Antiquité à la fin du XVIIIème siècle», Paris 1912, págs. 170 e segs.

(²⁰) In «Architecture in the Age of Reason», Dover Publ., NY, reed. 1968.

(²¹) Op. cit.

(²²) *Ibidem*, págs. 146 e segs.

(²³) Cf. para maior esclarecimento desta questão a análise de J-F. Lyotard sobre os primitivos italianos in «Discours-Figure», Paris, Kliensieck 1978, págs. 193 e segs.

(²⁴) Gravura de Bartolozzi a partir de um desenho de Vieira de que existem 8 exemplares em vários estados na coleção da Fac. de Ciências do Porto. Cf. reprodução in Carlos de Passos, op. cit., pág. 40, e referências in Ernesto Soares, «Vieira Portuense na obra gravada de Bartolozzi», Porto, 1948. A gravura é de 1800, da mesma altura em que Vieira preparava ou pintava já «D. Filipa...»; a retórica de gestos é aliás idêntica.

(²⁵) A tela é datada de depois de 1816 por Maria Alice Beaumont («Catálogo de Desenhos de Sequeira», MNA 1972/75, pág. 38).

(²⁶) O nosso estudo dos 21 Álbuns de desenhos de Vieira permite-nos avançar os seguintes dados: o pintor copiou 24 quadros completos de Poussin, dos quais 4 por duas vezes, e 7 detalhes de outros quadros, dos quais 1 repetiu. O pintor francês só é ultrapassado como motivo de estudo pelos Carrache, Rafael e o Dominiquino (por ordem decrescente de aparecimento de estudos).

(²⁷) Cf. por exemplo Mario Praz, «Gusto Neoclassico», Rizolli Ed., Milano, reed. 1974, cap. s/Poussin.

(²⁸) Art.º já cit.

(²⁹) Cf. F. Antal, «Fuseli Studies», Routledge & Kegan Paul, London 1956, esp. págs. 31 e segs. e 81 e segs.

AGRADECIMENTOS

A escrita do presente artigo só foi possível graças à ajuda que foi prestada ao autor pelas seguintes pessoas: Prof. Dr. José-Augusto França, Maria da Trindade Mexia Alves (gabinete de desenhos do MNA 1973 em Lisboa), Ângela Delaforce (Instituto Courtauld em Londres), Maria de Fátima Vila Pouca e Cunha (Biblioteca da Fac. de Ciências do Porto), John Delaforce (Feitoria Britânica do Porto).

PRELO DOCUMENTOS

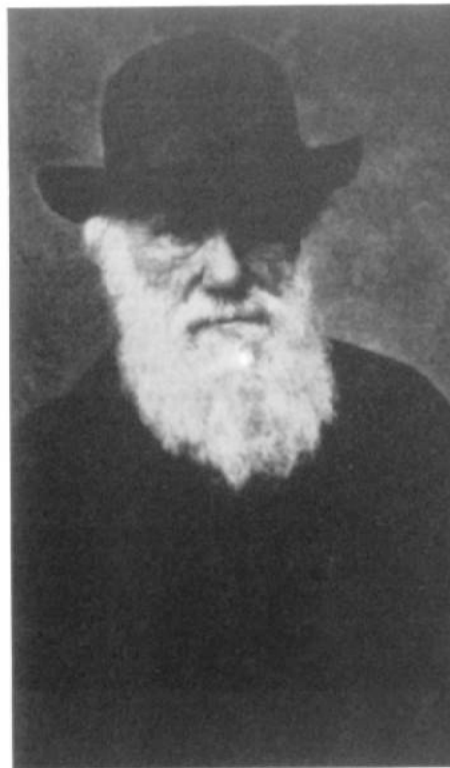
Sobre o método em Darwin e a episódica relação com Arruda Furtado

por G. F. Sacarrão *

Entre os grandes cientistas de que se comemoram centenários, o caso de Charles Darwin é sem dúvida excepcional porque hoje, mais do que nunca, se trabalha e discute na senda deixada pelo grande homem. Numa continuada controvérsia. Está-se constantemente a emendar, a alargar, a suportar, ou a negar os fundamentos científicos da teoria da selecção natural e a demolir o conceito de evolução gradual tão caro ao ilustre naturalista, que dele fazia a condição básica de todo o edifício teórico darwiniano. E nestas vagas de exaltação ou de implacável crítica, toda a filosofia e ideologia subjacentes ou consequentes têm sido revolidas e estão a mudar.

Um Legado Revolucionário

Cem anos depois da morte de Darwin, ainda se discute se o livro *The Origin of Species* é uma obra de ciência ou de metafísica, se o conceito de selecção natural não será uma simples tautologia e se a evolução não será um processo não-gradual, cada espécie a surgir subitamente, saltacionismo recente (algo diferente do antigo) que é agarrado jubilosamente pelos activos criacionistas dos nossos dias. Mas o legado de Darwin continua a ser uma inesgotável fonte de inspiração, de trabalho científico e de reflexão filosófica, não porque se pisem passivamente os velhos trilhos, ou porque se investigue espartilhado nos preceitos da doutrina tradicional, ou com esta refundida e modernizada, como lhe aconteceu quando, no final da década de cinquenta deste século, os seus numerosos promotores a baptizaram de *teoria sintética*. Pelo contrário, esse legado é revolucionário e criador porque a biologia evolutiva de hoje se concentra num esforço dirigido para a construção de uma nova síntese que ultrapasse os quadros conceituais darwinianos, com os quais se tem explicado a natureza viva e o homem. É isto que faz a grandeza de Darwin — o estar constantemente debaixo de fogo. E quer seja seguido, quer seja combatido ou negado, continua a ser uma enorme força presente e viva. As razões deste estranhíssimo facto — porque é isso que ele é — residem na circunstância de Darwin ter provocado uma profunda revolução científica e cultural que ainda não terminou. E há quem afirme, convicto, que nos



* Prof. Catedrático de Zoologia e Antropologia — INIC, Centro de Fauna Portuguesa da Universidade de Lisboa. Faculdade de Ciências de Lisboa.

próximos centenários (do seu nascimento, da sua morte, da publicação da *Origin*, etc.) Darwin continuará a ser um centro de controvérsia. Para o darwinismo sucumbir será necessária uma nova revolução intelectual, tão profunda e total como a que ele provocou. E se os biólogos mais críticos reconhecem que o darwinismo não morreu, pensam, todavia, que é necessário lutar pela sua transformação.

A revolução darwiniana modificou inteiramente a visão tradicional sobre o lugar que o homem ocupa na natureza, as suas origens, o seu destino, as suas relações com os outros seres. Com Darwin iniciou-se um movimento (que continua a sua marcha) de explicação do homem e da natureza por meio não já de uma religião ou de uma metafísica mas recorrendo tão-somente a uma área da ciência — a biologia. A crença no Génesis nunca se recompôs do formidável abalo que sofreu. A teologia cedeu o lugar à ciência, de modo que não surpreende a hostilidade que os teólogos sempre manifestaram pelo darwinismo, o qual, com a sua metáfora fundamental da «tentativa-erro» (R. Lewontin), nos diz que o homem é um mero acidente da evolução da vida neste planeta, produto de contingências desenvolvidas num longo processo evolutivo sem projecto. Foi esta revolução intelectual, talvez a mais importante das revoluções intelectuais da história da humanidade, que banuiu a teologia natural e os desígnios do Criador de todo o contexto da ciência. Que esta revolução ainda não terminou, nem se sabe qual a sua longevidade, mostra-o o seu último prolongamento — a sociobiologia (1). A importância que têm as ideologias neste grande movimento científico, sociológico e filosófico que é o darwinismo tradicional e actual é matéria complicada que ultrapassa o âmbito deste artigo.

O Método em Darwin

Persiste em certos meios uma velada ou por vezes aberta aversão à mensagem do darwinismo. Esta hostilidade toma múltiplas formas consoante as ideologias. Ou se deforma a doutrina, ou se dão outros sentidos às suas conclusões. Ou então ataca-se a validade do seu método de pesquisa no propósito que é óbvio de diminuir o valor da teoria da evolução por selecção natural. Com tal propósito afirma-se e julga-se demonstrar que em Darwin a ideologia teria tido mais peso do que a objectividade científica e a imposição dos factos. Estas críticas provêm de vários sectores culturais, sendo a França o país onde elas têm surgido com mais intensidade. Este facto não nos deve surpreender quando se sabe que o darwinismo foi na pátria de Lamarck, quase sempre, ou rejeitado ou dificilmente aceite, pelo menos na sua genuidade científica e filosófica, mas é justo ressaltar aquelas excepções que nesse país têm compensado a acção reaccionária do preconceito. Depois da 2.ª Guerra Mundial a aversão ao darwinismo diminuiu aí consideravelmente, ainda que cientistas de craveira sem dúvida elevada e com larga audiência, como foi o caso do zoólogo e professor Pierre-P. Grassé, recentemente falecido, se tenham empenhado a vida inteira em tentar provar a fragilidade científica da teoria darwiniana.

A revolução darwiniana modificou inteiramente a visão tradicional sobre o lugar que o homem ocupa na natureza.

Pierre Thuillier⁽²⁾, historiador da ciência, abordou a questão do método, denunciou a dissimulação que Darwin teria feito da ideologia com a qual elaborou a sua teoria. Segundo este e outros críticos, Darwin escondeu as suas convicções de ateu (ou antes, de agnóstico) e de materialista sob a aparência do rigor científico. Isto é, que utilizou a ciência para fazer passar o seu credo mecanicista, de modo que a pesquisa científica que empreendeu teria sido um ardid, uma maneira engenhosa de iludir, uma grande e manhosa manobra sabiamente montada por ele. As suas ideias não seriam o resultado de paciente acumulação de factos, laboriosamente reunidos, que gradualmente o conduziriam a aceitar o transformismo e a construir a sua grande teoria. Em suma — que não foram os documentos e as observações que coligiu que lhe abriram o espírito à realidade do processo e o induziram à edificação teórica.

Esta interpretação fundamenta-se na circunstância de Darwin ter algumas vezes afirmado que só após profundas investigações empíricas é que iniciou as suas especulações teóricas, que colecionou factos fora de qualquer ideia preconcebida, que foram as observações que o conduziram à teorização — tudo isto em contradição com o que revelam os seus secretos cadernos de notas. Para os mencionados críticos as ditas alegações traduziriam um propósito de enganar, de dissimular o facto (demonstrado pelas referidas anotações secretas, que regista sobretudo entre 1837 e 1839) de Darwin, antes de obter as evidências empíricas, já estar convicta e solidamente apoiada numa vasta teorização preconcebida. Ora isto não parece ser verdade. Há nestas críticas exageros e distorções⁽³⁾. Assim, vejamos. Em 1831 Darwin partiu a bordo do *Beagle* para a sua célebre viagem, apenas com 22 anos de idade. Essa viagem durou 5 anos. Em 1836, regressou a Inglaterra. De 1837 a 1839, embrenhou-se em profundas leituras e reflexões (científicas, filosóficas, políticas, literárias, etc.) e criou as traves mestras da sua teoria. Mas é falsa a afirmação de que foi o materialismo filosófico que o conduziu à teoria da selecção natural, praticamente sem ser influenciado pelas observações científicas. Que obedeceu primeiro a pressupostos dogmáticos e positivistas, com os quais construiu a teoria; e depois procurou, escolheu e acumulou evidências a seu favor, montando, assim, uma vasta operação de dissimulação (por exemplo protelando a publicação da *Origin* durante 20 anos) para dar a todo o mundo a ideia de um processo de trabalho mental inverso — que teriam sido os factos que o levaram à teoria.

Mas as razões do protelamento em publicar a sua obra fundamental não podem situar-se num quadro fantasioso. Em 1840, o materialismo comprometido, que a teoria da selecção natural de variações acidentais veiculava, era uma perigosa heresia, mais susceptível de causar embaraços ao seu autor do que a ideia de evolução que já tinha sido formulada por Lamarck, que diversos naturalistas aceitavam, ideia que em si mesma não era excessivamente subversiva. E Darwin estava perfeitamente consciente que a argumentação científica tinha que aguardar ocasião mais apropriada, porque para fazer triunfar as suas ideias não bastava fundamentá-las; era necessário que o clima intelectual fosse propício. E por

É falsa a afirmação de que o materialismo filosófico conduziu Darwin à teoria da selecção natural praticamente sem ser influenciado pelas observações científicas.

Está a esquematizar-se quando se diz que Darwin se tornou evolucionista em Março de 1837 e seleccionista em Setembro de 1838, com a leitura de Malthus.

outro lado, em questão tão séria, o avisado era acumular evidências a seu favor e alicerçá-las com um longo e profundo trabalho de compilação e de crítica bibliográfica, a fim de convencer pelo documento e pela argumentação científica assente nos factos.

Nem mesmo era a evolução generalizada o que mais interessava a Darwin. Aliás, só utilizou uma vez a palavra «*evolved*» na *Origin*. O seu ataque incidiu sobre a questão da *espécie*. O que ele pretendia era *desmantelar* o conceito vigente, demonstrar a sua irreabilidade, convencer que entre espécie e variedade não há diferenças de natureza, que se passa insensivelmente de uma espécie para outra, que tudo se opera *en douceur*, gradualmente, sem barreiras, sem «essências», que a realidade são os indivíduos a diferirem, a variarem, a divergirem, sem qualquer plano, exclusivamente dirigidos pelas forças da selecção natural, agente do ambiente. O resto viria como natural consequência, sem dificuldade.

Mas retornemos à questão do método e às acusações. Quando Darwin partiu para a sua célebre viagem era já um naturalista feito, com uma preparação de alto nível. É outro mito a afirmação de um jovem Darwin ignorante, a embarcar e a fazer depois, penosamente, a aprendizagem de cientista. O que viu durante a viagem, o que aí estudou, o que nela leu e reflectiu, fizeram dele um homem de ciência respeitado, com uma experiência inigualável. E sobretudo já com a sua crença na fixidez das espécies e a sua fé na teologia natural fortemente abaladas. Portanto, quando nos quatro anos subsequentes (1837-1840), provavelmente os mais activos e criadores da sua vida,⁽⁴⁾ elaborou a sua teoria, possuía já um capital tão imenso de observações e de exames directos dos factos que são infundamentadas e descabidas as acusações de que nele a teoria precedeu, muito em segredo, a prática. Por outro lado, o estudo das colecções obtidas na viagem, feito por especialistas respeitados, foi acompanhado de muito perto por Darwin. Mormente as conclusões do ornitologista John Gould (fixista, para mais) sobre os espécimes de aves das Galápagos tiveram nesse intervalo crucial, logo em 1837, um forte impacto em Darwin⁽⁵⁾, assim como outros aspectos da zoologia do arquipélago, de modo que a realidade do seu trabalho intelectual foi a de uma interacção fecundíssima e íntima de factos e ideias, num vaivém constante, numa reciprocidade permanente. O facto, o fenómeno, a suscitarem a hipótese, esta a exigir o teste, a refutação, o suporte, a prova experimental; e ao mesmo tempo novos factos, novas dúvidas a surgirem, novas hipóteses a nascerem, etc. Afinal o método largamente seguido pela ciência actual, e não o método baconiano, o anacrónico indutivismo puro. E se Darwin tem sido classificado na bibliografia filosófica como um puro indutivista, a verdade é que ele escarneceu do método ao dizer que a acreditar-se nele *one might as well go into a gravel pit and count the pebbles and describe the colours* (cit. E. Mayr).

Sabe-se hoje que não é correcta a opinião de Thuillier e de diversos outros historiadores de ideias. Não foi directamente a ideologia o que conduziu Darwin à edificação da teoria e depois a procurar fundamentações na natureza viva. A elaboração teórica foi um trabalho muito complexo, que comportou várias

fases. Quando se afirma que Darwin se tornou evolucionista em Março de 1837 e seleccionista em 28 de Setembro de 1838 (com a leitura de Malthus) está a esquematizar-se. São datas sem dúvida marcantes, de certo modo decisivas, mas há numerosas indicações de que o processo de criação mental já tinha começado antes; e também que para o fim da sua vida o próprio Darwin não estaria muito seguro das suas evocações, o que explica certas contradições relativamente ao que escreveu nos seus cadernos de notas. O que parece hoje bem assente é que a biologia e a história natural foram as bases dos seus estudos e reflexões para chegar à teoria da evolução e à sua explicação por selecção natural.

Por outro lado, também não foi exclusivamente, ou quase, o contexto social em que Darwin viveu que o levou à teoria, como alguns pretendem. A meu ver (e simplificando), as influências culturais e históricas e os factores socioeconómicos formaram, provavelmente, uma parte importante do conjunto de factores que conduziram Darwin à criação da teoria. Mas ciência e ideologia actuaram em concertação, fundiram-se no espírito de Darwin. Porém, esta conclusão é banal, aplica-se a todo o trabalho científico, em maior ou menor grau. O darwinismo é simultaneamente um produto da ciência e da ideologia, mas esta provável realidade nada tem a ver com o método de trabalho de Darwin.

Rara combinação de qualidades

Entre 1837 e 1840, o que se passou foi a resposta de um grande espírito às interrogações e às dúvidas que lhe suscitaram os documentos acumulados desde a sua partida a bordo do *Beagle*, e aos resultados dos estudos feitos por especialistas, sem esquecer os desafios que lhe opuzera a leitura do livro *Principles of Geology* (1830-1833) do seu mentor Charles Lyell. Nestas condições, é um contra-senso dizer que nele a teoria precedeu e se impôs aos factos e que estes foram coligidos para suportar a teoria — Darwin era avesso a toda a especulação teórica que não fosse confirmada pelos factos ou submetida, se possível, à prova experimental. É um ponto que está constante na sua correspondência com Arruda Furtado. A crítica e a dúvida estavam sempre alerta no seu espírito. E acima de tudo não se atrevia a especular em obra publicada sem estar solidamente apoiado na realidade e num longo e paciente estudo. O que faz o seu génio ímpar é a circunstância absolutamente excepcional, se não única, de nele se terem reunido e harmoniosamente combinado qualidades que quase sempre andam separadas em diferentes indivíduos. Audácia intelectual, espírito brilhante, naturalista-observador de craveira excepcional, hábil experimentador, grande capacidade para teorizar, profundidade filosófica, estrita obediência ao rigor do método científico, intrépido, prudente e paciente⁽⁶⁾. São estas algumas das fontes da grandeza de Darwin, que o capacitaram para fazer uma revolução intelectual, ou antes, para ser, no tempo certo e no lugar certo, o sintetizador e o intérprete dos movimentos em curso na sociedade do seu tempo, que sem ele, não deixariam, creio eu, de se definirem e completarem.

A biologia e a história natural foram as bases dos estudos de Darwin para chegar à teoria da evolução e à sua explicação por selecção natural.

Mesmo que não tivesse inventado a teoria da selecção, mesmo que não tivesse escrito o seu famoso livro *The Origin of Species*, a outra parte importante e menos conhecida da sua obra seria mais do que suficiente para lhe conferir um lugar excepcional na história da biologia. J. B. S. Haldane escreveu, aliás, em 1959, com alguma razão: «Na minha opinião, a contribuição mais original de Darwin para a biologia não é a teoria da evolução, mas sim a grande série de livros sobre botânica experimental publicada na parte final da sua vida» (7). É difícil marcar aquilo em que Darwin foi mais original, ou mais revolucionário, porque praticamente em todas as áreas sobre as quais as suas memórias e os seus livros incidiram ele foi um autêntico pioneiro.

Conselhos a Arruda Furtado

No afã de se descortinarem as motivações profundas de Charles Darwin na génese das suas teorias são inúmeros os autores (cientistas, historiadores, filósofos) que se têm debruçado sobre a sua obra científica, sobre os seus «cadernos de notas», onde secretamente anotava os pensamentos íntimos, e sobre a sua volumosa correspondência. A riqueza do espólio darwiniano em anotações, em manuscritos, em cartas, é tão grande que certamente continuará durante muito tempo a ser objecto de permanente análise e interpretação. No domínio epistolar a sua actividade foi impressionante. Darwin manteve quase até morrer larga e assídua correspondência científica. Até 1978, as colecções de cartas (completas ou incompletas) de Darwin e para este eram constituídas por 7 volumes (publicados entre 1887 e 1915), aos quais há a acrescentar numerosos artigos, contendo correspondência inédita, vindos a lume entre 1915 e 1976 (8). Actualmente estão em publicação 3 volumes de correspondência (um pelo menos já publicado).

As cartas enviadas a Arruda Furtado são interessantes sob vários aspectos. Por exemplo, não corroboram de modo nenhum, antes contrariam, as análises e interpretações feitas por alguns críticos acerca de certas facetas da metodologia darwiniana, e a que fiz referências atrás. Na 1.ª carta Darwin dá ao seu jovem correspondente conselhos modelares — nomeadamente que acumule factos e que não espere resultados dos seus trabalhos antes de decorridos alguns anos. Naturalmente que não se tratava de investigações de âmbito limitado, ou de um problema simples de que se poderia prever a solução em curto prazo. Pelo contrário, o que estava em causa era o cumprimento de um vasto e complexo programa de pesquisas que exigiam tempo, paciência e estudo aturado. Em todas as suas cartas transparece o seu perfil de cientista escrupuloso, exigente, rigoroso, de perfeita fidelidade ao método das ciências experimentais. Recomenda o que ele sempre fez: acumular factos, teorizar sobre eles mas sem descurar as observações metódicas, a permanente verificação, e não ter pressas em apresentar explicações, hipóteses, teorias.

A John Scott, jovem botânico escocês, com quem Darwin se correspondeu largamente, deu também um conselho análogo quase vinte anos antes da data

Em todas as cartas transparece o seu perfil de cientista escrupuloso, de perfeita fidelidade ao método das ciências experimentais.

em que escreveu a Arruda Furtado. Isto é: «Que a teoria guie as suas observações; mas enquanto a sua reputação não estiver bem firmada, tome atenção em não publicar demasiada teoria. Porque isso faz que as pessoas duvidem das suas observações». Refrear o entusiasmo excessivo, a superficialidade, a dispersão, a urgência de tudo explicar, a tendência para teorizar sem bases sólidas, parecem-me excelentes conselhos que mostram que Darwin não era um fingidor, como um tanto obsessivamente foi acusado. É uma pobre interpretação da sua obra.

Repare-se, também, no conselho dado na 3.^a carta para fazer a experiência com as sementes e como sublinhou a parte que considerava essencial não esquecer. E atente-se também na 4.^a carta de Darwin, na bondade, compreensão e delicada reserva que manifesta a propósito da cápsula ovígera de *Blatta*, em resposta à carta de Arruda Furtado de 22 de Outubro. Sobre este caso, Arruda Furtado na sua última carta diz que Darwin julgou-o merecedor de ser publicado quando de facto o que ele fez foi apelar para a prudência e a análise cuidada das condições em que foi realizada a observação (e até procedeu ele próprio ao exame experimental da matéria capsular), confessando-se mesmo *ignorant on the subject* quando arrisca a identificação científica do animal, mas ponderando que o assunto só valia ser publicado se fossem de novo observados casos similares (*If you can observe again similar cases*). Ignoro qual foi o seguimento do caso, mas não me parece que Arruda Furtado o tenha desenvolvido, e certamente que não foi publicado.

As quatro cartas de Darwin para Arruda Furtado mostram com particular evidência o valor que o grande naturalista inglês atribuía à observação e à experiência. No final da sua vida, de saúde muito precária (viria a falecer meses depois, em 19 de Abril de 1882), Darwin não demora a responder, pois escreve uma carta em Julho, duas em Setembro e a última em Outubro, apenas nove dias depois da data da carta do seu jovem correspondente. E aconselha-o a trabalhar segundo o método que ele sempre utilizou, combinando hipóteses e observações num tactear cauteloso da realidade, sem esperar por resultados significativos antes de passado um longo tempo de trabalho. E principalmente sem publicar teoria antes de obter a bagagem e a experiência para solidamente a fundamentar.

A advertência a John Scott filia-se na mesma linha de pensamento, sendo esse naturalista talvez o único a poder ser considerado como um discípulo de Darwin, que este auxiliou de inúmeras formas, estando, portanto, na lógica dessas relações o seu conselho de que antes de adquirir autoridade científica pelos seus trabalhos não especulasse demasiado, porque se o fizesse as observações ou ideias que lançasse não obteriam o devido crédito. A mim, isto parece-me um excelente conselho, e não vejo como é que Thuillier toma tal recomendação como um sinal da estratégia dissimuladora da parte de Darwin, como uma prova de que ele tinha necessidade de esconder os aspectos teóricos ou filosóficos para que o público acreditasse mais facilmente nos «factos» escolhidos para os confirmar, o que para o mesmo crítico demonstraria até um certo cinismo.

Arruda Furtado foi dos raros portugueses que manifestaram entusiasmo sincero pelas perspectivas abertas pelo darwinismo.

Francisco de Arruda Furtado é dos raros portugueses que manifestou entusiasmo sincero pelas novas perspectivas científicas abertas pelo darwinismo. Apenas com 27 anos de idade, o seu desejo era chegar rapidamente às grandes conclusões, dar livre curso a um ardor transbordante que num homem novo e desapoiado conduz a uma certa dispersão, ao desejo forte de explicações imediatas. Por razões várias, de ambiente e de curta vida, não pôde, creio eu, aproveitar a riqueza dos ensinamentos e orientações recebidas, as quais também não parece que tenham influenciado os seus trabalhos posteriores.

Em 1885, vem para o Museu de Zoologia de Lisboa (na Escola Politécnica) para aqui se aplicar à classificação de conchas de moluscos. Sob a direcção do professor e naturalista José Vicente Barboza do Bocage, o clima intelectual era dominado em absoluto pela classificação zoológica, com total indiferença pela zoologia causal e pela problemática evolucionista⁽⁹⁾. Até à sua morte, apenas com 33 anos, em 1887, Arruda Furtado realizou trabalho de mérito no quadro tradicional em que singrava a zoologia portuguesa. Ao tempo da correspondência com Charles Darwin, Arruda Furtado tinha 27 anos e o seu desejo natural era o de poder estudar os problemas da origem da flora e fauna açorianas, mas não surpreende que não pudesse ir mais longe, por falta de um meio científico adequado onde a sua inteligência versátil pudesse encontrar a orientação e os meios indispensáveis, que não teve, nem no seu arquipélago natal nem, mais tarde, na metrópole.

(1) G. F. Sacarrão (1982) — *A Biologia do Egoísmo* — Publ. Europa-América, Lisboa.

(2) *Les Ruses de Darwin*, in *Darwin & C.º*, Complexe, pp. 23-33.

(3) G. F. Sacarrão (1982) — *Apontamentos sobre o Darwinismo 2*, Naturalia (Lisboa), 3, pp. 29-31.

(4) Certos autores estendem esta fase criadora até 1842, ano em que Darwin escreveu o esboço *The Foundations of the Origin of Species*, como que uma primeira planificação da *Origin*. Mas do ponto de vista da teoria da selecção natural, que é a sua contribuição mais revolucionária, Darwin tinha-a completado em 1839.

(5) Por exemplo a concepção gradualista da evolução, que forma a ossatura de toda a sua obra, nasceu empiricamente a partir do estudo deste e de outros materiais trazidos de viagem, noção que se firmou no seu espírito na Primavera de 1837, cerca de 6 meses depois de desembarcar do *Beagle*, no termo da sua longa viagem. Isto não significa que no fundo do pensamento de Darwin não tenha havido influências ideológicas, mas as razões mais imediatas que deram credibilidade científica ao conceito vieram do estudo metódico dos documentos e dos problemas que levantaram.

(6) E. Mayr (1983) — *Darwin, intellectual revolutionary*, in D. S. Bendall — *Evolution from Molecules to Man*, Cambridge Univ. Press, pp. 23-41.

(7) Mayr (1983), *op. cit.*, p. 39.

(8) R. B-Freeman (1978) — *Charles Darwin. A Companion*, Dawson.

(9) G. F. Sacarrão (1985) — *O Darwinismo em Portugal*, Prelo (7), pp. 7-22.

Arruda Furtado correspondente de Darwin

por Manuel Cadafaz de Matos

As comemorações em Portugal do centenário da morte de Darwin (1882) não atingiram — dada a projecção do pensamento daquele cientista em todo o mundo — a dimensão que seria de esperar. Especificando melhor, talvez até nem se tenha registado, entre nós, qualquer tipo de manifestações no sentido de se evocar aquele que, sobretudo por intermédio da publicação (em 24 de Novembro de 1859) da obra «*Origem das Espécies*», acabou por revolucionar substancialmente o conhecimento que até aí se tinha do Homem, no seu aspecto quer físico quer mesmo psicossocial.

Houve, no entanto, quem se preocupasse, nesse ano do centenário, em ir contra a lei do esquecimento. Foi o Prof. Germano Fonseca Sacarrão quem, em dois artigos publicados na revista «*Naturália*» (n.ºs 2 e 3 de 1982), subordinados ao título «*Apontamentos sobre o Darwinismo*», prestou justiça à memória de Darwin, evocando tal figura através de minuciosa investigação.

Já um ano antes da passagem de tal efeméride, contactos nossos junto de investigadores açorianos haviam levado a que nos tivéssemos abalanchado à elaboração de uma primeira tradução para português de quatro cartas de Darwin a um cientista daquele mesmo arquipélago, Arruda Furtado, e às seis cartas deste (que as justificaram). Todas essas cartas tinham sido alvo, em 1957, de publicação, por parte do Prof. Carlos das Neves Tavares — in «*Revista da Faculdade de Ciências de Lisboa*», vol. V, 2, p. 277-305 — na sua versão original (ou seja, as cartas de Arruda Furtado escritas em francês; e as *respostas* de Charles Darwin em inglês).

Sendo inicialmente ideia de Carlos das Neves Tavares⁽¹⁾ — bem como de alguns colaboradores seus nesta iniciativa, designadamente os Profs. Germano Fonseca Sacarrão, A. Viveiros Bettencourt, H. Bivar Cumano, S. O. Vasconcelos de Azevedo e Virginia Rau — proceder a uma tradução desses dez documentos, é um facto que a sua versão portuguesa acabou por nunca ser dada à estampa. Foi perante esta situação que nos decidimos a realizar uma tradução devidamente anotada desse mesmo material epistolográfico.

Importava-nos, antes do mais, enquadrar tal correspondência em dois tipos de focagem. A primeira dizia respeito aos contactos (e às motivações que o le-

varam a isso) de Arruda Furtado com Charles Darwin, tentando localizá-los no vasto somatório de produções científicas desenvolvidas por aquele açoriano. Um segundo aspecto dizia respeito à ligação do próprio Darwin com a comunidade científica internacional, na última fase da sua carreira, mais concretamente nos últimos meses da sua vida.

Quem era, portanto, Arruda Furtado, um homem «isolado» na ilha de S. Miguel, nos Açores, onde se dedicava, exaustiva e apaixonadamente, ao estudo da Botânica local?

Enquanto Charles Darwin, com efeito, era um homem praticamente no fim da vida, com 73 anos de idade, Francisco de Arruda Furtado era um jovem de apenas 26 anos, carregado do mais puro idealismo, que procurava na experiência e na palavra consoladora dos Mestres abrir caminho na sua enorme sede de aprender. Tinha nascido precisamente na cidade de Ponta Delgada, em 17 de Setembro de 1854, e aí desempenhou funções burocráticas, tais como as de aspirante da Repartição de Fazenda daquela cidade e, algum tempo depois, a de empregado de escritório. Desde muito cedo, o estudo das Artes, da Literatura, e em particular das Ciências, exerceram nele grande atracção. Mais tarde em 1884, viria para Lisboa, onde foi nomeado adido à Secção Zoológica do futuro Museu Barbosa du Bocage e se tornou colaborador da obra do Dr. Carlos Machado. A correspondência com Darwin, no entanto, processa-se ainda no seu período de *insularidade*, ou seja, antes de trocar Ponta Delgada por Lisboa.

Esses dois anos de 1880 e 1881 foram, efectivamente, de uma importância crucial no tocante à decisão de singrar por ramos da Ciência que já então o atraíam, como a Botânica e a Malacologia.

É assim que vemos, na publicação «A Era Nova», dirigida por Teófilo Braga e Teixeira Bastos, surgir o seu nome assinando alguns artigos já votados a essa temática. Ainda de 1880 é o seu trabalho «Indagações sobre a complicação das maxilas de alguns Hélices naturalizados nos Açores, com respeito às das mesmas espécies observadas por Moquin Tandon, em França» (in «A Era Nova», n.º 3, 12 pp.). Vemo-lo, logo de seguida publicar (ainda na sua cidade natal, em 1881) o trabalho «O Homem e o Macaco» (30 pp.), a que se segue «A propósito da distribuição dos Moluscos Terrestres nos Açores» (in «A Era Nova», n.º 1, 16 pp.). Do mesmo ano, e na mesma publicação, é o trabalho «Pequenas contribuições para o estudo da origem das espécies malacológicas terrestres das ilhas dos Açores. Sobre alguns exemplares da *Helix Aspersa* Mull, recolhidos nas paragens elevadas e áridas da ilha de S. Miguel, no ano de 1881».

Este último trabalho marca, por assim dizer, o seu ingresso no seio da grande família mundial dos darwinistas. Tudo faz crer que, nessa sua primeira fase dos Açores, lhe terá chegado às mãos qualquer exemplar da «Origem das Espécies». Não o podemos afirmar categoricamente, mas talvez também Arruda Furtado soubesse que, ali naquela mesma terra açoriana, o próprio Charles Darwin havia passado uma semana em investigações⁽²⁾, quando do regresso da sua expedição no *Beagle*, na primeira quinzena de Setembro de 1836, e após haver esta-

diado pela segunda vez na cidade da Praia, na ilha de Santiago do arquipélago de Cabo Verde. Foi isso que o levou, em 13 de Junho de 1881, a escrever a sua primeira carta a Charles Darwin, confessando-se seu humilde discípulo e pedindo-lhe conselhos em termos de metodologia científica para alguns trabalhos a que metia (ou pretendia meter) mãos.

A mesma abertura ao espírito científico europeu levá-lo-ia a travar de igual modo correspondência com alguns dos mais eminentes sábios do seu tempo nessas mesmas áreas. É assim que vemos Arruda Furtado corresponder-se com destacados vultos da ciência de então, como Sédillot, Joseph Dalton Hooker e Miall, entre outros. É em consequência certamente de tal epistolografia que Miall, por exemplo, toma o encargo de traduzir, nos «Annals and Magazine of Natural History», de 1881, o artigo de Arruda Furtado sobre «Visquenelia Atlantica». Graças ao espírito ordenado de Francisco Arruda Furtado, tanto as cartas de Charles Darwin como as de outros cientistas — sobre as quais nos encontramos de momento a trabalhar — chegaram até hoje. Tal epistolografia, aliada a uma série de outros documentos da maior importância no tocante à História da Mentalidade Científica Portuguesa dos Séculos XIX e XX, foi doada por Arruda Furtado à Faculdade de Ciências de Lisboa, por onde passou.

Toda essa documentação constitui um Livro de Colagens a que nós, por facilidade de designação, passaremos a rotular de *Livro de Correspondência de Arruda Furtado*. Tal livro, no entanto, mais não é do que uma das 25 partes que constituem o Espólio dos «Papéis de Arruda Furtado». Eis o seu índice global:

- 1 — Fichas bibliográficas e originais de trabalhos publicados.
- 2 — «Zoologia Elementar» — apontamentos diversos sobre divulgação zoológica.
- 3 — Apontamentos para «Elementos de Biologia», para uso do Liceu.
- 4 — Guia da Coleção dos Moluscos do Museu (guia popular, esboço).
- 5 — Uso dos Moluscos pelo Homem (apontamentos).
- 6 — Notas sobre classificação de Moluscos (generalidades).
- 7 — Apontamentos (partes compendiadas) sobre Taxonomia dos Moluscos, em especial variações da rádula.
- 8 — Lista de géneros e tipos do Manual de Fischer.
- 9 — Notas de estudo sobre malacologia açoriana.
- 10 — Notas de estudo e desenhos de *Urocyclus* de S. Tomé.
- 11 — Idem sobre *Helicarion* (menos desenhos).
- 12 — Estudos de Galateias.
- 13 — Desenhos de morfologia floral.
- 14 — 6 pastas de apontamentos sobre História da Zoologia em Portugal.
- 15 — 8 pastas e um maço de manuscritos soltos com copiosas notas sobre etnologia e etnografia dos Açores (o meio social, condições sociais de exis-



tência, psicologia dos Açorianos, notas antropológicas, estudos geográficos, vistas e panoramas, etc.).

- 16 — Catálogo da Biblioteca de Arruda Furtado.
- 17 — Programa da exploração malacológica nos mares dos Açores.
- 18 — Notas sobre História Natural: moluscos, *croquis* de plantas, etc.
- 19 — Notas originais e bibliográficas sobre os Cefalópodes.
- 20 — Recortes de jornais.
- 21 — Esquemas originais de moluscos (anatômicos).
- 22 — Notas antropológicas, psicológicas e sociais sobre a Madeira.
- 23 — *Um volume de correspondência*.
- 24 — Uma pasta índice do mesmo.
- 25 — Diversos (3).

O volume de correspondência, sobre o qual trabalhámos primeiro, levou-nos a um estudo da mentalidade científica portuguesa e europeia da geração de Arruda Furtado. No respeitante ao universo ou constelação cultural em que se moveu aquele cientista, importará frisar que nesse volume se encontram valiosas missivas de autores nacionais como Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos e Teófilo Braga.

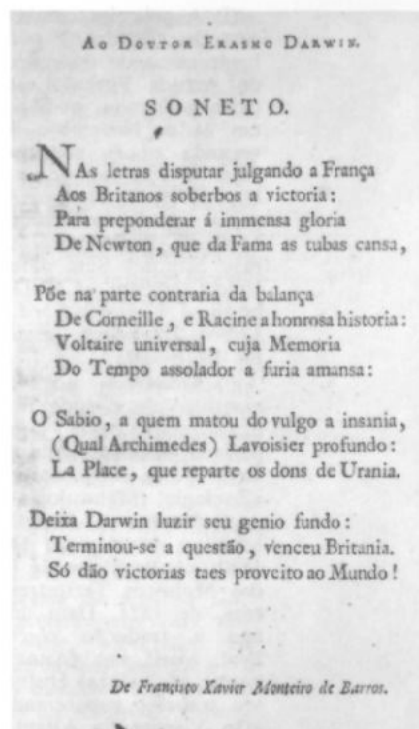
No respeitante ao «corpus» epistolar de altos vultos do panorama científico europeu de então — e para lá dos nomes já referenciados — poderemos adiantar os de Albert BAILEY, Paul BOUVIER, Edmond PERRIER, A. GRANGER, J. Gonzalez HIDALGO, Gustave LE BON, A. MULLER, CUMMINGHAM, THORPE, ou WOTHERBY.

Essa epistolografia traduz, afinal, a maneira intensa de viver de um cientista que não conseguiu cumprir a esmagadora maioria dos seus projectos ambiciosos. Seis anos decorridos após essa correspondência com Darwin, e cinco após o desaparecimento deste, morria também Arruda Furtado, quando tinha apenas 33 anos, em 21 de Julho de 1887, como precisa C. N. Tavares. Contava então já cerca de duas dezenas de importantes trabalhos publicados, designadamente no âmbito da sua especialidade, a Botânica e a Malacologia, com particular predominância deste segundo ramo do saber. Entre as publicações que beneficiaram da sua colaboração, contam-se, para lá da já referida «Era Nova», «O Positivismo» (dirigida por Teófilo Braga e Júlio de Matos) «Jornal de Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais» (da Academia das Ciências de Lisboa), bem como os jornais «A República Federal», «Época», «Gazeta Açoriana», «Vanguarda» e «Século».

A terminar, e a título de curiosidade, refira-se que a família Darwin já era conhecida em Portugal muito antes de o autor de *A Origem das Espécies* se corresponder com Arruda Furtado. Na verdade, já nos começos do século XIX, o

seu avô, Erasmo Darwin, travara conhecimento com os cientistas portugueses Vicente Pedro Nolasco da Cunha e Henrique Xavier Baeta.

Erasmo Darwin, já após o seu encontro pessoal, na Grã-Bretanha, em 1794, com Jean-Jacques Rousseau, conheceu pessoalmente o emigrante português Vicente Pedro Nolasco da Cunha, e este virá mais tarde a publicar em Lisboa, em 1803, o longo poema «O Jardim Botânico de Darwin» (antecedido de um soneto que é dedicado ao cientista britânico por Francisco Xavier Monteiro de Barros). Três anos depois, em 1806 portanto, um outro português que cursava em Edimburgo, de nome Henrique Xavier Baeta, trava também conhecimento com Erasmo Darwin, tornando-se mesmo seu amigo⁽⁴⁾. Regressado a Lisboa, e na sequência de um anterior trabalho (1800) em que já enaltecia o grande vulto científico de E. Darwin, edita, nesse mesmo ano, o «Resumo do Sistema de Medicina de Erasmo Darwin». São esses os antecedentes da divulgação da família Darwin no nosso país.



⁽¹⁾ TAVARES, Carlos das Neves, foi aluno da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa — Curso de Ciências Biológicas — tendo aí concluído a sua licenciatura em 14 de Julho de 1938. Numa persistente carreira de investigação, o seu «curriculum», em mais de trinta anos de infatigável carreira, abrange largas dezenas de títulos, no âmbito da sua especialidade, com particular realce para a Botânica. Faleceu em 16 de Maio de 1972.

Agradecendo a colaboração que nos foi prestada por seu irmão, vice-almirante Neves Tavares, remetemos os interessados no seu perfil científico para TAVARES, Carlos das Neves, «Curriculum Vitae», Lisboa, 1954, 34 pp., bem como para TELLES-ANTUNES, Maria Salomé S. P., «Carlos das Neves Tavares», in «Bolm. Soc. Port. Ciênc. Nat.», 14, Lisboa, 1972, p. 157-161.

⁽²⁾ Vide, também, acerca das relações de Charles Darwin com os Açores, TAVARES, Carlos das Neves, «Ch. Darwin e a Origem da Flora dos Açores», in «Naturalia», 7, 1957-1958, pp. 128-136. O autor agradece aos Drs. Manuel de Oliveira e Silva e Luís Manuel Arruda a indicação desta fonte nas suas pesquisas.

⁽³⁾ O autor entende dever manifestar aqui público agradecimento ao Prof. Germano Fonseca Sacarrão, por lhe ter facultado o acesso a todo este espólio.

⁽⁴⁾ Vide MATOS, Manuel Cadafaz de, «Para uma História da Mentalidade Científica Portuguesa nos Começos do Século XIX — O Contributo de Vicente Pedro Nolasco da Cunha e de Henrique Xavier Baeta na Divulgação da Obra de Erasmo Darwin», Lisboa, 1983 (no prelo).

(¹) A primeira edição inglesa de «A Origem das Espécies» tivera lugar cerca de duas décadas antes de Arruda Furtado escrever esta carta a Darwin, mais precisamente em 24 de Novembro de 1859. A segunda edição surgiria logo depois, em 7 de Janeiro de 1860. Vide DARWIN, Charles, *Origem das Espécies*, tradução de Joaquim Dá Mesquita Paul, Porto, Lello & Irmão Editores (sem data), p. XVI; Vide, também, CANDEIAS, Alberto, *A Vida e a Obra de Darwin*, Lisboa, Biblioteca Cosmos, 6, 1941, pp. 67 e 100.

(²) Atendendo ao «curriculum» científico de Arruda Furtado, este investigador havia publicado, no período imediatamente anterior ao envio desta carta, trabalhos como «Zoologia (Malacologia) — Indagações sobre a Complicação das Maxilas de Alguns Hélices», de 1880; «A Propósito da Distribuição dos Moluscos Terrestres nos Açores», de 1881. Data deste mesmo ano a tradução efectuada pelo Prof. Miall, nos «Annals and Magazine of Natural History», de um seu trabalho subordinado ao tema «On Visquenetia Atlantica».

(³) Datavam já, supostamente, de há algum tempo atrás os contactos deste investigador açoriano com o Prof. Miall, docente de Yorkshire College. Encontrámos na correspondência entre estas duas individualidades cartas arquivadas nas páginas (do LIVRO DE CORRESPONDÊNCIA DE ARRUDA FURTADO) 13, 28, 29, 31, 34, 37, 40, 42, 46, 48, 52, 56, 61, 71, 92, 126, (1); e 138, 146, 166, 203, 242 e 244 (II).

(⁴) SIMON, Eugène, naturalista francês (Paris, 1848-1924), fez publicar em 1864 (quando contava apenas 16 anos) uma obra intitulada *Histoire Naturelle des Araignées*. Tendo, vinte anos depois, editado uma obra monumental votada a esse mesmo título, a sua preciosa colecção (a primeira do mundo) virá mais tarde a ser doada ao Museu de História Natural, sucedendo

Ilha de S. Miguel (Açores), 13 de Junho de 1881

Senhor Charles Darwin

Nasci e vivo nestas ilhas vulcânicas onde os factos de distribuição geográfica dos moluscos terrestres são uma interessante prova da teoria a que dera o seu nome mil vezes célebre e respeitado.

Após a leitura do seu livro «The Origin of Species» (¹), no que toca às ilhas vulcânicas, a minha vocação natural pela zoologia entusiasmou-me por esses factos malacológicos da dificuldade da introdução das espécies, do transporte nas patas das aves, e decidi fazer a minha pequena obra a esse respeito. Ouso colocar nas suas mãos dois pequenos trabalhos (²) desse género e possuo um grande número de desenhos e notas sobre espécies cuja anatomia interna é ainda desconhecida. O meu objectivo é fazer a comparação entre a fauna continental europeia e a americana, a fim de lançar alguma luz sobre a «origem das espécies» açorianas.

Ao mesmo tempo, procuro vulgarizar, nestas paragens isoladas do mundo científico, a sua teoria, dando aos meus pequenos escritos esta forma de transição indispensável neste meio onde é preciso que a reacção seja vivamente excitada; e procuro também não perder um único facto que possa constituir uma prova, por mais fraca que seja, à sua teoria.

Ultimamente, fiz uma descoberta interessante — dez exemplares de uma Vitrine onde não encontrei (em 7 indivíduos dissecados) nenhum vestígio de aparelho reprodutor! Comuniquei 3 indivíduos ao senhor Miall (³), professor de Biologia (Yorkshire College) e amável tradutor do meu trabalho sobre a «Viquesnelia atlantica», e ele não encontrou «no trace of reproductive organs».

Estou a tentar estabelecer as circunstâncias detalhadas do facto, a fim de saber se se trata de um híbrido e quais são as espécies que o produziram.

Nestas condições, rodeado por esta natureza tão interessante, e, há que dizê-lo, tão incompletamente estudada, e sabendo que o sábio mais eminente é sempre o mais atencioso para os que dão os primeiros passos, decidi ter a ousadia de lhe oferecer os meus primeiros estudos e toda a fraqueza dos meus serviços, se me considerar digno de recolher alguns factos, fazer observações sobre o transporte das vagas, das aves, e finalmente fazer algo útil para o Ciênciã, empreendimento imprudente se não se procurar a ajuda do Mestre.

O estudo das aranhas dos Açores, para além do dos moluscos, é um estudo interessante. O senhor Eugène Simon (⁴) encarregou-se

da determinação de cerca de sessenta espécies que recolhi em S. Miguel. Muitas espécies novas foram encontradas, apesar de a fauna se ligar intimamente às formas ciscamediterrânicas. Foi encontrada uma espécie muito próxima de uma outra de Sta. Helena.

— «*Ariamnes delicatulus*», E. Simon (sp. nov.).

O senhor Sédillt⁽²⁾ prepara um trabalho sobre coleópteros e hemípteros igualmente provenientes das minhas excursões.

Ao prestar estes modestos serviços a esses naturalistas, como poderia manter-me silencioso perante si, senhor, quando todos os dias releio alguma página do seu livro, quando sei que os Açores não lhe são de forma nenhuma indiferentes⁽³⁾ e quando tenho a felicidade suprema de me considerar um dos seus discípulos? Claro que não o poderia fazer. Não poderei senão obedecer a todas as suas ordens, sempre que me achar digno delas.

Os meus serviços não terão provavelmente qualquer valor, mas não poderia viver sem lhe comunicar que tem nos Açores um discípulo dos mais reconhecidos e que poderá fazer de mim um dos seus mais dedicados servidores.

Arruda Furtado

o mesmo com a sua especializada biblioteca. No «Liv. Cor. A. F.» encontramos cartas deste investigador a págs. 1, 5, 7, 17, 19, 21, 30, 32, 33, 36, 38, 45, 50, 53, 60, 67, 224, 228, 234, 237.

⁽²⁾ Admitimos tratar-se de SÉDILLOT, Charles Emmanuel, médico francês (Paris, 1804 — Sainte-Menehould, 1883), que em 1841 havia sido nomeado professor na Universidade de Estrasburgo e mais tarde diretor da Escola de Medicina Militar (Academia das Ciências Fr.), mais precisamente em 1872. Ignoramos os seus laços de parentesco com o grande orientalista francês, Louis Pierre Eugène Amélie SÉDILLOT (Paris, 1808-1875) e autor de *Recherches pour Servir à l'Histoire des Sciences Mathématiques Chez les Orientaux* (1837) e de *Histoire des Arabes* (1854). Vide «Liv. Cor. A. F.», págs 11, 14, 24, 38, 39, 62, 64, 67.

⁽³⁾ O interesse de Charles Darwin pela temática naturalista açoriana adveio-lhe, sobretudo, em consequência da sua estadia — e consequentes estudos — nessas ilhas (portuguesas) do Atlântico, durante uma semana, situada ao que supomos na primeira quinzena de Setembro de 1836. Alguma bibliografia adianta-nos indicadores nesse mesmo sentido. MOOREHEAD, Alan, in *Darwin. La Expedición en el Beagle (1831-1836)*, Ediciones del Serbal, Barcelona, 1983 (3.ª edição), não referencia com exactidão a data precisa em que Darwin, no regresso da sua expedição, chega e desembarca nos Açores — indicando-nos apenas que em 17 de Agosto de 1836 deixou Pernambuco (Brasil) e em 2 de Outubro do mesmo ano chegou a Falmouth (Grã-Bretanha) (pág. 234). Essa preciosa informação colhemo-la directamente no estudo que fizemos na Grã-Bretanha do próprio «Diário» da viagem de Darwin. Refere, a dado passo, e reportando-se já praticamente ao final desse seu périplo, o autor de *A Origem das Espécies*:

(...) «A 31 de Agosto (de 1836), lançámos âncora, pela segunda vez, em Porto-Praya (sic) (cidade da Praia) no arquipélago de Cabo Verde: daí nos dirigimos para os Açores, onde permanecemos seis dias. A 2 de Outubro saudamos as costas de Inglaterra...».

143
A M. Charles Darwin (Açores), 13 Junho 1881
M. Charles Darwin
B
Moi Honoré Monsieur
Je suis ravi et je suis bien aise de voir
arriver en vos mains ces quelques espèces de mollusques
terrestres dont vous m'avez tant demandé la théorie, à qui
me demandez aussi mille fois ce titre et respectable.
Après la lecture de votre lettre "Des origines des espèces",
ce qui tenait aux idées de Darwin, ma réaction naturelle pour la question
est d'abord de me occuper de ses faits, de ses observations, de la description de sa
transmission des espèces, de la migration dans les parties des océans, et de son
origine, de faire une petite théorie sur ces faits, je pense que vous
serez d'accord avec moi sur ce point et je pourrais bien m'occuper
de vous et de votre théorie des espèces, de la formation, de l'extinction et de la
migration. Non but est de comparer avec la faune américaine et
européenne et d'expliquer, afin de jeter quelque lumière sur
l'origine des espèces, etc.
En même temps, je cherche à sculpturer dans un
petit espace de mon temps scientifique, votre théorie, me demandant
à son petit cercle, cette forme de transmission est-elle possible dans ce
monde où il faut que la sélection soit le plus vivement exercée, et
je cherche aussi à ne perdre mon seul fait qui prouve apparemment une
première quelconque qui elle soit, à votre théorie.
Tout dernièrement j'ai fait pour vous deux documents intéressants
- des exemplaires dans votre œuvre où j'ai vu trouver dans 7 individus
différents, aucun motif de apparait reproduction. J'ai aussi vu
dans 3 individus de M. A. B. (professeur au Collège de Boston)
Chavez, et bien entendu traduits de mon travail sur les végétaux
de l'Atlantique, et il a trouvé des traces de reproduction organique
Je cherche à établir les conditions de la vie, de fait, afin de
comprendre si il s'agit d'un hybride et quelle sont les espèces qui
ont de le produire.
Pour ce, conditions, surtout de cette nature
et évidemment et, il faut les dire, si ils sont complètement et les dire,

1844

et sachant que toujours le devant le plus s'iminent est le plus
travaillant pour ceux qui font les premiers pas, je me suis
decidé à avoir l'honneur de vous offrir mes premiers écrits,
et toutes la faiblesse de mes services, ici vous me jugerez digne
de vous remettre quelque chose, de faire des observations sur la
forme, sur le langage, sur l'écriture, et sur ce que je fais quelque
chose utile à la science, et sur ce que je fais de mal, sans ce de
mander le de vous honorer de son nom.

Les lettres de corrigées, et de corrigées, autre celle
mellées, et de corrigées, et de corrigées, et de corrigées, et de corrigées,
a bien voulu se charger de la détermination d'une certaine
d'après ce que j'ai recueilli à l'école de médecine de Montpellier,
notamment, ont été trouvés, quoique la forme de l'écriture
intérieurement aux formes, et de corrigées, et de corrigées, et de corrigées,
tous les points d'implication de l'écriture, et de corrigées, et de corrigées,
mes déclarations, et de corrigées, et de corrigées, et de corrigées, et de corrigées.

Mais les lettres de corrigées, et de corrigées, et de corrigées, et de corrigées,
prière, et de corrigées, et de corrigées, et de corrigées, et de corrigées,
Comment pourrais-je être distingué devant vous, homme,
quand j'ai écrit tous les jours quelque page de votre livre, quand
je suis par les lieux, et de corrigées, et de corrigées, et de corrigées, et de corrigées,
et quand j'ai le suprême bonheur de me servir de vos
vostres disciples? La chose ne pourra se faire. Je ne pourrais
que perdre tous jours à être à vos ordres, et de corrigées, et de corrigées,
vous m'en jugerez digne.

Mes services n'auront point été d'aucune valeur,
mais je me risais de vous les offrir, et de corrigées, et de corrigées,
ceux de votre disciple, et de corrigées, et de corrigées, et de corrigées, et de corrigées,
pour en faire un service de plus, et de corrigées, et de corrigées, et de corrigées, et de corrigées,
vostre humble
serviteur

Manuscrito da primeira carta enviada por Arruda Furtado a Darwin.

3 de Julho de 1881

Caro Senhor

(¹) Dada a situação geográfica e geoclimática fortemente diversificada, é impossível poder-se comparar a situação quer zoológica, quer botânica, das ilhas dos Açores e do arquipélago dos Galápagos. Acerca deste segundo arquipélago, aonde Charles Darwin chegou em 15 de Setembro de 1835 (tendo aí permanecido até 20 de Outubro seguinte), vejamos algumas considerações de MONTALENTI, Giuseppe, in *Charles Darwin*, Lisboa, Edições 70, Biblioteca Básica de Ciência, 7, 1984, p. 31. Refere o autor, com efeito, que essas ilhas sul-americanas «devem o seu nome às gigantescas tartarugas que aí habitam: em espanhol, de facto, *galápagos* significa precisamente tartaruga». A situação climática destas ilhas, o «sol tropical e um frio por vezes quase polar, dá origem a um ambiente natural extraordinário, diferente de qualquer outro sobre a Terra...» Daí a particularidade da sua fauna e flora, que tanto impressionaram Darwin.

(²) Dos trabalhos de WALLACE, Alfred Russel (Monmouthshire, 1823 — Broadstone, Dorset, 1913), merecem sobretudo atenção *The Malay Archipelago*, de 1869; *Contributions to the Theory of Natural Selection*, de 1870; a sua autobiografia, *My Life*, de 1905; e, sobretudo, *The Geographical Distribution of Animals e Island Life* (2.^a edição, Londres, 1892). No seu tratado de *Geografia Biológica* (inserido no *Tratado de Geografia Física*) MARTONNE, Emanuel de — em colaboração com Aug. Chevalier e L. Cuénot — dá-nos, no respeitante à problemática das «faunas insulares», uma notória apreciação da obra *Island Life*, de Wallace, essencialmente no que respeita à «distribuição

Agradeço-lhe sinceramente a sua gentil e interessante carta de 13 de Junho. A ausência de minha casa atrasou a resposta.

Considero uma felicidade para a ciência que um homem como o senhor, que não se contenta apenas em coligir e descrever espécies pertencentes a vários grupos negligenciados (embora este trabalho seja importante e valioso), mas aborda questões filosóficas, viva num grupo de ilhas oceânicas. Tem um óptimo campo para observação, e não duvido de que as suas investigações serão extremamente valiosas. Sou velho de mais para poder utilizar directamente as suas observações, mas este facto não diminui o interesse que tenho por elas. É para mim compensador e uma grande satisfação saber que os meus livros contribuíram para o estimular no seu trabalho científico.

O caso da Vitrine é muito curioso: lembro-me de ler que certos crustáceos das costas dos Estados Unidos foram observados em condições quase idênticas.

Pede-me sugestões, mas duvido que lhe possa dar quaisquer sugestões que não lhe tenham já ocorrido; ainda assim, apontarei alguns aspectos que, se eu residisse durante alguns anos nas suas maravilhosas ilhas, mereceriam a minha atenção:

(1) Se possível, visitaria e faria recolhas numa ou mais das ilhas mais distantes para comparar as suas plantas e animais com os das outras ilhas. Com efeito, e após o caso do arquipélago dos Galápagos (¹), todas as produções de todas as ilhas deveriam ser cuidadosamente comparadas.

(2) Deverão coligir-se todas as plantas e animais dos cumes mais altos das montanhas de todas as ilhas.

(3) Foi constatado que, na costa N. de algumas das ilhas do N., foram vistos depósitos glaciares, isto é, fundos irregulares com pedras grandes, angulares ou redondas, de natureza não vulcânica.

O tamanho, forma, natureza e presença de restos fósseis em pedras desse tipo deveriam ser cuidadosamente anotados. Seria um tema de investigação extremamente interessante, nomeadamente em relação com Distribuição G. Foi-me também dito (embora suponha que erradamente) que foi encontrado um dente de um Mastodonte numa pequena formação terciária numa das ilhas.

Conhece os trabalhos de Wallace (²) sobre Distribuição Geográfica? Talvez valesse a pena consultá-los.

(4) Existe algum farol nos Açores: se assim for, aves terrestres voariam provavelmente contra os vidros e morreriam. Neste caso, seria aconselhável examinar não só as suas patas e bicos à procura de terra, mas também secar todo o conteúdo dos seus canais alimentares e colocá-lo em areia pura húmida sob uma pequena campânula para ver se há sementes que germinem. Se assim acontecer, há que criar a planta e dar-lhe um nome.

(5) Há árvores com raízes que por vezes dão à costa? Se isto acontecer, deverão separar-se as raízes, lavar a terra que se encontra à sua volta e colocá-la em terra húmida ou areia pura sob uma campânula de vidro para ver se entre essa terra havia sementes.

(6) Depois de uma forte ventania na direcção das correntes prevalecentes⁽³⁾, talvez valha a pena procurar entre os materiais que vêm dar à costa sementes, insectos, etc.

(7) Suponho que Lacerda vive nos Açores, e se conseguisse obter ovos seus, valeria a pena experimentar se flutuam na água do mar e se sobrevivem a uma imersão de 7 ou 14 dias. A grande distribuição de lagartos, moluscos terrestres e vermes da terra é um problema muito complexo.

Receio que estas sugestões não tenham grande utilidade. — Desejo-lhe muita sorte com o seu trabalho. Admiro-o por trabalhar nas circunstâncias mais difíceis, nomeadamente pela falta de compreensão dos seus vizinhos.

Creia-me com muita atenção,

Charles Darwin

P. S., 6 de Julho — Acabo de regressar a casa e encontrei os ensaios que teve a amabilidade de me enviar e que terei muito prazer em ler.

ção geográfica». Vide MARTONNE, op. cit., in *Panorama da Geografia*, vol. II, Lisboa, Edições Cosmos, 1954, sob direcção de Vitorino Magalhães Godinho (e em tradução de Mário Ruivo, revista por Joel Serrão).

Em Junho de 1858, ao que refere CANDEIAS, Alberto, op. cit., pp. 65-66, quando Charles Darwin tinha já praticamente prontos dez capítulos do seu livro *A Origem das Espécies* — e quando haviam decorrido já 22 anos desde o seu regresso da expedição no «Beagle» — recebeu de Alfred Russel WALLACE (à altura ainda no arquipélago Malaio onde procedia a pesquisas biológicas) uma memória com o título *Sobre a Tendência das Variedades a Desviarem-se indefinidamente do Tipo Original*, em que este naturalista expõe exactamente as mesmas teorias que Darwin defendia: «Nunca vi coincidência mais impressionante; se Wallace tivesse conhecimento do meu esboço escrito em 1842, não teria podido fazer dele um melhor resumo do que com a sua Memória». Este facto levou a que Darwin e Wallace, logo de seguida, mais precisamente em 1 de Julho (1858), lessem um «paper» conjunto, anunciando a descoberta de tal teoria, ante a «Linnean Society».

(³) Quer acerca do estudo das correntes que caracterizam a climatologia insular açoriana — quer sobre outros aspectos específicos do clima do arquipélago — remetemos para um dos mais abalizados trabalhos até hoje realizados sobre a região. Trata-se de FERREIRA, H. Amorim, «O Clima de Portugal», Fascículo VIII — «Açores e Madeira», Lisboa, Serviço Meteorológico Nacional, 1955.

Ilha de S. Miguel (Açores), 29 de Julho de 1881

Sr. Charles Darwin

Exmo. Senhor

É inútil exprimir-lhe os sentimentos de alegria, reconhecimento e encorajamento que a sua carta tão amável suscitou em mim. O senhor, mais do que qualquer outro, compreende o que se passa no espírito de um jovem que se inicia sob a plena protecção dos Pais da Ciência.

A sua carta, senhor, tem para mim o maior valor. As instruções que teve a amabilidade de me dar, já as conhecia na sua maioria é um facto; mas era ao seu livro que devia o seu conhecimento e sabe bem o que representará para mim sabê-las escritas e reunidas pela sua mão.

É um pouco difícil visitar as outras ilhas; mas já pensei em arranjar colectores.

Sabia que na Terceira e em Sta. Maria havia vestígios do período glacial. Possuo alguns fósseis de Sta. Maria e arranjarei maneira de obter fragmentos dos blocos erráticos que o senhor Hartung⁽¹⁾ assinalou na terceira e que o senhor também observou, creio, na sua viagem no «Beagle».

Nunca ouvi falar do dente do mastodonte.

Temos em S. Miguel dois faróis, um em Ponta Delgada e um outro em Nordeste, na ponta NE da ilha. Quanto a esse ponto da sua carta, aprendi um método excelente de investigação que não conhecia, assim como acerca dos Lacertae: nunca me tinha ocorrido, devo confessá-lo, que eram ovíparos, embora conhecesse a fundo as suas considerações acerca dos moluscos terrestres.

Os transportes de árvores com as suas raízes são, creio, nulos ou pelo menos muito raros. No meio dos fucus encontram-se por vezes grãos de 3 ou 4 espécies de plantas trazidas pelo gulf-stream(?), e bem conhecidas dos nossos pescadores que os utilizam como ornamento de mesa e esvaziam as maiores (a que chamam «fava do mar») para fazer caixas de rapé. Em breve tomarei a liberdade de lhe oferecer alguns exemplares destes grãos e os documentos do meu estudo «Indagações».

Na sequência da sua amável carta, senhor, os meus estudos, ainda que na mesma via da sã orientação darwinista, de que me foi felizmente dado compreender os efeitos, foram vivamente acrescidos de novas aspirações, e vejo hoje grande número de factos que antes não observava; por isso, senhor, lhe estou humilde e profundamente reconhecido.

Arruda Furtado

(1) HARTUNG foi um conhecido alemão do século XIX que, em meados de Oitocentos, se dedicou, nos Açores, designadamente na ilha Terceira, ao estudo da Geografia Natural local. No seu «curriculum» científico contam-se duas importantes obras, ambas editadas em Leipzig em 1860, votadas aos Açores, no domínio da sua especialidade. São elas *Die Azoren e Die Azoren in ihrer Ausseren Erscheinung und nach ihrer Geognostischen Nature*. Não consta do «Liv. Cor. A. F.» que os dois cientistas se tenham correspondido.

Ilha de S. Miguel (Açores), 17 de Agosto de 1881

Senhor Charles Darwin

Orientado pelas suas amáveis instruções, fiz duas pequenas excursões experimentais aos cumes de duas montanhas: Serra Corda, 480 m, e Pico da Cruz (Pico da Pedra no mapa Vidal), 384 m. Preparei dois pequenos herbários sobre a vegetação destes cumes, os quais, ainda que não atinjam uma considerável altitude, revelarão talvez algo de interessante a olhos adequados. Se os considerar dignos de interesse, faça-me a amabilidade de indicar a pessoa a quem terei a honra de os comunicar.

Recolhi igualmente alguns insectos e moluscos terrestres.

No Pico da Cruz, o «*Helix aspersa*» revelou-me particularidades de coloração e de rigidez muscular que me parecem resultar da alimentação e da falta de humidade conveniente, e constituir um «primeiro passo» para uma «variação local». Preparei um pequeno artigo para uma revista de Lisboa sobre este pequeno assunto.

Reparo agora que me esqueci de lhe agradecer a indicação que me quis dar sobre as obras de Wallace. Conhecia as suas ideias através do seu livro «*Origin of Species*» e há alguns dias vi num catálogo a sua obra sobre a distribuição geográfica. Infelizmente, o seu preço é para mim elevado, pelo que me será impossível possuí-lo.

Mandei dar instruções ao conservador do nosso farol de Nordeste para que examinasse o local do farol depois das tempestades e recomendei imediatamente a alguns caçadores que me enviassem todas as patas e bicos, pelo menos, de pássaros de passagem. Espero obter daqui algo de útil.

Agradeço-lhe, senhor, e peço que me desculpe por todos os incômodos que lhe causo.

Arruda Furtado

Manuscrito de uma das cartas de Darwin para Arruda Furtado.

Sept 2. 1881
Dear Sir
I hope that you will not object to accept from me, as an old man & lover of science, a copy of Mr Wallace's work, which I have despatched by post today. Mr W. has since published a work in 1 volume on the same subject, which he has made more popular & to a very interesting, but I do not think that it would be so useful to you. -
I am glad that you have

SONR,
BOULEVARD, NORT.
RAILWAY STATION
LONDON, S. E. 1

begin to work so energetically
You cannot expect to get
any results, until you
know how to proceed, &
allow me to advise you to
keep notes & get on accurate
facts, & then you will
probably be able to publish
something of value & of great
value.
With respect to the plants
which you have collected,

IMPRENSA NACIONAL
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, NÃO É PERMITIDA A COMERCIALIZAÇÃO

I will communicate with
Sir J. Hooker on the
subject in the course of
a few weeks, for it
seems to be in much
urgency. — I fear that the
heights are hardly sufficient
for my very high interests,
but it may be otherwise —
with all good wishes
I am
yours faithfully
Charles Darwin

(¹) «Trata-se de um exemplar da obra *The Geographical distribution of animals* que faz parte do espólio de Arruda Furtado. Tem um autógrafo de Ch. Darwin» (Nota de Carlos das Neves Tavares).

—Importa referir que se, por um lado, está patente em obras de Wallace, como *The Geographical distribution of animals* e *Island Life*, o germe do evolucionismo, por outro, já em Erasmo Darwin, mais precisamente no trabalho *Zoonomia* — que lhe valeu a reputação de «transformista» — se encontrava patente o «pré-evolucionismo». Vide, a propósito, a opinião de Pierre THULLIER, in (Vários autores), *O Darwinismo Hoje*, Publicações D. Quixote, Col. Universidade Moderna, 67, Lisboa, 1981. Erasmo Darwin havia principiado, com efeito, nas duas últimas décadas do século XVIII, a formular ideias acerca da evolução das espécies animais.

2 de Setembro de 1881

Caro Senhor

Espero que não se incomode de receber de mim, na minha qualidade de velho e amante da ciência, uma cópia da obra do senhor Wallace (¹), que hoje despachei pelo correio. O senhor W. já publicou entretanto uma obra num volume sobre o mesmo assunto, que se tornou mais popular e que é muito interessante, mas acho que não seria tão útil para si.

Alegra-me que tenha iniciado o seu trabalho com tanta energia. Não pode esperar obter quaisquer resultados até que passem vários anos, e permita-me aconselhá-lo a fazer anotações e acumular factos, após o que possivelmente poderá vir a publicar um valioso ensaio.

Quanto às plantas que coligiu (²), contactarei Sir J. Hooker (³) dentro de algumas semanas, pois actualmente ele está muito ocupado. — Receio que as altitudes não sejam suficientes para que tenham um enorme interesse, mas é possível que não seja assim.

Com os meus cumprimentos

Charles Darwin

12 de Setembro de 1881

Caro Senhor

Sir J. Hooker escreveu-me dizendo que teria muito gosto em ver as plantas de montanha que coligiu, e dar-lhe-á os seus nomes, se o desejar. O embrulho deverá ser remetido para Sir J. Hooker⁽¹⁾, Royal Gardens, Kew, London.

Sir J. Hooker informou-me de um facto muito interessante, que valerá a pena investigar; que grandes «troncos de Ciprestes (*Cupressus*) foram aí encontrados (não diz em que ilha) enterrados no chão; contudo, o Cipreste está extinto nas ilhas». Pensa que se poderão encontrar restos de outras plantas nos mesmos locais, o que seria muito interessante, pelo que é muito útil uma boa descrição do local onde foram encontrados os troncos de Ciprestes.

A experiência poderá não ter muita razão de ser, mas, no meu caso, recolheria terra do mesmo local, longe da superfície ou da encosta de qualquer pequena colina, e manteria esta terra húmida num local quente, e «muito cuidadosamente coberta por uma campânula de vidro», para observar se nasce alguma planta; isto porque acredito, ao contrário dos melhores botânicos, que sementes enterradas fundo na terra por vezes conservam a sua vitalidade por longo espaço de tempo.

Escrevi-lhe há algumas semanas.

Ch. Darwin

P. S. — Sir J. Hooker fala, numa outra parte da sua carta, do caso dos troncos, considerando-o extremamente interessante.

Refere RONAN, Alin A., in *The Cambridge Illustrated History of the World's Science*, Cambridge University Press, 2.ª ed., 1984, p. 421, que Erasmo Darwin, nos dois volumes de *Zoonomia or the Laws of Organic Life* (editados, respectivamente, em 1794 e 1796), explanava acerca do conceito de «actividade animada» algumas respostas à questão do que era «a diferença essencial entre alguma coisa que estava viva e alguma coisa que estava morta». E concluiu, aponta-nos ainda Ronan, que as coisas vivas estavam dotadas de uma «irritabilidade», de um espírito de animação, e, considerando o seu anterior desenvolvimento como «embryos», formulava um paralelo entre a sua mudança embrionária e a sua possível evolução primitiva.

(2) «Ver a carta de Arruda Furtado de 17 de Agosto de 1881, nota de C. N. Tavares.

(3) Tanto William Jackson HOOKER (Norwich, Norfolk, 1785 — Kew, Surrey, 1865) como seu filho Joseph Dalton HOOKER (Halesworth, Suffolk, 1817 — Sunningdale, Berkshire, 1911) foram distintos botânicos, deixando o seu nome associado à fundação dos «Royal Botanic Gardens», de Kew, na Grã-Bretanha. No Verão de 1974 (por ocasião de estudos medievalísticos em Pakefield e Lovestoft, naquele país) visitámos propositadamente Norwich a fim de aí fazermos algumas investigações acerca do botânico HOOKER (pai). Os contactos de Arruda Furtado foram, no entanto, com Joseph Dalton HOOKER. Este cientista britânico, após concluir o seu curso na Universidade de Glasgow em 1839, efectuou múltiplas expedições botanófilas, fazendo observações nesse domínio das mais variadas e pertinentes. As ligações de Hooker com Arruda Furtado tiveram como intermediário Charles Darwin. É assim que, após a intervenção nesse sentido do autor de «A Origem das Espécies», o investigador açoriano

troca correspondência com aquele, já depois de, em 1865, haver sucedido a seu pai como director-assistente daquela instituição botânica de Kew, cargo em que desempenhou um singular papel no respeitante a uma ampla divulgação das teorias de Darwin. Acerca da epistolografia de Arruda Furtado — Joseph Dalton Hooker, ver «Liv. Cor. A. F.», págs. 66, 223, 229.

(¹) Neste ano de 1881 Joseph Dalton HOOKER — há mais de dezena e meia de anos à frente daquela prestigiada instituição botânica — é já um cientista bastante abalizado em questões desta natureza. A sua gama de conhecimentos em tal matéria permitirá, então, poder tirar quaisquer dúvidas, no âmbito da sua especialidade, ao (desconhecido) Arruda Furtado. A sua experiência advinha-lhe, sobretudo, da sua pesquisa no terreno, ocorrida durante múltiplas expedições (como já se disse). A primeira das suas viagens ocorrera no âmbito da expedição «Erebus», à Antártica, entre 1839 e 1843. Daí resultara o seu trabalho «The Botany of the Antarctic Voyage of H. M. Discovery-Ships Erebus and Terror in 1839-1843, 1844-1860».

No entanto um dos maiores contributos dados por Joseph Dalton Hooker à ciência europeia de Oitocentos foi a divulgação de aspectos (até então desconhecidos no Velho Continente) da flora da Ásia e da Oceania. Ao que é sabido, a Índia era, então, uma colónia britânica. Daí as facilidades de os pesquisadores ali desenvolverem programas de investigação ao mais vasto nível. Em 1981, quando da nossa primeira missão antropológica na Índia, tivemos ensejo de estudar em Nova Deli as implicações do

Ilha de S. Miguel (Açores), 16 de Outubro de 1881

Senhor Charles Darwin

É inútil dizer-lhe como fiquei honrado por me ter oferecido a obra do senhor Wallace: o senhor conhece os sentimentos de viva gratidão que lhe expresso. São páginas admiráveis que leio com a maior atenção, que me serão da maior utilidade e que estaria provavelmente condenado a nunca ler se a humanidade não possuísse cientistas com grandes corações...

É também com o mais profundo reconhecimento que lhe agradeço ter escrito a Sir J. Hooker a propósito das minhas herborizações, e os conselhos de que me considera digno e que nunca esquecerei.

Tomo a liberdade de escrever a Sir J. Hooker (¹) pedindo-lhe que aceite os meus respeitosos cumprimentos e a oferta dos meus fracos serviços, e anunciando-lhe o envio das plantas. Falei a Sir J. Hooker a respeito dos troncos de Cupressus, e agradeço-lhe as suas instruções detalhadas e amáveis a esse respeito, que procurarei pôr em prática. Creio ter suficientemente compreendido as bases da investigação e sinto-me feliz por me poder aperceber da grande importância do facto se se vier a descobrir algum indício positivo; espero portanto que as minhas investigações não sejam totalmente vãs.

Aproxima-se a estação das migrações ornitológicas; ficaria muito feliz de poder constatar algum facto interessante de transporte de moluscos terrestres.

Enquanto espero uma ocasião para lhe provar que segui os seus conselhos, peço-lhe que aceite a expressão da minha mais profunda e eterna gratidão.

Arruda Furtado

Ilha de S. Miguel (Açores), 22 de Outubro de 1881

Senhor Charles Darwin

Já lhe escrevi uma carta que vai neste mesmo navio, mas escrevo-lhe de novo para lhe anunciar o envio de uma pequena descoberta cujo valor não estou em condições de apreciar. Notei a presença destes ovos do ortóptero muito comum nas nossas cozinhas e a que chamamos «barata» depositados na cara e no corpo de duas estatuetas de greda. O que me chamou a atenção foi o que os seus lados livres estavam cobertos de giz (como espero que os receba), certamente mastigado e aplicado com cuidado sobre toda a superfície livre pelas mandíbulas do animal. Terá isto algum interesse ligado aos factos eloquentes do instinto? Será que o processo empregue pelo insecto destina-se a esconder o germe da sua progenitura de olhos de predadores, a dar-lhe maior apoio ou evitar os efeitos perniciosos da luz? Eis algumas questões que tenho a honra de respeitosamente submeter à sua consideração, se não se tratar de um facto provavelmente conhecido de todos os naturalistas e sem importância.

Sou talvez indiscreto ao causar-lhe todos estes incómodos, pelo que espero que seja indulgente para comigo, etc.

Arruda Furtado

31 de Outubro de 1881

Caro Senhor

Fico muito contente por o trabalho de Wallace lhe ser útil. As cápsulas de *Blatta* ⁽¹⁾ (suponho, embora seja ignorante quanto ao assunto) com o revestimento branco são curiosas. Raspei parte da matéria branca e coloquei-a em ácido acético. Efervesceu, deixando um fino resíduo. Suponho, portanto, que se trata de um tipo de cola ou estuque.

Tem a certeza de que o local onde estavam os ovos não tinha sido caiado depois de os ovos terem sido postos pelo insecto?

Se puder voltar a observar casos semelhantes, acho que o facto mereceria ser publicado, por se tratar de um exemplo de habilidade protectora. — Não me lembro de um caso similar. Tenho, como de costume, muitas cartas para escrever, pelo que me fico por aqui, limitando-me a desejar-lhe a continuação do seu sucesso.

Ch. Darwin

contributo científico, dado por J. D. Hooker, à divulgação da flora daquele país. Este correspondente de Arruda Furtado, ao longo de vários programas de pesquisa no Indostão, teve ensejo de elaborar importantes trabalhos como «*Rhododendrons of Sikkim Himalaya*», de 1849; ou, ainda, essa magistral obra «*The Flora of British India*», 1872-1897 (que, à altura da troca epistolar com o cientista português, não se encontrava ainda concluída). Já então tinha concluídos, isso sim, outros valiosos contributos à divulgação da Botânica como a «*Introduction to the Australian Flora*», de 1859, ou o «*Handbook of the New Zealand Flora*», de 1864; e o «*Journal of a Tour in Marocco and the Great Atlas*», de 1878. No ano anterior (1877) havia tido lugar a sua porventura maior expedição, às Rocky Mountains, na Califórnia, que lhe permitiu comparar a flora americana e asiática.

(¹) Tem início, com efeito, em Outubro de 1881, a troca de correspondência entre Arruda Furtado e Joseph Dalton Hooker, a cuja divulgação (epistolar) pensamos dedicar-nos oportunamente.

(¹) *BLATTA* é a designação de um género de insectos ortópteros que pertence à família dos *Blattidae* (ou seja, dos *Blatídeos*). Esta família, ao que refere a *GEPB* (vol. IV), tem como tipo a espécie *Blatta Orientalis*, Lin., mais conhecida vulgarmente como barata ou carocha e que (entre todas as baratas portuguesas) talvez seja a de mais ampla difusão.

(¹) Charles Darwin não responderia já a esta carta de Arruda Furtado, pois a sua morte ocorreu, como se sabe, em 19 de Abril de 1882. Ao tempo em que este correspondente português de Darwin lhe envia esta carta, já o cientista britânico se encontra numa fase aguda da depressão que o aniquilará.

Embora os médicos não tenham estado de acordo quanto ao mal que vitimou Darwin — ao que nos aponta a «The New Encyclopaedia Britannica», Vol. V, 15.^a ed., p. 496 — alguns psiquiatras julgaram ter descoberto a existência de condições várias (e até mesmo contraditórias) que terão contribuído para o apressar do seu fim. Contar-se-iam, entre tais condicionalismos, «uma hereditariedade nervosa débil, tanto do lado paterno como materno» ou «uma ansiedade obsessional depressiva caracterizada por sintomas de histeria» motivada por uma «expressão distorcida de agressão ou ódio», a que não seria estranho o comportamento tirânico de seu pai e a existência de um bem marcado «complexo de Édipo». Para além destas *circunstâncias interferentes*, o que motivou directamente a sua morte foi um ataque cardíaco (já havia tido um outro em 1873) ocorrido em 1882, do qual já não conseguiu recuperar. Admitimos — embora não tenhamos documentação específica sobre o assunto — que Arruda Furtado teve logo conhecimento de tão trágica perda, dado que de Londres partiram imediatamente as mais variadas notícias sobre a perda do homem que havia revolucionado a ciência e que partia assim, como que para mais uma *viagem*, aos 73 anos de idade.

Ilha de S. Miguel (Açores), 21 de Novembro de 1881

Senhor Charles Darwin

Apresso-me a agradecer-lhe a amabilidade com que acolheu a minha descoberta, e fico muito feliz ao saber que lhe deu algum valor, considerando-a digna de ser publicada.

Far-lhe-ei agora uma descrição mais completa das circunstâncias em que a fiz. As estatuetas onde o insecto depositou os seus três ovos estavam no armário de vidro de uma sala de jantar. Foram fabricadas em Paris numa espécie de giz verde e ornamentam o armário há já muitos anos, nunca tendo sido pintadas. Aliás, estou certo de que os ovos foram depositados pelo insecto menos de oito dias antes da descoberta que fiz; antes, as estatuetas estavam perfeitamente limpas.

Proximamente terei a honra de comunicar a Sir J. Hooker os documentos referentes a um facto importante da botânica açoriana. Trata-se de numerosos exemplares de belas marcas de folhas de «Hedera», «Persea» e («Viburnum?») encontradas num tufo, em Mosteiros, na ponta N. O. da ilha de S. Miguel. Não encontrei qualquer outro vestígio fóssil. Esperava encontrar algum grão ou conchas terrestres; mas as minhas procuras foram infrutíferas. O tufo e as camadas superiores, que permitem a passagem da água, foram apodrecidos pela humidade. Enviarei junto com as marcas um perfil geológico do local ilustrado com um espécime de cada camada. Talvez se tratem de efeitos da erupção de Sete Cidades. Tomo a liberdade de lhe enviar um exemplar dessas marcas e alguns grãos trazidos para as nossas praias pelo Gulf-stream, de que já lhe falei numa carta anterior. Um desses grãos foi em tempos a caixa de rapé de um pescador. Talvez esta aplicação seja específica dos Açorianos; só os utilizam para o tabaco em pó seco, e quando querem uma porção sacodem o grão na parte de trás da porção metacarpiana do polegar (ponto cómodo onde não cheira a peixe!) e aplicam avidamente à narina.

Aceite, senhor, os protestos do meu humilde e eterno reconhecimento (¹).

Arruda Furtado

PRELO

ACTUALIDADES INCM

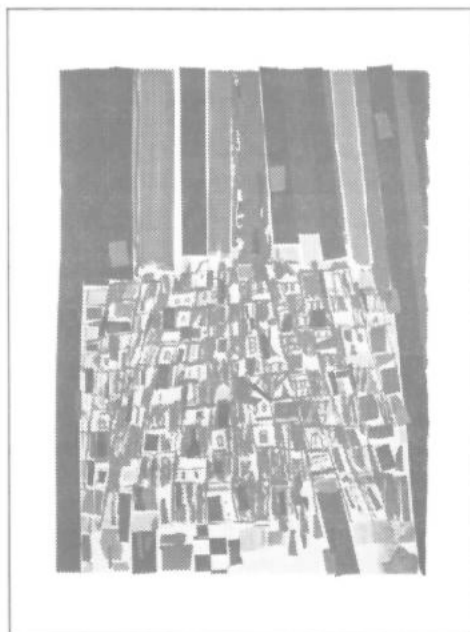
incm ... essencial!

Colecção Essencial

1. IRENE LISBOA
por Paula Morão
2. ANTERO DE QUENTAL
por Ana Maria Almeida Martins
3. A FORMAÇÃO DA NACIONALIDADE
por José Mattoso
4. A CONDIÇÃO FEMININA
por Maria Antónia Palla
5. A CULTURA MEDIEVAL PORTUGUESA (SÉCULOS XI a XIV)
por José Mattoso
6. OS ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DA CULTURA PORTUGUESA
por Jorge Dias
7. JOSEFA D'ÓBIDOS
por Vítor Serrão
8. MÁRIO DE SÁ-CARNEIRO
por Clara Rocha
9. FERNANDO PESSOA
por Maria José de Lancastre
10. GIL VICENTE
por Stephen Reckert
11. O CORSO E A PIRATARIA
por Ana Maria Pereira Ferreira
12. OS «BEBÉS-PROVETA»
por Clara Pinto Correia
13. CAROLINA MICHAELIS DE VASCONCELOS
por Maria Assunção Pinto Correia
14. O CANCRO
por José Conde
15. A CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA
por Jorge Miranda
16. O CORAÇÃO
por Fernando de Pádua



SERIGRAFIA DE VIEIRA DA SILVA COMEMORATIVA DO 75º ANIVERSÁRIO DA CONSTITUIÇÃO DE 1911



Gravidec

A Imprensa Nacional - Casa da Moeda acaba de editar em serigrafia o original de Vieira da Silva "CIDADE SEDE DE GOVERNO" por ocasião do 75.º Aniversário da Constituição de 1911.

Sendo uma parte da tiragem reservada à subscrição preferencial pelos Deputados à Assembleia da República.

Serão ainda lançados no mercado 250 exemplares todos numerados e assinados por Maria Helena Vieira da Silva.

Magnífica execução realizada no atelier de Carlos Lacerda, com 34 impressões em mates transparentes e opacos meio brilho e brilhantes, com acabamentos de verniz alto brilho, em papel Arches France Satiné de 300 gr. de 507 x 383 mm, com mancha impressa de 387 x 286 mm.

Preço: 30.000\$00

(sujeito a 16% de IVA)

Uma edição da **incm** IMPRENSA NACIONAL - CASA DA MOEDA

Inscrições nas livrarias do Estado - Lisboa, Porto e Coimbra.

Por ser uma edição limitada será respeitada a ordem de inscrição.

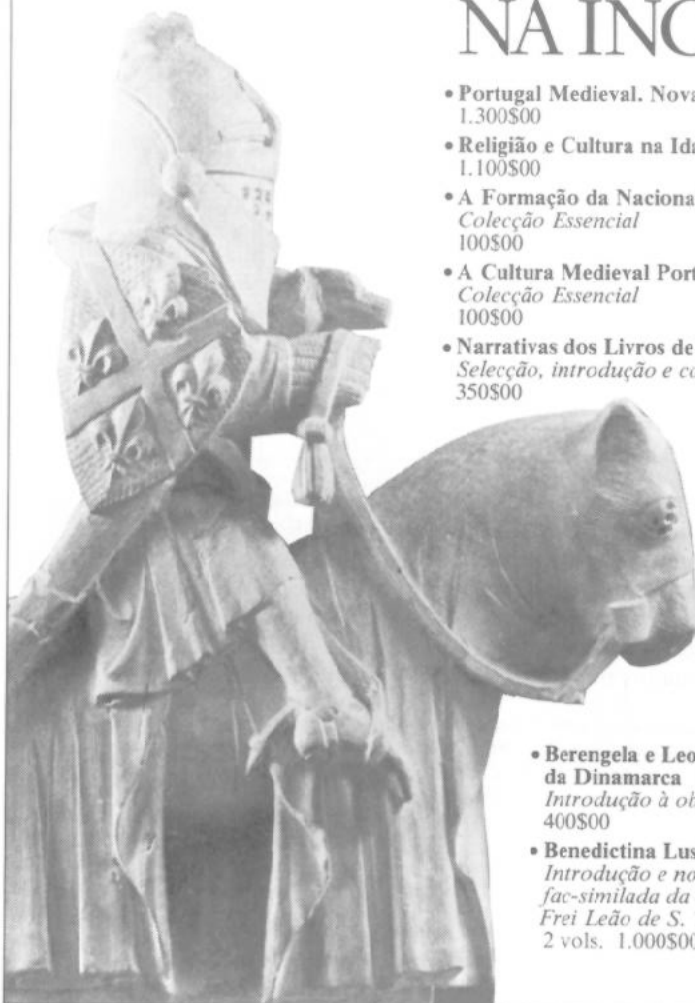
incm incm incm incm incm incm
 incm incm incm incm incm incm
 incm incm incm incm incm incm

LIVROS
 DA
 IMPRENSA
 NACIONAL

incm IMPRENSA NACIONAL - CASA DA MOEDA

GRAFITEC

OBRAS DE JOSÉ MATTOSO
 NA INCM



- Portugal Medieval. Novas Interpretações
1.300\$00
- Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa
1.100\$00
- A Formação da Nacionalidade
Colecção Essencial
100\$00
- A Cultura Medieval Portuguesa (Sécs. XI a XIV)
Colecção Essencial
100\$00
- Narrativas dos Livros de Linhagens
Seleção, introdução e comentários
350\$00

- Berengela e Leonor, Rainhas da Dinamarca
Introdução à obra de Luciano Cordeiro
400\$00
- Benedictina Lusitana
Introdução e notas críticas à edição fac-similada da obra de Frei Leão de S. Tomás
2 vols. 1.000\$00

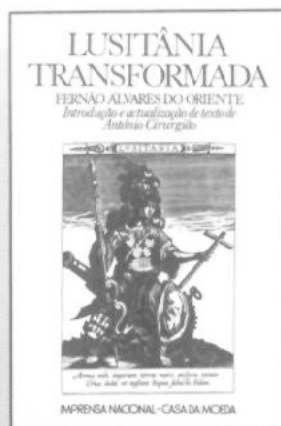
livros da imprensa nacional

INCM IMPRENSA NACIONAL - CASA DA MOEDA

LIVROS DA IMPRENSA NACIONAL

GRAFTEC

AUTORES PORTUGUESES ÚLTIMAS EDIÇÕES



DUPLA PRELO



N.º 1 - Outubro/Dezembro 1983

SOBRE A IDENTIDADE NACIONAL: INQUÉRITO

Jorge Borges de Macedo, José-Augusto França e Eduardo Lourenço

SOBRE A EXPANSÃO: ENSAIO

O problema do conhecimento na «Sphaera» de D. João de Castro
por Luís Filipe Barreto

«Vi claramente visto» ou Camões e D. João de Castro
por Vasco Graça Moura

A esfera armilar: génese e evolução
por Ana Maria Alves

Mudança na Etnologia
por Joaquim Pais de Brito

Romance do infeliz sucesso
por Leitão de Andrada

Romance de D. Sebastião
anónimo encontrado
por Almeida Faria

O azulejo: a mão e o mar
por João Fatela

O «Julgamento das Almas»
por Dagoberto L. Markl

LIVROS NA «PRELO»

Dois poemas
por Sophia de Mello Breyner Andresen

Virtudes do texto, vícios da edição
por Francisco Contento Domingues



N.º 2 - Janeiro/Março 1984

Reflexões sobre «a crise da identidade nacional»
por José Fernandes Fafe

Sociedade e economia na Lusitânia do séc. II a.C.
por José Manuel Garcia

Economia em Portugal no século XVIII: aspectos de mentalidade
por José Esteves Pereira

Iconografia da morte e ressurreição de Cristo: desvios heterodoxos em dois painéis do antigo retábulo da igreja de Jesus em Setúbal
por Pedro Gomes Barbosa e F. A. Baptista Pereira

A lógica do cultural: uma introdução à História da Cultura
por Luís Filipe Barreto

INÉDITOS PESSOANOS

Emília Nada! a arca e a fábula. Um ciclo de trabalhos dedicado à obra de Fernando Pessoa
apresentado por Vasco Graça Moura
Cartas de Fernando Pessoa a Adolfo Casais Monteiro
apresentadas por José Blanco

LIVROS NA «PRELO»

Sobre as «Religiões da Lusitânia»
por José Manuel Garcia



N.º 3 - Abril/Junho 1984

ENTREVISTA

Um erro que vem da Geração de 70
Entrevista com J. S. Silva Dias

ENSAIOS

Místicos, veneráveis e herejes. Para o estudo da religiosidade portuguesa no séc. XVII
por Paulo Guimarães

Raios de extinta luz: um título envenenado
por Ana Maria Almeida Martins

Fenomenologia do cultural: uma introdução à História da Cultura
por Luís Filipe Barreto

DOCUMENTOS

Um texto esquecido de Alexandre Herculano sobre lavoura
por José Manuel Garcia e Jorge Custódio.

LIVROS NA «PRELO»

«Peregrinação»: a sátira e o resto
por Rebeca Catz

Uma historiadora: Virgínia Rau
por José Manuel Garcia



Número especial dedicado a Eduardo Lourenço.

Colaboraram neste número:

Eugénio de Andrade
Vergílio Ferreira
Eugénio Lisboa
José-Augusto França
Almeida Faria
Fernando Gil
António Ramos Rosa
Sophia de Mello Breyner Andresen
Maria Alzira Seixo
Miguel Tâmen
Eduardo Prado Coelho
Mário Cláudio
Manuel Maria Carrilho
Luís Filipe Barreto
Joaquim Aguiar
Agustina Bessa Luís
Mário Braga
Urbano Tavares Rodrigues
José Blanc de Portugal
Maria Velho da Costa

Incluindo uma entrevista e páginas inéditas do diário de Eduardo Lourenço



N.º 4 - Julho/Setembro 1984

ENCICLOPÉDIAS

O «modelo» enciclopédico e as suas variações
por Alfredo Salsano

Postscriptum, 1984
por Alfredo Salsano

As enciclopédias medievais
por José Mattoso

O sonho de Diderot
por Irene Maria Ferreira

A paixão de colecionar em Walter Benjamin
por Maria Filomena Molder

ENCICLOPEDISMO EM PORTUGAL

Natureza e expressões do saber
por José Esteves Pereira

Ribeiro Sanches e o poder do saber
por Luís Filipe Barreto

Enciclopédismo e anti-enciclopédismo
por João Luís Lisboa

ACTUALIDADES INCM



Número especial
dedicado a Jaime Cortesão

APRESENTAÇÃO

Relance sobre a vida e a obra historiográfica
por Joel Serrão

«A Morte da Águia»
por António Coimbra Martins

Um prosador desconhecido
por Urbano Tavares Rodrigues

Principais dados biográficos

DOCUMENTOS

Cartas inéditas de Pascoaes
a Cortesão

Jaime Cortesão e a Maçonaria (1911-1920)
apresentação de José Esteves Pereira

CORTESÃO HISTORIADOR

A teoria da História
de Jaime Cortesão
por Jorge Borges de Macedo

Em torno dos fundamentos da formação de Portugal
por José Manuel Garcia

CORTESÃO E O BRASIL

A conquista de Angola pelos Holandeses. Estudo histórico-geográfico
por Max Justo Guedes

O «mistério» das Bandeiras
por Nanci Leonzo

No IV Centenário da cidade de São Paulo
por Daise Aparecida Oliveira, Lilliane S. L. Barros e Celina Yoshimoto

Cortesão no Instituto Rio Branco
por Maria Beatriz Nizza da Silva

Escritos semi-inéditos
por João Alves das Neves



N.º 5 - Outubro/Dezembro 1984

ENSAIOS

«Dizeres do povo» de Corrêa d'Oliveira e uma carta inédita de Fernando Pessoa
por J. M. da Cruz Pontes

Sentires simbolistas de A. Carneiro
por Isabel Oliveira e Silva

Do objecto ao museu
por Madalena Braz Teixeira

Para uma leitura da simbólica manuelina

por Ana Cristina Leite
e Paulo Pereira

DOCUMENTOS

Inéditos de Camilo.
Novas páginas de sofrimento
por Viale Moutinho

LIVROS NA «PRELO»

Glória de Sant'Anna.
O silêncio íntimo das coisas
por Eugénio Lisboa



N.º 6 - Janeiro/Março 1985

ENSAIOS

Uma tradução portuguesa da «Navi-gacion Especulativa» de António de Naiera

por Luís de Albuquerque

Fernando Oliveira, primeiro teórico da construção naval em Portugal

por Francisco Contento Domingues

Os Colóquios dos Simples: a Natureza «per speculum aenigmatem»

por Irene Maria Ferreira

Da medicina renascentista: o lugar de Cristovão da Costa na leitura dos Colóquios de Garcia de Orta

por Luís Filipe Barreto

A influência portuguesa na difusão de plantas no mundo

por José E. Mendes Ferrão

Notas sobre um académico setecen-tista

por Manuel da Costa Leite

Quando uma rainha regulamenta o bem-estar e a saúde dos seus fiéis vas-salos

por AnaLuísa Janeira e Ana Maria Carneiro

As experiências com «globos volan-tes» realizadas em Coimbra, em 1784

por A. M. Amorim da Costa



N.º 7 - Abril/Junho 1985

ENSAIOS

O darwinismo em Portugal

por G. F. Sacarrão

A indústria portuguesa no séc. XIX.

Achegas para o seu estudo

por José M. Amado Mendes

Estatística e liberalismo em Portugal e Espanha no séc. XIX

por José Esteves Pereira

História e filosofia da história em Oliveira Martins

por Pedro Calafate

The friends of the friends. Uma dedicatória de Alberto de Oliveira a Camilo Pessanha «endossada» a Alberto Osório de Castro

por Maria José de Lencastre

O sangue e a rua. Elementos para uma antropologia de violência em Portugal

por João Fatela

DOCUMENTOS

Cartas inéditas de Antero para Oliveira Martins

apresentadas por

Ana Maria Almeida Martins

e Guilherme d'Oliveira Martins



N.º 8 - Julho/Setembro 1985

Editorial: A indecisão da matéria

Um homem sem biografia
entrevista com João Meneres Campos

Alvarez e o seu tempo

O Bispo

poema de Miguel Torga

Diagrama de Alvarez

depoimento de Fernando Lanhas

Dominguez Alvarez, ingénuo e não

por José-Augusto França

Uma alma larga

por Rui Feijó

Quanto vale um quadro

por Jaime Isidoro

Com Dominguez Alvarez

por Mário Cláudio

Paisagens e outras memórias

por Margarida Acciaiuoli

A pintura dos fantasmas modernistas

por Isabel de Oliveira e Silva

Alguns fragmentos

por José Luis Porfirio

Uma poética da transfiguração

por Bernardo Pinto de Almeida

Tristes navegantes

por Fernando Caetano da Silva

O(s) estatuto(s) do artista

por Octávio Lixa Filgueiras

Sem sobressalto, entre dois regimes

por Fernando Marques da Costa

DOCUMENTOS

Dominguez Alvarez

inédito de Adolfo Casais Monteiro

Cartas de Alvarez a Casais Monteiro



N.º 9 - Outubro/Dezembro 1985

História Nacional e Nacionalismo
por José Mattoso

Nacionalismo e inovação
por José Gil

**As nações como mediações
entre o racional e o natural**
por António Marques

Língua e Nação
por Maria Teresa Cruz

**Identidade nacional
e modernização**
por Diogo Pires Aurélio

**Viriato:
uma realidade entre o mito
e a história**
por José Manuel Garcia

**As ilhas fantásticas
do imaginário português**
por António Pinto Ribeiro

**Viajantes estrangeiros no Portugal
do século XVIII:
o caso do duc du Chatelet**
por Nuno Luís Madureira



N.º 10 - Janeiro/Março 1986

**O primeiro livro impresso
em língua portuguesa**
por Rosemarie Erica Horch

**Mestres e lições nas academias
literárias portuguesas
dos séculos XVII e XVIII**
por Elze H. Vonk Matias

**António Sérgio: dois artigos
publicados na Alemanha**
por Carlos Martins

Matias Aires na Casa da Moeda

O ANO LITERÁRIO DE 1985

**Comentário Sociológico:
alguns indícios de recuperação**
por Alberto Carvalho

**Poesia:
encruzilhada de múltiplos caminhos**
por Manuel Frias Martins

Ficção: a realidade e o jogo
por Silvina Rodrigues Lopes

Ensaio: o ano pessoano
por Eduardo Prado Coelho

Teatro: quatro originais
por Maria Helena Seródio

**Literatura para crianças:
lacunas persistentes**
por Natércia Rocha

**Tradução literária:
Predomínio das literaturas
de expressão inglesa**
por João Almeida Flor



N.º 11 - Abril/Junho 1986

Criticismo e problematidade em António Sérgio
por Manuel Maria Carrilho

Introdução à «Peregrinação»
por Luís Filipe Barreto

19 Cartas inéditas de Trindade Coelho
apresentação e notas
por Viale Moutinho

O retrato de D. Sebastião do Museu Nacional de Arte Antiga - uma leitura iconológica
por Fernando António Baptista Pereira

A História, a composição e a pose em Vieira Portuense
por Paulo Gomes

Sobre o método em Darwin e a episódica relação com Arruda Furtado
por G. F. Sacarrão

Arruda Furtado, correspondente de Darwin, apresentação, tradução e notas
por Manuel Cadafaz de Matos

Actividades INCM



PRÓXIMA **DELI**
PRELO

OS CRUZAMENTOS
DA ENCICLOPÉDIA

Um artigo de F. Gil